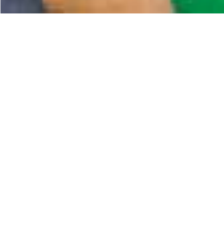
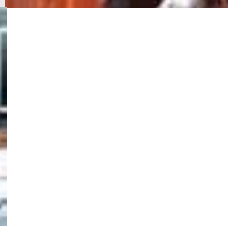


C o l e ç ã o

abrindo  espaços

EDUCAÇÃO E CULTURA PARA A PAZ



Dias de Paz:

a abertura das escolas paulistas para a comunidade

Gabriela Athias

Coleção em parceria com



Representação da UNESCO no Brasil

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Dias de Paz:

a abertura das escolas paulistas para a comunidade

Brasília, dezembro de 2008

Representação da UNESCO no Brasil

Representante

Vincent Defourny

Setor de Ciências Humanas e Sociais

Coordenadora

Marlova Jovchelovitch Noletto

Oficiais de Projeto

Carlos Alberto dos Santos Vieira

Beatriz Maria Godinho Barros Coelho

Rosana Sperandio Pereira

Alessandra Terra Magagnin

Coordenador Editorial

Célio da Cunha

Fundação Vale

Conselho de Curadores

Tito Botelho Martins Junior

Carla Grasso

Gabriel Stoliar

Pedro Aguiar de Freitas

Orlando Góes Pereira Lima

Olinta Cardoso Costa

Márcio Luis Silva Godoy

Adriana da Silva Garcia Bastos

Marconi Tarbes Viana



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil
SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 – Brasília/DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
grupoeditorial@unesco.org.br
www.unesco.org.br



Fundação Vale
Av. Graça Aranha, 26
20.030-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Tel.: (55 21) 3814-4477
Fax: (55 21) 3814-4040

Dias de Paz:

a abertura das escolas paulistas para a comunidade

2ª edição revisada

Gabriela Athias



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
da UNESCO
no Brasil



*Coleção em
parceria com*

© 2006, 2008 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Revisão: Mirna Saad Vieira e Jeanne Sawaya

Diagramação: Rodrigo Domingues e Paulo Selveira

Capa e projeto gráfico: Edson Fogaça

Athias, Gabriela

Dias de paz: a abertura das escolas paulistas para a comunidade /
Gabriela Athias. -- 2.ed. -- Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2008.
137 p.

ISBN: 978-85-7652-071-9

1. Cultura de Paz—Brasil 2. Educação e Desenvolvimento—Atividades Extracurriculares--Brasil
2. Cultura e Desenvolvimento— Atividades Extracurriculares--Brasil 3. Jovens Desfavorecidos—
Cultura de Paz—Brasil 4. Programas Educacionais—Cultura de Paz--Brasil 5. Avaliação de
Projetos—Cultura de Paz—Brasil 6. Violência entre Jovens—Mudança de Atitudes—Brasil I.
UNESCO II. Fundação Vale III. Título

CDD 303.66

A autora é responsável pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Agradecimentos

A experiência do Programa Abrindo Espaços não existiria sem a colaboração de atores de inquestionável competência e verdadeiramente comprometidos com a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

Entre essas pessoas, merece especial agradecimento o Ministro da Educação, Fernando Haddad, intelectual e executivo que vem demonstrando grande habilidade em dar novos rumos ao sistema educacional brasileiro, sem nunca medir esforços para apoiar as iniciativas da Representação da UNESCO no Brasil. Naturalmente, este agradecimento é extensivo a toda a sua equipe, sobretudo ao Secretário-Executivo do MEC, José Henrique Paim Fernandes, com quem o programa começou quando ainda era presidente do FNDE, ao Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, André Lázaro, e à Coordenadora Nacional do Programa Escola Aberta, Natália Duarte.

Agradecemos ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, e a Ricardo Henriques, pois foi em suas gestões como Ministro da Educação e Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, respectivamente, que o programa foi lançado e tomou forma.

Agradecemos também à Diretora de Comunicação da Vale, Olinta Cardoso, e à Fundação Vale, que tornou possível esta coleção. Exemplo vivo de responsabilidade social, a Fundação demonstra com consistência que o conceito de progresso só é pleno quando o setor privado leva em conta fatores como preservação do meio ambiente, fortalecimento do capital social das comunidades com que interage e respeito às identidades culturais.

Agradecemos, por fim, aos profissionais da UNESCO envolvidos direta ou indiretamente no Abrindo Espaços, os quais trabalham incansavelmente pelo sucesso do programa, e aos colegas do setor editorial, que contribuíram para que este trabalho fosse bem-sucedido. São eles Doutor Célio da Cunha, Edson Fogaça, Jeanne Sawaya, Larissa Leite, Mônica Noletto, Paulo Selveira, Pedro Henrique Souza e Rodrigo Domingues.

Coleção Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz

Coordenação

Marlova Jovchelovitch Noletto
Beatriz Maria Godinho Barros Coelho

Revisão Técnica

Marlova Jovchelovitch Noletto
Rosana Sperandio Pereira
Alessandra Terra Magagnin

Colaboradores

Gabriela Athias
Candido Gomes
Adriel Amaral

SUMÁRIO

Apresentação

A multiplicação da cultura de paz	9
<i>Vincent Defourny</i>	
Viver a paz, viver em paz	11
<i>Sílvia Vaz de Almeida</i>	

Introdução

Abrindo Espaços: inclusão social e educação para o século XXI.....	13
<i>Marlova Jovchelovitch Noletto</i>	

Palavras da autora

19

Parte I – A escola na comunidade

25

Mosaico de gente	27
Era lixo e virou música	41
Do crime à sala de aula.....	55
O pão de cada dia	69

E mataram o Salvador...	81
Vôlei na roça	89
Magal da Brasilândia	99
Sonho de menina	109
Parte II – A Prática	117
Malabarista	119
Parte III – Abrindo Espaços: educação e cultura de paz	125
Por uma escola feliz	127
Referências bibliográficas	133
Nota sobre a autora	137

Apresentação

A multiplicação da cultura de paz

No ano em que o Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz completa oito anos, a Representação da UNESCO no Brasil tem a oportunidade de lançar uma coleção de sete publicações para sistematizar uma iniciativa de inclusão social e redução de violência com foco na escola, no jovem e na comunidade.

O Programa Abrindo Espaços consiste na abertura das escolas públicas nos fins de semana, com oferta de atividades de esporte, lazer, cultura, inclusão digital e preparação inicial para o mundo do trabalho. Ao contribuir para romper o isolamento institucional da escola e fazê-la ocupar papel central na articulação da comunidade, o programa materializa um dos fundamentos da cultura de paz: estimular a convivência entre grupos diferentes e favorecer a resolução de conflitos pela via da negociação.

A UNESCO agradece à Fundação Vale pela parceria que lhe possibilita publicar esta coleção, uma ferramenta de multiplicação de um programa que já é política pública e está presente em escolas dos 26 estados da federação e do Distrito Federal.

O objetivo das publicações é compartilhar com a sociedade o conhecimento e a experiência acumulados pela UNESCO na gestão do Programa Abrindo Espaços, que tem como uma de suas missões agregar valor a iniciativas focadas na construção e na multiplicação da cultura de paz.

Além disso, auxiliar tecnicamente nossos parceiros na execução de programas e projetos capazes de construir um Brasil mais justo e menos desigual, especialmente para as populações vulneráveis, caso de milhares de jovens que vivem nas periferias pobres do país, onde atuam as escolas do Abrindo Espaços.

Conhecer as publicações é apenas o primeiro passo para o caminho a ser percorrido pelos interessados em identificar mais uma opção de sucesso na promoção da cultura de paz, na inclusão social e na redução de violência. A UNESCO no Brasil está à disposição para seguir contribuindo com estados, municípios e demais parceiros empenhados em aprofundar-se em programas dessa natureza.

Vincent Defourny

Representante da UNESCO no Brasil

Viver a paz, viver em paz

Paz, para ser vivida, tem de ser construída, dia a dia, nos pequenos atos, de onde germinam as grandes transformações. Paz é para ser realizada, não só idealizada. Paz se faz, não é dada.

Nós, da Fundação Vale, temos consciência de que a paz é, sobretudo, ação. E que só se torna realidade quando caminha junto com o desenvolvimento humano. Por isso, adotamos como uma de nossas áreas de atuação a educação: para a cidadania e para vida.

Acreditamos no papel estruturante da educação, na importância da inclusão social e no protagonismo juvenil – crenças partilhadas com a UNESCO no Programa Abrindo Espaços. A iniciativa, que nasceu da experiência em três estados brasileiros, tornou-se política pública em 2004 e agora, com esta coleção, realizada em parceria com a Fundação Vale, passa a ser sistematizada e oferecida a vários países.

O Programa Abrindo Espaços vem contribuindo para redefinir o papel da escola e firmá-la como referência entre os jovens. Ao ampliar o acesso a atividades de lazer, cultura e esporte, cria oportunidades para que os jovens exercitem valores como a não-violência, a liberdade de opinião e o respeito mútuo, fortalecendo suas noções de pertencimento ao grupo social.

Com esta coleção, esperamos transmitir vivências, compartilhar conhecimentos e, ao mesmo tempo, ajudar a criar condições para que se construa uma visão de futuro em que prevaleçam o diálogo, a tolerância e a responsabilidade.

Sílvia Vaz de Almeida

Diretor Superintendente da Fundação Vale

Introdução

Abrindo Espaços: inclusão social e educação para o século XXI

No ano 2000, durante as comemorações do Ano Internacional da Cultura de Paz, a Representação da UNESCO no Brasil lançou o Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz.

Ao longo destes oito anos, o programa, que, ao abrir escolas públicas no fim de semana, combina elementos de inclusão social e educação, solidificou-se e é a primeira ação da UNESCO no Brasil a tornar-se política pública. A metodologia proposta pelo Abrindo Espaços é a base do Programa Escola Aberta, criado pelo Ministério da Educação, em 2004, hoje presente em todos os estados brasileiros.

Entre 2000 e 2006, em parceria com secretarias municipais e estaduais de educação, o Programa Abrindo Espaços abriu 10 mil escolas e atendeu cerca de 10 milhões de pessoas nos cinco primeiros estados em que foi implantado – Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo. Cabe destacar que em São Paulo o programa foi implantado em praticamente toda a rede estadual, atingindo 5.306 escolas de um total de 6 mil. Com o nome de Escola da Família, contou com 30 mil voluntários e 35 mil universitários atuando diretamente nas escolas.

A dimensão do Abrindo Espaços nestes anos de existência revela a riqueza da experiência acumulada por toda a equipe da UNESCO e, sobretudo, pelos parceiros e executores do programa.

A parceria com a Fundação Vale possibilita agora o lançamento de uma coleção de sete publicações que sistematizam a metodologia do Programa Abrindo Espaços em todas as suas dimensões –

bases conceituais, aplicações práticas e recomendações, análise de especialistas, custos de implantação –, além de incluir duas cartilhas cujo conteúdo ensina a vivenciar na prática a construção da cultura de paz. As cartilhas constituem um guia para professores, alunos, supervisores e todos aqueles envolvidos na operacionalização dos programas Abrindo Espaços e Escola Aberta, e reforçam a necessidade de se ter também instrumentais que possam orientar a ação de nossos educadores na construção de uma cultura de paz.

Costumamos dizer que a UNESCO tem muitos objetivos, mas uma única missão, que está destacada em seu ato constitutivo: “Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas.”

Por meio da criação e implantação do Programa Abrindo Espaços, a UNESCO no Brasil teve a oportunidade de atuar como laboratório de idéias, ajudando a criar as diretrizes metodológicas de um programa nacional baseado na cultura de paz, com o objetivo de propor um espaço de inclusão social e de valorização da escola pública.

Ao inserir-se no marco mais amplo de atuação da UNESCO, o programa contribui para fortalecer o conceito de educação ao longo da vida, bem como para a erradicação e o combate à pobreza. Volta-se ainda para a construção de uma nova escola para o século XXI, caracterizada muito mais como “escola-função”, e não apenas como “escola-endereço”, ou seja, uma escola que, de fato, contribua para o desenvolvimento humano e integral dos seus alunos e da comunidade.

O programa atua para ajudar a transformar as escolas em espaço de acolhimento e pertencimento, de trocas e de encontros. O objetivo é que elas sejam capazes de incorporar na programação oferecida no fim de semana as demandas do segmento jovem, bem como suas expressões artísticas e culturais, fortalecendo a participação dos estudantes e jovens nas atividades da escola.

Espera-se, ainda, que a abertura das escolas nos fins de semana contribua para uma reflexão sobre a “escola da semana”, sugerindo novas práticas capazes de interferir positivamente nas relações entre alunos e professores. É verdade que, quando se sentem acolhidos, os estudantes desenvolvem uma relação diferenciada com a escola e tornam-se menos vulneráveis à evasão escolar. Por isso, podemos afirmar que o programa contribui para ajudar a reduzir os preocupantes

números relacionados à grande quantidade de estudantes que ingressam no ensino fundamental em comparação com o reduzido percentual que consegue finalizar o ensino médio.

É importante destacar também o papel fundamental que desempenha a educação na redução de desigualdades sociais. Não há transformação social sem investimento em educação. Pesquisas feitas pelo Banco Mundial e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) demonstram que um ano a mais de estudo na vida de estudantes do sexo feminino impactam na diminuição da mortalidade infantil e materna, por exemplo. Tais estudos também demonstram o efeito de um ano a mais de estudo nos indicadores de empregabilidade e salários na América Latina.

O jovem como foco

O Programa Abrindo Espaços foi criado com base em uma série de pesquisas sobre juventude feitas pela UNESCO no Brasil. Tais pesquisas revelavam que os jovens eram, como ainda são, o grupo que mais se envolve em situações de violência, tanto na condição de agentes quanto de vítimas. A maior parte desses atos violentos acontece nos fins de semana, nas periferias, envolvendo, sobretudo, jovens de classes empobrecidas e em situação de vulnerabilidade.

Além disso, grande parte das escolas, especialmente as localizadas nas periferias das grandes cidades, estava envolvida em situações de extrema violência. Os *Mapas da Violência*, de autoria do pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, lançados pela UNESCO nos anos de 1999, 2000, 2002 e 2004, foram fundamentais para entender o papel dos jovens nos casos de violência no país.

Considerando-se esses dados, pode-se entender que, por trás de uma idéia aparentemente simples – a abertura das escolas aos sábados e domingos para oferecer aos jovens e suas famílias atividades de cultura, esporte, arte, lazer e formação profissional –, há uma estratégia de *empoderar* os jovens, fortalecer a comunidade, fortalecer o papel da escola e contribuir para a redução dos índices de violência, construindo uma cultura de paz.

O Programa Abrindo Espaços trouxe ainda para o ambiente escolar estratégias utilizadas em trabalhos comunitários, como o levantamento das demandas locais, a valorização de talentos, o fortalecimento das ações por meio de parcerias com organizações não-governamentais e outras entidades que atuam na região da escola.

O fato de o Abrindo Espaços validar a experiência das comunidades e os saberes locais faz com que o programa contribua para “quebrar o muro” do isolamento institucional das escolas, abrindo de fato suas portas para os moradores, os pais dos alunos, enfim, a toda a comunidade, que passa a reconhecer a escola como sua. Os estudantes e sua comunidade sentem-se valorizados à medida que suas demandas são atendidas e que as expressões juvenis são fortalecidas. Isto possibilita maior integração entre todos os atores envolvidos no processo e favorece a descoberta de novas formas de relação capazes de gerar o sentimento de pertencimento tão necessário para o exercício do protagonismo juvenil.

O programa representa ainda uma alternativa à falta de acesso a atividades culturais, uma realidade nas periferias brasileiras. O acesso à cultura, à arte, ao esporte, ao lazer e à educação permite que os jovens encontrem outras formas de expressão diferentes da linguagem da violência. A participação em oficinas de teatro, artesanato, música, dança e outras tantas atividades lúdicas abre horizontes, fortalece a auto-estima e é capaz de ajudar o jovem a descobrir um novo sentimento de pertencimento em relação à sua escola e à sua comunidade.

Na dinâmica do programa, o jovem e a comunidade são os protagonistas – não são vistos como meros beneficiários das atividades do fim de semana. Os jovens desempenham papel central: articulam atividades e mobilizam a comunidade para participar do programa. Essa participação é reforçada à medida que a grade de programação revela e valoriza os talentos locais.

Outro aspecto a ser ressaltado é a natureza descentralizadora do programa, que permite aos estados, municípios e escolas terem flexibilidade para adequá-lo às realidades e necessidades locais, sempre orientados pelos mesmos princípios, conceitos éticos e metodológicos. O programa é único e flexível em sua diversidade, e construir essa unidade na multiplicidade foi um de seus grandes desafios.

Acreditamos ter encontrado o fio condutor dessa unidade, materializado numa proposta que valoriza o saber local, respeita o protagonismo juvenil, valoriza e reforça o papel da escola e envolve a comunidade no programa, adaptando a metodologia desenvolvida para cada realidade/diversidade nas múltiplas regiões do país.

Com esta coleção, acreditamos estar colocando à disposição de educadores, profissionais da área social e especialistas de todo o Brasil um instrumento que, ao lado de outros tantos, certamente permitirá trabalhar a inclusão social e os valores da cultura de paz na escola, de forma a contribuir para a redução das desigualdades e a formação de cidadãos cada vez mais solidários, que respeitem os direitos humanos e valorizem a tolerância, reforçando o papel fundamental da educação na transformação social.

Além de disseminar a boa experiência dos programas Abrindo Espaços e Escola Aberta no Brasil, acreditamos que esta coleção também contribuirá para o crescimento da cooperação internacional, uma das importantes funções da UNESCO.

Cabe ainda agradecer a importante parceria da Fundação Vale, por meio de sua então Presidente, Olinta Cardoso, ela própria uma entusiasta do programa, e de sua contribuição para a inclusão social e a melhoria da educação.

Agradeço também a todos os parceiros do Programa Abrindo Espaços nos estados e municípios onde foi implantado e aos parceiros do Programa Escola Aberta do Ministério da Educação, que juntamente com professores, diretores, alunos, jovens e as comunidades o transformaram em uma experiência de sucesso. Por fim, agradeço a todos os profissionais do Setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil, uma equipe de pessoas comprometidas com um mundo melhor e sem as quais essa experiência não teria sido possível.

A concepção e a implantação do Programa Abrindo Espaços iniciaram-se no ano 2000 e se estenderam por todo ano de 2001, um ano que marcou profundamente minha vida. Em 2001, nasceu Laura, minha filha, e com ela renasceram em mim todas as convicções que alimento de que construir um mundo menos violento, mais igual e justo é tarefa coletiva e só será possível se esse desafio for assumido por todos, traduzindo os princípios da cultura de paz, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, concretamente, na vida de cada cidadão.

Marlova Jovchelovitch Noletto

Coordenadora de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil

PALAVRAS DA AUTORA

Grávida, aos 24 anos, em 1993, passei dois meses em um garimpo chamado São Domingos, na região do Tapajós, no Pará, a cerca de 700 quilômetros de Belém. Integrava a equipe de produção de um documentário sobre crianças e jovens escravizados produzido pela rede norte-americana ABC News, uma das maiores dos Estados Unidos. Fiquei hospedada em um bordel, onde meninas de 13 a 16 anos eram obrigadas a fazer sexo com garimpeiros em troca de cama e comida.

Era um esquema de escravidão moderna: meninas pobres de várias regiões do Norte eram procuradas em suas casas por aliciadores hábeis em convencer seus pais de que no novo lugar teriam vida melhor, o que incluía a possibilidade de estudar e obter emprego como cozinheira ou garçonete. Ao chegar ao garimpo, descobriam que deviam à dona do bordel o preço da passagem de avião – único modo de chegar ao São Domingos –, roupas, alimentação, enfim, tudo que haviam “recebido”. À dívida, eram somadas, a cada dia, hospedagem e refeição, além do custo altíssimo de produtos de higiene, como absorvente, xampu, sabonete e pasta de dentes. Para amenizar a dívida (livrar-se dela era matematicamente impossível), as meninas faziam de dois a quatro programas todas as noites com garimpeiros que trabalhavam nos “baixões”, locais de extração de ouro.

Das meninas presas naquele local, umas oito, todas já haviam abandonado a escola quando o aliador bateu na porta das suas casas, ludibriando-as e suas famílias.

Passados 13 anos, ainda me lembro do olhar opaco e do andar cabisbaixo daquelas meninas sem infância e sem futuro, que passavam horas encolhidas, chorando de saudade dos pais e dos irmãos. Embora analfabetas, sabiam que mesmo conseguindo escapar da escravidão, já tinham profissão definida. Seriam prostitutas até que a malária ou outras doenças da região as impedissem de trabalhar. O jeito mais comum de escapar era quando um garimpeiro gostava da menina, quitava sua dívida com a dona do bordel e a levava embora como mercadoria. Afinal, havia pagado por ela. Encontrei muitas mulheres adultas que tiveram esse tipo de adolescência em garimpos maiores, como Creporizão e Creporizinho, passagem obrigatória para quem vai ao São Domingos. Elas haviam sido resgatadas por garimpeiros e logo substituídas por outras mais novas. Acabaram voltando aos bordéis para sobreviver.

Desde então, assumi o compromisso, como repórter, de relatar a história dos brasileiros sem infância, das crianças das periferias das grandes cidades, dos meninos e meninas criados na seca, dos adolescentes infratores. Com o tempo, amadureceu a idéia de apontar nas reportagens publicadas tanto em *O Estado de S. Paulo* como na *Folha de S. Paulo*, entre 1998 e 2004, propostas capazes de resolver ou de minimizar as denúncias reportadas.

Em 1998, durante uma das maiores secas do Nordeste, coletei histórias de escolas do sertão em que diretores e professores faziam malabarismos para não fechar as portas em um período de fome e falta de água potável, dentro e fora das escolas. Os mais empenhados usavam água barrenta de açude, ferviam e coavam tantas vezes quantas fossem necessárias para eliminar a terra, até que fosse possível cozinhar com aquele líquido. Um grupo de empresários paulistanos, ao ler sobre as condições de uma escola na região de Patos, na Paraíba, publicada em *O Estado de S. Paulo*, entrou em contato com o padre da cidade e repassou recursos para transformar o casebre caindo aos pedaços, onde funcionava a escola, em uma casa caiada de branco com carteiras e dotada de uma cisterna para armazenar água da chuva.

Já na *Folha*, em 2000, quando recebi apoio dos editores para me dedicar com mais afinco à cobertura da área social, incluindo adolescentes infratores, educação e redução de pobreza, um colega jornalista me advertiu que ninguém agüenta cobrir esses temas por muito tempo num país como o Brasil. Os anos passam, os problemas não se resolvem, e você acaba escrevendo muitas vezes a mesma coisa e vivendo a angústia de não enxergar saídas concretas capazes de quebrar o ciclo de pobreza da maioria dos brasileiros.

Com o tempo, ficou cada vez mais claro para mim que a solução para reduzir a desigualdade social brasileira seria investir pesadamente no ensino público de qualidade, para que os filhos das famílias mais pobres pudessem ter chances reais de se qualificar e conseguir trabalho capaz de garantir sustento digno.

A certeza de que a educação básica de qualidade para todos deve ter status de política de Estado – e não de um ou outro governo – vem sendo reafirmada em meu trabalho na UNESCO. Mas, a cada ano que termina, fico com a sensação amarga de que perdemos mais uma chance de começar a reverter a distância entre ricos e pobres por meio da disseminação democrática do saber.

A idéia de escrever um livro relatando casos de escolas que, apesar de todas as dificuldades e da escassez de recursos, conseguiram influenciar positivamente suas comunidades, é uma oportunidade de mostrar que o Brasil precisa valorizar o ensino público e seus professores. Mais: que a escola pode e deve ultrapassar os limites da sala de aula e tornar-se um vetor de mudança.

Em São Paulo, onde se passam as histórias deste livro, o Programa Abrindo Espaços, da UNESCO, tem características próprias e se chama Escola da Família. Não é um programa educacional. É uma ação de inclusão social que transforma o pátio da escola em centro comunitário, estimula crianças a fazer oficinas de pintura, a participar de jogos cooperativos, a conviver com o menino da gangue rival, contribuindo para harmonizar a relação entre alunos, professores e vizinhança.

Pacificar a escola e fazê-la atuar como instituição aglutinadora de comunidades empobrecidas é o primeiro passo para melhorar a qualidade da educação pública. Em escolas ameaçadas por tiroteios e

invasões de gangues, com alunos brigando entre si e xingando professores, não há clima para ensinar, nem para aprender.

A abertura das escolas nos fins de semana contribuiu para pacificar locais onde o conflito e a tensão causados pela violência urbana já haviam se incorporado à rotina. É o caso da Escola Crispim de Oliveira, na Brasilândia, periferia da zona norte de São Paulo, onde furtos e invasões faziam parte do dia-a-dia. Para atrair a comunidade e amenizar conflitos, o então diretor, Albino de Freitas, que também é ator, passou a produzir shows em que imitava cantores populares como Sidney Magal.

No Jairê, pequeno distrito na região da Juréia, a maior reserva de Mata Atlântica situada na região sul do Estado, uma pequena escola aprendeu a lidar com adolescentes “problemáticos”. Tudo foi resolvido com pedagogia, sabedoria e paciência. Hoje, os rapazes são monitores de atividades e montaram uma banda de forró que ensaia na escola. Esse caso comprova que escola precisa de cuidado, participação e interação, não de polícia.

Ao oferecer oficinas de artes e trabalhar com voluntários da comunidade, as escolas conseguem revelar talentos. Na periferia de Osasco, nasceu uma banda chamada Arte na Lata, que toca percussão com instrumentos construídos a partir de sucata. O grupo compõe as próprias letras, que se transformaram no grito das crianças e jovens da periferia daquela região. Arte na Lata vem cantar e encantar; levar alegria na cabeça de cada criança da periferia diz um dos refrões.

Quando as escolas públicas começaram a abrir nos fins de semana, muitos diretores – especialmente os de escolas localizadas em bairros violentos – temeram pela integridade do prédio e dos frequentadores, mas isso foi sendo equacionado com o tempo, como ressalta o capítulo em que a coordenadora executiva do programa, Cristina Cordeiro, fala dos principais desafios de abrir milhares de escolas de uma só vez.

Chamam a atenção, entretanto, escolas que aproveitaram a oportunidade para inovar desde o início. Em Registro, a rede pública aceitou adolescentes infratores como voluntários nas atividades de cultura, esporte e lazer. São jovens – muitos dos quais considerados “barra pesada” pelo Sistema

de Justiça da Infância e Juventude – que, em lugar de estarem trancafiados em alguma unidade da Fundação do Bem-Estar do Menor, a Febem, têm a possibilidade de cumprir sua pena (chamada medida socioeducativa) junto a suas famílias e de voltar a estudar. Alguns sonham em ir para a universidade.

Pela primeira vez, várias escolas se propuseram a construir com os pais e mães de alunos uma relação de mão dupla, em que as famílias não são chamadas apenas para ouvir reclamações, mas também para conversar e dividir problemas. Isso empurrou as escolas para uma questão complexa em um país cuja economia cresceu apenas 2,5% em 2005: o estímulo à geração de renda. Praticamente todas as 5.304 escolas que abrem nos fins de semana têm algum projeto nesse sentido. Mas poucos, entre os relatados neste livro, conseguem, de fato, aumentar a renda das famílias de forma sistemática.

De tanto conviver com mães, tias e avós de alunos, as diretoras das escolas de Itapira, no norte do Estado, descobriram que as mulheres que não eram casadas legalmente sentiam-se constrangidas ao declarar no posto de saúde seu estado civil – solteiras – principalmente na presença dos filhos. Reuniram-se com a Prefeitura e promoveram um casamento comunitário para 63 casais, a maioria dos quais já vivia junto há muitos anos e tinha filhos. Passaram o chapéu entre os empresários e produziram uma festa com flores, bolo, champanhe e banda de música.

No distrito de Coronel Goulart, 625 quilômetros a oeste de São Paulo, uma professora de educação física, então com 22 anos, montou uma equipe de vôlei feminino com adolescentes que enfrentavam problemas familiares complexos e sofriam de baixa auto-estima. É nessa faixa etária, entre 14 e 16 anos, que grande parte das brasileiras começa a engravidar e abandona a escola. As garotas empenharam-se. Foram trabalhar em roças de tomate e banana para juntar dinheiro e comprar o uniforme do time. Mas a equipe acabou sendo desfeita depois que a escola foi municipalizada e a Prefeitura de Álvares Machado, responsável pelo distrito, não aderiu ao Escola da Família. Os profissionais não tiveram mais como receber ajuda de custo e foram transferidos para outras escolas da região.

Localizada no meio da Cracolândia, uma das regiões mais degradadas do centro da capital, a Escola João Kopke atende alunos brasileiros, bolivianos e peruanos – muitos dos quais filhos de imigrantes ilegais que trabalham em condições desumanas em fábricas no Bom Retiro, bairro vizinho

da escola. Ali, o desafio é tentar fazer que grupos tão diversos tenham uma convivência pacífica e, se possível, façam algumas atividades conjuntas. Para completar, o entorno da escola é habitado por uma população flutuante – moradores de rua e usuários de drogas de todas as idades – com a qual é difícil estabelecer vínculo, porque formada por nômades urbanos.

As histórias deste livro foram escolhidas conjuntamente pela então coordenadora do Escritório da UNESCO em São Paulo, a jornalista Âmbar de Barros, e por mim, a partir de uma lista de escolas selecionadas pela equipe do Programa Escola da Família. Esse rol atendia a demandas específicas: era necessário ter uma amostra significativa de colégios bem-sucedidos, na medida do possível, ao lidar com questões complexas como violência, presença de gangues, diversidade, gravidez precoce, uso de drogas e redução de pobreza.

Para refinar a seleção das escolas, Marlova Jovchelovitch Noletto, coordenadora da Área de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil e coordenadora do Programa Abrindo Espaços no país, sugeriu que fossem priorizados casos envolvendo solução de problemas por meio de diferentes ferramentas, como esporte, cultura e geração de renda. Além de episódios pitorescos que resultaram da aproximação entre escola e comunidade, como o casamento comunitário.

De cerca de 80 histórias, foram selecionadas oito. Algumas muito boas ficaram de fora, em razão da necessidade de cumprir prazos de edição. Cito a Escola Professor Alberto Levy, localizada no Planalto Paulista, bairro nobre da capital, que adaptou sua quadra e treinou profissionais para montar um time de futsal com deficientes visuais, além de uma equipe de basquete com deficientes físicos que usam cadeiras de rodas. Os jogadores moram em Paraisópolis, periferia da zona sul da capital, e o transporte deles até lá vinha sendo feito por meio de parceria entre a escola e associações que atendem a esse público.

As escolas aqui citadas não resolveram os problemas das famílias dos seus alunos, mas são exemplo de que diretores e professores têm função aglutinadora e, com a participação ativa da comunidade, são capazes de promover dias de paz nos lugares mais violentos de qualquer cidade brasileira, não apenas de São Paulo.



PARTE I
A ESCOLA NA COMUNIDADE



Na escola João Kopke há muitos filhos de imigrantes bolivianos que chegam ao Brasil em busca de trabalho. São Paulo (SP).



MOSAICO DE GENTE

À primeira vista, o que mais chama a atenção na Escola João Kopke, localizada na região dos Campos Elíseos, centro da capital paulista, são as grades. Ferro, aço e arame de todo tipo em todos os lugares: onde há um vão entre o final de um muro e o início do teto, há tramas de arame para evitar que o local seja “escalado” e algum intruso entre por lá. Se há bebedouro, é chumbado na parede com duas faixas de aço. A mesa de pingue-pongue, localizada ao lado da quadra, é protegida por uma porta de ferro. Na entrada principal, há um alarme dotado de sensor que detecta a presença de pessoas na área que dá acesso à diretoria e às salas de aula.

Ao olhar para o local, fica difícil não estabelecer um paralelo com uma prisão ou outro local onde a entrada e a circulação são restritas. Mas, neste caso, vale o ditado popular: “As aparências enganam”. No caso da Kopke, aliás, enganam muito. A marca da escola é acolher grupos heterogêneos e, em muitos casos, marginalizados, e estimular uma convivência harmônica entre eles, dentro do possível.

Na sua rede regular de ensino, a Kopke reúne estudantes das mais diversas regiões da cidade: cortiços do centro, periferias das zonas sul e norte, Região Metropolitana, imigrantes bolivianos e

um grupo pequeno de peruanos. Nos fins de semana, quando a escola abre para a comunidade, entram homens e mulheres bolivianos já adultos, jovens do centro e de grande parte da periferia de São Paulo, moradores de rua e consumidores de crack, geralmente crianças e adolescentes.

Essa escola já teve inclusive um time de vôlei formado por gays e lésbicas. “Quero todo mundo dentro da escola: moradores de ruas, gays, craqueiros, bolivianos adultos, jovens e crianças”, diz Marco Antônio Gomes da Silva, 37 anos, vice-diretor da escola e responsável por sua abertura nos fins de semana. Ele é radical na defesa da convivência de grupos heterogêneos, apesar disso gerar melindres e do potencial explosivo dessas relações.

O bairro onde está localizada a escola já foi considerado nobre, mas hoje é uma das regiões mais degradadas do centro, apesar de o entorno ter melhorado com a criação da Sala São Paulo, da Pinacoteca do Estado e do Museu da Língua Portuguesa, na Estação da Luz. Mas a vizinhança mais próxima é mesmo uma área conhecida como Cracolândia, por ser o principal reduto dos usuários dessa droga. Próximo à escola está uma das esquinas mais ativas do crack: final da alameda Glete com a rua Helvetia.

Na Helvetia, as transportadoras fecharam depois que a rodoviária de São Paulo foi transferida dos Campos Elíseos para a zona norte e deram lugar aos chamados “hotéis de viração”, onde se paga R\$ 10,00 por hora pelos quartos. A gíria local é perguntar quanto é a “HO” (hora). Os principais clientes são prostitutas e usuários de droga. Há anos, a Prefeitura de São Paulo determina o fechamento desses locais e a polícia faz ações para prender envolvidos com o tráfico. Meses depois, tudo volta a funcionar – o desamparo das crianças pobres das grandes cidades precisa de mais do que um punhado de decretos para ter fim.

Além dos craqueiros – geralmente crianças e jovens no início da adolescência que costumam furtar para comprar droga – a praça em frente à escola abriga também bêbados e moradores de rua, os mais pacíficos de toda a vizinhança. Mas o fato é que a população que vive grudada nos muros da escola é formada por uma tribo de nômades urbanos com os quais não é fácil estabelecer vínculo, especialmente com as crianças viciadas. E é essa população que se esgueira pelos buracos da escola para levar tudo o que possa ser vendido para comprar droga.

Durante anos, a escola foi saqueada depois do turno noturno que acaba às 22h. “Até o mastro da bandeira, que tinha seis metros, foi furtado”, diz Eduardo Maia Simões, coordenador das escolas da região. Para prevenir, agora os mastros são chumbados no chão. Em outubro de 2005, quando foi feita a primeira reportagem para este livro, até as torneiras de metal dos mictórios dos banheiros masculinos haviam sido roubadas.

Em algumas áreas da escola, depois que as grades foram furtadas, a direção ergueu paredes de concreto. Em outros casos, foi possível partir para soluções mais criativas: os sucessivos furtos a cestas de basquete fizeram que Marco Antônio mandasse confeccionar cestas móveis. Quando acaba o jogo, um dos jogadores pega a escada de alumínio e recolhe as cestas.

Além das grades, chama a atenção a beleza do que sobrou da construção original do prédio, que data do início do século. Uma parte dos portões originais ainda guarda marcas de bala da Revolução Constitucionalista de 1932 – quando paulistas armaram-se para reagir à decisão de Getúlio Vargas (que tomara poder depois do golpe de 1930) de nomear um interventor para o Estado, destituindo o então presidente de São Paulo – denominação dos governadores naquela época. Embora o prédio tenha passado por muitas reformas, ainda há um coreto original de 1900, ao lado da quadra, onde são realizadas oficinas de pintura e artesanato.

O nome da escola tem origem na elite européia: João Kopke nasceu em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em 1852, filho de uma família portuguesa ilustre que imigrou para o Brasil. Formou-se advogado, mas optou pelo magistério. Em 1885, fundou na capital paulista uma escola chamada Escola de Neutralidade, onde lecionaram Caetano de Campos e Rangel Pestana. Antes de morrer, em 1926, Kopke escreveu vários livros para adolescentes.

...

A equipe da Kopke administra uma realidade tão complexa que, os furtos, que obrigam a escola a ser gradeada até o teto e chocam à primeira vista, acabam sendo um problema menor. Lá há 1.700 alunos brasileiros, bolivianos e um pequeno grupo de peruanos matriculados na 5ª série ao 3º ano do ensino médio, e há turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola funciona de manhã, à tarde e à noite.

Como está localizada no centro da cidade, a escola recebe alunos que moram nas áreas residenciais empobrecidas do centro, em prédios ocupados, cortiços e favelas, algumas das quais urbanizadas. Há, ainda, estudantes das periferias e de cidades paupérrimas da Grande São Paulo, como Itapevi e Barueri. Isso porque muitos pais que trabalham no centro conseguem matricular os filhos na Kopke, que, apesar de todas as adversidades, ainda tem o mérito de oferecer bom nível de ensino. Quando acaba o turno escolar, os que moram longe esperam pelos pais em uma das três instituições assistenciais localizadas perto da escola.

Uma das estratégias para harmonizar a convivência entre adolescentes de bairros e culturas tão distintas é o futebol, atividade que une os mais diversos grupos culturais da periferia de São Paulo presentes na escola, a turma do skate, do *hip hop* e do funk, os grafiteiros, *skin heads*, *punks* etc. No fim de semana, os alunos são reunidos por times: Corinthians, Palmeiras e São Paulo. Cada um traz a camisa que tem em casa, e jogam uns contra os outros. Nessas ocasiões, a quadra fica enfeitada com bandeiras, e nunca foram registrados episódios violentos durante os jogos. Mas perguntar qual é o time que já ganhou mais vezes não é a melhor estratégia para iniciar uma conversa.

Em 2000, o governo de São Paulo fez um projeto-piloto de abertura das escolas nos fins de semana. A Kopke foi uma das primeiras a aderir, mas apenas cedeu as quadras para a comunidade. Esse antigo projeto de abrir escolas – chamado Parceiros do Futuro – não tinha uma estrutura profissional como a do Escola da Família, que conta com equipes especializadas, recursos e cursos regulares de capacitação que têm como mote usar a escola como local de inclusão social.

Outra diferença é que esse programa tem eixos definidos – cultura, esporte, saúde e qualificação para o trabalho. Mas as atividades são escolhidas pela comunidade e dependem dos voluntários locais. Na Kopke, por exemplo, o forte é o esporte, especialmente futsal e basquete. Com o início do Escola da Família, em agosto de 2003, a escola passou a oferecer um leque maior de oficinas, como a de culinária, uma das preferidas das mulheres bolivianas, depois do basquete.

Porto seguro

Cada vez mais, a Kopke é uma referência para os bolivianos que chegam ao Brasil com filhos entre 10 e 17 anos (idades compatíveis com as séries da escola), mesmo para os que entraram no país de forma ilegal. Essas famílias costumam trabalhar nas confecções do bairro do Bom Retiro, a cerca de dois quilômetros da escola. Marco Antônio afirma que a maioria das crianças, quando vai fazer matrícula, já leva pelo menos o número do registro provisório de estrangeiro. Se isso não ocorre, a equipe orienta a família a regularizar a situação dos filhos.

A maioria dos bolivianos que vive no Bom Retiro, incluindo os que têm filhos no Kopke, trabalha em condições desumanas e ganha por produção – o salário depende da quantidade de peças produzidas durante o mês e pode chegar a R\$ 1.000 para um operário que trabalha das 8 às 22 horas e, também, aos sábados pela manhã. Para morar perto do trabalho, eles pagam aluguéis que variam de R\$ 700 a R\$ 1.000 por mês. São apartamentos de dois ou três cômodos localizados em prédios comerciais. Como é caro, duas famílias dividem a mesma casa. Os filhos dessas famílias acabam trazendo toda essa carga para a escola.

Fazer que brasileiros – que vêm de bairros com culturas completamente diferentes – convivam com bolivianos e peruanos de forma harmônica e ainda estabeleçam uma relação minimamente pacífica com os moradores “do muro” (especialmente craqueiros, que cometem pequenos furtos) é um desafio com o qual a equipe da Kopke convive diariamente durante as aulas regulares e nos fins de semana. O dia-a-dia da escola é tão intenso que as demandas que chegam a cada hora na sala da direção remetem ao título de um dos CDs mais conhecidos da banda Titãs: *Tudo ao Mesmo Tempo Agora*.

Marco Antônio, há quase uma década na escola, tem certeza de que a abertura para a comunidade aos sábados e domingos contribui para melhorar, ainda que lentamente, a convivência entre grupos culturais tão diversos: “Pela primeira vez em todos esses anos, estamos de janeiro até junho de 2006 sem registrar um único boletim de ocorrência por furto ou invasão. Já vamos até comprar outro bebedouro”.

Estou no Brasil há quatro anos. Vim de Oruru, na Bolívia, com meu marido, e entramos no país por Corumbá. Fiquei com um pouco de medo de vir, mas não muito, porque minha irmã mais velha já estava aqui há um ano. Meu marido e eu trabalhamos na mesma oficina de produção de vestidos. Quando chegamos, não sabíamos costurar, mas fomos aprendendo, e, lá onde trabalhamos, cada pessoa faz o vestido completo, do começo ao fim.

Como tivemos uma filha no Brasil, conseguimos o Registro Nacional de Estrangeiro e CPF, mas nem assim temos carteira assinada.

Nós dois juntos ganhamos R\$ 800 por mês. Não é muito, mas não temos como fazer mais dinheiro porque eu não posso passar o dia inteiro na oficina. Minha filha é pequena, e preciso ficar um pouco com ela. Moramos numa casa de dois andares. O nosso é o segundo – tem sala, quarto e cozinha, e o aluguel é R\$ 750 por mês. Como é muito caro, dividimos com outra família.

Para aumentar o salário, meu marido trabalha nos fins de semana, e assim consigo pagar um curso técnico de enfermagem. Quero encontrar um emprego melhor porque essas oficinas de costura são muito cansativas.

Essa escola é nosso único lazer. Eu participava da equipe de basquete das bolivianas. Jogávamos todo domingo das 9 às 12 horas, mas faz uns meses que o organizador saiu (um membro da comunidade boliviana que atuava como voluntário) e paramos de jogar. Agora venho aprender a cozinhar e trago minha filha, que tem 3 anos, para fazer oficina de artesanato, correr. Antes de a escola abrir, ficávamos andando pelo bairro sem nada para fazer. Minha filha não tinha onde brincar.

Só venho nessa escola nos fins de semana porque minha filha é pequena e estuda numa creche, onde a maioria das crianças é boliviana. Acho que a convivência com os brasileiros melhorou um pouco, mas ainda sinto discriminação. Eu ouço os brasileiros falarem assim, lá vêm os bolivianos.

Costureira, 29 anos, frequentadora da Kopke

Boleiros

Com o início da abertura sistemática das escolas, uma das primeiras providências da equipe da Kopke foi produzir um almoço comunitário aos domingos. Marco Antônio diz, brincando, que é especialista em “dar um jeito”. Não há dono de supermercado, venda ou padaria da região que não

tenha recebido uma visita sua para pedir alimentos para a refeição dominical. Comem os jovens que vão jogar, as crianças, as famílias bolivianas, os moradores de rua e os meninos do crack. A escola chega a servir 200 refeições nos dias mais concorridos.

Para ganhar a confiança dos moradores de rua, a equipe os atende com cortesia durante a semana – os funcionários vão até a porta ver no que podem ajudar, servem água e, muitas vezes, dão um prato de comida. Uma vez a cada dois ou três meses organizam um mutirão para cortar o cabelo deles. Marco Antônio crê que só agora, depois de quase três anos abrindo a escola, está conseguindo de fato uma interação maior com a comunidade do entorno.

Até os meninos do crack entram na escola, aos domingos, para almoçar e assistir um pouco às concorridas partidas de futsal. Se tivessem condição física para jogar, seriam aceitos nos times. Mas os usuários dessa droga, derivada da pasta de cocaína não refinada, ficam rapidamente debilitados fisicamente. Pesquisa epidemiológica feita em São Paulo sobre essa droga, no ano 2000, revela que, dos 270 craqueiros estudados, 92% apresentavam sintomas de doenças respiratórias e 84% já tinham sintomas de doenças cardiovasculares. A pesquisa foi feita pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Aids, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, e foi divulgada no 12º Congresso Internacional de Crack, Cocaína e Anfetaminas realizado em Viena.

Os dados dessa mesma pesquisa confirmam a dificuldade de a escola estabelecer vínculo com os craqueiros para que deixassem de furtar. Dos entrevistados, 87% declararam já ter se envolvido em atos violentos e 62% afirmaram ter participado de roubo ou furto.

Em outubro do ano passado, pela primeira vez, houve um torneio de futsal de times brasileiros contra bolivianos. Antes, os campeonatos eram totalmente separados. Na final, foram erguidas as bandeiras dos dois países, mas quem venceu foi o time boliviano, que teve direito à execução do hino do seu país. Todos ganharam medalha, e os vencedores ainda levaram uma taça coletiva.

A diferença é que eles (os estrangeiros) levam mais a sério. Os brasileiros chegaram aqui visivelmente chapados de maconha e achando que iam dar um banho no outro time. Eu não falei nada, porque não vimos droga. Colocamos toda a equipe na quadra, juiz, bandeirinha, tudo. Eles perderam feio, e a festa foi boliviana, mas não houve um incidente, lembra Marco Antônio.

No início deste ano, fizeram novo campeonato de futsal e os brasileiros se comportaram da mesma forma. “Além de chegar na quadra cheirando a maconha e com os olhos vermelhos, os brasileiros foram indisciplinados, tiraram a camisa e brigaram uns com os outros”, conta Marcel Sernaglia, 27 anos, educador dos fins de semana. Como faltavam poucos minutos para o jogo acabar e os bolivianos estavam ganhando por uma boa diferença, o juiz expulsou um brasileiro e encerrou a partida. “De tanto perder, eles vão aprender a levar o time dos bolivianos a sério e perceber que droga e esporte não combinam”, acredita ele.

Toshioro Aoto, 25 anos, ex-presidente do centro acadêmico da Kopke, afirma ser visível a integração entre brasileiros e bolivianos.

Você não imagina o que era essa quadra no ano 2000, quando a gente abria nos fins de semana só para o futebol. A gente até tentava fazer jogo entre boliviano e brasileiro, mas sempre acabava do mesmo jeito: se eles sentiam qualquer entrada mais dura, ou possibilidade de dar problema, pegavam a bola e iam embora sem se despedir. Não havia confiança, espaço para brincadeira, nada. Os torneios eram completamente separados.

A explicação para isso é que os bolivianos, muitos ilegais, temiam confusão maior dentro da quadra e a conseqüente chegada da polícia. Hoje, começam a acreditar em soluções mais pacíficas dentro da escola.

A maioria dos freqüentadores dos sábados e domingos – em média 200 pessoas no sábado e 300 no domingo – não é aluno da escola. No máximo, ex-alunos. Ou seja: a escola recebe nos fins de semana um público muito diferente e ainda mais heterogêneo do que de segunda a sexta-feira. “Durante a semana, a convivência entre eles (brasileiros de diversos bairros e bolivianos) é tranqüila porque já é rotineira. Há alguns cuidados que todos os professores tomam – explicam aos alunos que ingressam na 5ª série que ninguém está autorizado a chamar o colega de Bolívia”, diz Marco Antônio. “Apelidos relacionados à nacionalidade não são tolerados na escola, porque podem gerar brigas. Imagina um moleque chamando o outro de ô Bolívia, vem cá. Onde isso não vai acabar?”, completa o vice-diretor.

Outra recente vitória da escola – além da trégua nos furtos – foi que, no dia 4 de junho de 2006, abertura da Copa da Família, a Kopke conseguiu montar dois times de futsal mistos com brasileiros

e bolivianos nas categorias sub 14 (nascidos em 1992-1993) e sub 12 (nascidos em 1994-1995). “Pode ter certeza de que eles vão lá defender a escola sem rivalidade nenhuma”, confia Marcel. Aproveitando que a Bolívia não disputaria a Copa do Mundo, a escola colocou televisões no pátio e estimulou os alunos e a comunidade a assistirem aos jogos de lá.

Sem nome

Marcel afirma que qualquer estimativa sobre o número de bolivianos que vivem no Bom Retiro é imprecisa. Se eles não têm filhos na rede pública ou documento brasileiro, impossível para a escola contabilizá-los. Ele diz que reconhece os imigrantes ilegais, especialmente os que acabaram de chegar ao Brasil, no momento em que cruzam o portão da escola. Nos fins de semana, um voluntário fica na entrada e pede à pessoa que escreva seu nome em um caderno para controle de presença: “A gente explica que não tem nada a ver com a situação dele no Brasil, pede apenas o primeiro nome, mas não adianta: eles vão embora. Têm medo de serem pegos pela polícia”.

Por outro lado, dois fatos recentes demonstram que a escola está conseguindo criar vínculo com moradores de rua e craqueiros, ainda que eles sejam diferentes entre si. Há poucos meses, por volta das 23h, Marco Antônio e a última funcionária do turno noturno se preparavam para ir embora. Para adiantar, ela destrancou o portão principal e o deixou entreaberto enquanto esperava pelo vice-diretor. Ele ainda estava na diretoria, terminando de arrumar as últimas coisas. Nesse meio tempo, entrou um homem sem camisa, todo ensangüentado. Passou direto pelo pátio e chegou à sala de Marco Antônio. A funcionária, apavorada, saiu correndo da escola. Fui logo dizendo: “meu senhor, não me roube, porque eu não tenho nada”, conta ele ao revelar ter ficado bastante nervoso. O homem explicou que não lhe faria nada – era um carroceiro que havia acabado de ser furtado na praça e ainda havia levado um murro no rosto e, por isso, sangrava.

O carroceiro fez então dois pedidos: um copo de água e que Marco Antônio chamasse a polícia para levá-lo ao albergue onde costumava dormir: “Quando cheguei com a água em um copo de vidro, ele me disse que não poderia aceitar. Além de estar sujo de sangue, poderia ter Aids. Eu fiquei arrasado com a falta de auto-estima, as condições dele, tudo. Fiz ele beber no copo mesmo, arrumei uma camisa limpa e chamei a polícia”.

Os policiais chegaram com armas em punho, provavelmente porque receberam a informação errada de que a escola havia sido invadida, e o vice-diretor, feito refém. Desfeito o mal-entendido, o carroceiro saiu de lá na viatura em direção ao abrigo. Supõe-se que esta história tenha se espalhado entre os carroceiros da região.

Outro episódio recente aconteceu quando um grupo de professores saía da escola, por volta das 22h30, em direção ao estacionamento onde guardam os carros, em uma rua próxima que passa no meio da Cracolândia. Um deles se atrasou, ficou para trás e foi abordado pelos meninos do crack. Apavorado, correu até os colegas pedindo que o esperassem. Na mesma hora, um dos meninos do bando foi até Marco Antônio e disse: “Ô diretor, o senhor não se preocupe que a gente não vai roubar ninguém da sua escola. É que a gente viu ele assim, mais bem-vestido, e achou que tinha vindo comprar pedra”, relata Marco Antônio, surpreso pelo fato de os meninos saberem pelo menos parcialmente seu cargo na escola, já que ele é o vice.

...

Um dos responsáveis pela aproximação dos bolivianos, desde que a abertura da Kopke se resumia apenas à cessão das quadras, é um líder da comunidade do país vizinho chamado Jorge Gutierrez. Ele chegou ao Brasil em 1986, por meio de um intercâmbio entre os dois países. Era jogador de futebol profissional na Bolívia, veio tratar de uma lesão na coluna e acabou ficando no Brasil. Além de organizar o esporte voluntariamente para os homens e mulheres, ele mantinha uma rádio comunitária, chamada Meteoro, com alcance limitado ao Bom Retiro, que divulgava em espanhol as atividades da escola nos fins de semana e convidava os conterrâneos.

Mas ele não tem aparecido na escola, e a rádio parou de funcionar. Um grupo de bolivianos fez chegar à direção a informação de que ele foi convidado pelo novo presidente da Bolívia, Evo Morales, para ocupar um cargo ligado aos esportes. Outros dizem que isso é delírio. “Encontrei ele semana passada aqui mesmo no Bom Retiro”, afirma Juan Carlos Julian, 30 anos, que está no Brasil há seis. O fato é que já apareceu na escola outra pessoa candidatando-se a organizar as atividades esportivas para a comunidade boliviana.

Vim ao Brasil uma vez para passear e decidi voltar para morar aqui. A maioria da comunidade boliviana do Bom Retiro vem de Oruru, La Paz e Cochabamba. Eu também trabalho em confecção, só que em empresa legalizada, com tudo certinho, carteira de trabalho e horário normal. Sou piloteiro (faz a primeira peça para testar o corte). Chego às 8h e saio às 17h30. Como os aluguéis aqui no Bom Retiro são muito caros, moro em Santa Efigênia com minha mulher e minha filha, de um ano.

As mesmas casas pelas quais cobra-se R\$ 800,00 por mês aqui custam R\$ 400,00 em qualquer outro bairro do centro da cidade. O problema é que o pessoal do Bom Retiro sabe que os bolivianos precisam morar perto do trabalho. Chegam ao Brasil sem documentos, sem nada, então colocam o preço lá em cima.

Ganho R\$ 650,00 por mês, mas, como tenho documentos e trabalho fixo comprovado, consegui comprar duas máquinas industriais parceladas, que ficam na minha casa. Quando chego da empresa, trabalho como autônomo para as oficinas que pagam por produção. Minha mulher também ajuda e não precisa sair de casa.

Juan Carlos Julian, 30 anos, freqüentador da Kopke

Feijão com arroz

Enquanto os jogos de basquete das bolivianas não recomeçam, a equipe da escola montou uma oficina de culinária no horário do jogo. As mulheres aprendem a fazer comida brasileira – já fizeram feijão com arroz e tortas salgadas – e, de alguma forma, vão se aproximando mais da cultura do país onde moram. Aproveitam para se encontrar e não perder o contato.

A principal novidade da Kopke é um curso de português e cultura brasileira para os estrangeiros do bairro. É uma adaptação de um programa de alfabetização de adultos proposto pelo Programa Escola da Família. As classes têm entre 30 e 45 alunos. Aos sábados, das 14 às 16 horas, aprendem português, matemática, ciências e artesanato, disciplina que contempla cultura e folclore brasileiros. Qualquer estrangeiro é aceito no curso, desde que apresente um documento do seu país.

Eu sou universitária bolsista desta escola há dez meses, estudo Letras no Mackenzie. Dou as aulas de português e culinária. Sinto que os bolivianos estão lentamente se sentindo acolhidos. Antes, eles tinham mais receio de se aproximar da equipe. As aulas abriram caminho para eles se interessarem por outras atividades, como artesanato com sucata ou mesmo assistir à capoeira. Agora estamos

falando sobre festa junina. E, enquanto aprendem a cozinhar ou fazer pão, também exercitam o português e ampliam o vocabulário.

Eu percebo que eles se sentem muito explorados. Trabalham em esquema de semi-escravidão e moram em casas minúsculas divididas com outras famílias. Eles não me contam isso, mas dá para notar. Um dia desses, sugeri que ouvissem música brasileira para se familiarizar mais com a língua. Muitos responderam que, como vivem em casas pequenas e com muita gente, há um rodízio para que cada um tenha um tempinho para ouvir o que gosta. E o esquema é assim: um parente vem e vai trazendo os outros.

Todos dizem que as faculdades e cursos técnicos na Bolívia são mais baratos, mas que não há emprego. Mesmo assim, muitos voltam. Soube que pelo menos 20% dos alunos da classe de português do ano passado voltaram para a Bolívia. Acho que preferiram a pobreza à exploração.

Jôse Cássia Santana dos Santos, universitária bolsista, 22 anos

Algumas histórias da Kopke surpreendem o ouvinte, seja porque refletem mazelas humanas que deixam o interlocutor desconfortável ou pelo inusitado da situação. Mas é só visitar a escola algumas vezes e passar algumas horas por lá que as peças começam a se encaixar no quebra-cabeça.

Lá, há crianças estrangeiras, com idade entre 9 e 10 anos, que são obrigadas pelos pais a trabalhar nas oficinas de costura para aumentar a produção da família. Nestes casos, a direção conversa com a família, mas não denuncia ninguém (a legislação brasileira proíbe crianças menores de 12 anos de trabalhar) para não prejudicar quem já sobrevive de forma subumana, trabalhando 13, 14 horas por dia em oficinas abafadas.

Há também adolescentes de todas as tribos testando seus limites. Com essa história de a Kopke ser uma escola de boleiros, jovens usuários de maconha sentiram-se no direito de pleitear um horário na quadra só para eles, o que obviamente foi negado. Alunos pegos fumando maconha no pátio da escola são proibidos de frequentar a quadra nos fins de semana. Em uma escola onde o futsal é tradição, não há punição pior. “Minha filha, aqui quando você acha que já viu e ouviu de tudo, prepare-se que ainda vem mais”, diz Marco Antônio.

Tínhamos um aluno boliviano aqui na escola que chegou ao Brasil só com o pai. Quando o menino tinha uns 15 anos, um dia chegou aqui uma senhora aos prantos. Ela vinha de Cochabamba à procura do filho que não via há 10 anos. Ela soube que os bolivianos dessa faixa etária que vivem em São Paulo estudam na Kopke e veio direto. Por alguns minutos ficamos sem ação. A mulher queria ver o filho. Implorava, pedia ajuda e dizia que não sabia onde ele morava com o pai, o responsável legal pelo menino.

Enquanto tentávamos localizar o pai, fui até a sala de aula e chamei o menino para dar uma volta no corredor. Perguntei o que ele faria se soubesse que a mãe esteve na escola à sua procura. Ele nem pensou: disse que ficaria muito feliz. E eu naquela dúvida, sem saber se o pai aprovaria nossa atitude de deixar os dois se encontrarem. Mas a emoção falou mais alto.

Mãe e filho se encontraram aqui, na minha sala. Depois de tantos anos sem se ver, abraçaram-se, choraram. Todos nós tivemos que disfarçar as lágrimas.

O pai chegou acompanhado do cunhado (irmão da mãe do aluno) e acabaram indo para casa juntos. Percebemos que a escola havia se transformado em um ponto de referência tão forte para os bolivianos que, quando estão à procura de um parente, batem na nossa porta.

Márcia Natália Motta Melo, 40 anos, diretora da Kopke



Grupo Arte na Lata, criado a partir de oficinas de música oferecidas pelo programa paulista de abertura das escolas. Osasco (SP).



ERA LIXO E VIROU MÚSICA

Infância difícil, suada. Correria pelas ruas de Osasco, na Grande São Paulo, para vender pão caseiro e ajudar a sustentar a mãe doente, os dois sobrinhos e a irmã. A escola sequer aparecia na lista de prioridades do garoto Jotta Ribeiro. Aos 13 anos, começou a se interessar por música, e o cavaquinho virou sua paixão. Aos 16, conheceu o grupo Retrato do Samba, montado por um tio. Trabalhou como faxineiro de supermercado, ambulante, alistou-se no Exército, mas nunca parou de tocar. Sonhava em ser músico.

Aos 19 anos, seus melhores amigos foram assassinados em brigas que, de tão corriqueiras, nem aparecem no noticiário. Foi então que Jotta começou a perceber que a música poderia ajudar a reduzir a violência e abrir horizontes para as crianças e jovens da periferia de Osasco.

Anos se passaram, até que ele teve a oportunidade real de criar um projeto musical para os estudantes das escolas públicas da sua cidade. Durante o Fórum Cultural Mundial, realizado em São Paulo, em 2004, Jotta viu, pela primeira vez, uma apresentação do grupo Bate-Lata, de Campinas, um dos pioneiros no Brasil na utilização de sucata para produzir instrumentos de percussão. Ficou

encantado e pensou que seria uma forma barata de levar música para as crianças das favelas de Osasco, município de 695 mil habitantes.

A banda Bate-Lata faz parte de um dos projetos da Fundação Orsa, o braço social de um dos maiores grupos empresariais do país, com atuação no setor de papel e celulose. A estrutura da fundação, aliada ao talento e à criatividade do grupo, criado há 12 anos, ampliou os contatos do Bate-Lata para além da periferia de Campinas, onde fica a sede do projeto. Receberam letras do músico Chico César, e o CD do grupo contou com a participação de Caetano Veloso, de Carl Smith (do grupo nova-iorquino Stomp, que usa percussão e movimento) e da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas. Uma das inovações do Bate-Lata é o “chinelofone”, produzido com chinelos de dedo de borracha.

No início de 2004, seis meses depois de as escolas estaduais começarem a abrir nos fins de semana para a comunidade, Jotta reuniu alguns amigos de infância – entre eles músicos e capoeiristas – para organizar oficinas de percussão e dança (*street dance*) em seis escolas na periferia de Osasco. Como não havia dinheiro para pagar o transporte dos voluntários, acabaram optando por um único colégio, o Elói Lacerda, no bairro Piratininga, freqüentado por comunidades de várias favelas.

O primeiro passo foi fazer uma pesquisa informal com freqüentadores de 15 a 29 anos que vinham à escola aos sábados e domingos. A idéia era tentar, ainda que empiricamente, mapear os principais problemas dos jovens do lugar e ver se eles se interessariam por uma oficina de música. A pesquisa revelou que 36% dos entrevistados já trabalhavam, mas 28% estavam em subempregos, sem nenhum direito trabalhista.

Diante dos dados, Jotta decidiu investir em uma faixa etária mais jovem – de 5 a 16 anos. Utilizariam a música como instrumento de recuperação da auto-estima para estimular essa turma a estudar e a ter uma melhor qualificação, antes de procurar trabalho. Na periferia, os jovens que não entraram para o mundo do crime começam a procurar emprego entre 15 e 16 anos.

Jotta queria usar sucata. A dúvida era se as crianças, já cansadas de mendigar trocados nos sinais de trânsito e pedir comida nas portas das casas de gente rica, estariam dispostas a catar lixo e tampões plásticos em ferros-velhos para construir os instrumentos.

*Não estou aqui pra falar da realidade,
O que acontece nos bairros pobres das comunidades.
Desemprego, índice baixo de educação,
Violência sem estrutura não tem condição.
De viver uma vida digna na comunidade,
Enfrentando o preconceito da sociedade.
Já sofri, já passei, tanta humilhação!
Mais consciente sempre firme com os pés no chão...
Pobre, negro, então me diz o que será...
Mais um prato cheio quando o sistema nos pegar...
Não me entreguei, não me abati, não me deixei levar,
Mais um soldado do meu povo pronto pra lutar.
Mais um recruta preparado pronto para essa guerra!
Gladiador medieval sempre em sentinela.*

**Trecho da música *Nos bairros pobres das comunidades*
Arte na Lata com colaboração de Gil Tatoo**

Lata velha

A oficina atraiu meninos e meninas de 5 a 16 anos. Nos primeiros encontros, quando os integrantes começaram a se apresentar uns para os outros, ficou claro que a maioria enfrentava rotina parecida: eram filhos de pais separados, enfrentavam alto índice de alcoolismo nas famílias e, especialmente as crianças menores, passavam parte do fim de semana pedindo dinheiro nos faróis dos bairros mais ricos. No primeiro momento, 20 crianças uniram-se ao grupo e saíram em busca de matéria-prima para fazer os instrumentos. Muito material, como latas usadas de azeitona e de milho, foi catado do lixo.

O mais difícil foi conseguir de graça nos ferros-velhos os tambores plásticos com capacidade para 200 litros, que custam até R\$ 100,00. Pediram ainda alguns de 40, 60 e 18 litros, além de latas de tinta de 18 litros. “Dizíamos nas sucatas que os tambores eram para montar um grupo de música e os caras davam risada. Pensavam que a nossa mãe é quem tinha mandado a gente ir pedir para vender depois”, diz Danilo, 15 anos.

O grupo precisava ainda de chapas de raio-x e de dezenas de canecas plásticas. Os instrumentos ficavam espalhados na casa dos integrantes do grupo. Os maiores guardavam os tambores e se revezavam para levá-los nas costas até à escola, local dos ensaios. No início, canecas plásticas eram usadas em dias de chuva. “Impossível carregar um tambor pesado nas costas embaixo de temporal”, explica Jotta. Com as canecas, ensaiavam ritmos pelos corredores da escola e mantinham o pique do grupo.

Três meses depois do início das oficinas, Alexandre Randi, ex-maestro do Bate-Lata, foi a Osasco convidar Jotta para conhecer a sede do projeto, em Campinas. “Eles me contaram que se espelharam no grupo Moleque de Rua, e eu contei que me inspirei neles. Combinamos que em todas as apresentações faríamos referência uns aos outros e criaríamos uma corrente que, espero, se mantenha”, diz Jotta.

Apesar da diferença de estrutura entre o Arte na Lata e o Bate-Lata, a experiência bem-sucedida com as crianças e jovens excluídos de Campinas estimulou Jotta a continuar tentando ampliar os horizontes das crianças de Osasco por meio da música. O Bate-Lata está na terceira formação e já atendeu a 50 crianças e jovens. O atual produtor-executivo do grupo, Milton Pereira, 30 anos, que afirma ter contato com os antigos integrantes, diz que todos terminaram o ensino médio, conseguiram trabalho na região e visitam regularmente a sede do programa. Apenas uma das antigas integrantes permanece na banda, fazendo produção artística. O próximo passo do programa será montar cursos profissionalizantes de música para quem quiser tentar carreira na área.

Batendo lata

O Arte na Lata deu um passo à frente quando conseguiu o apoio do Centro de Voluntários de Osasco, que mobilizou músicos para ensinar dicção e ajudar os integrantes do grupo a descobrir com que instrumentos tinham mais afinidade. Os garotos contam que, no início, eram alvo de chacota

dos vizinhos que os viam carregando “lixo” de um lado para o outro. “Quem não conhece o trabalho fala que a gente só mexe com tranqueira e lixo. Não percebem que são instrumentos musicais”, diz Durval, 16 anos.

“Cansei de vir ensaiar carregando tambor nas costas e gente na rua parar para me perguntar se eu trabalhava em ferro-velho”, diz Danilo. “Um dia, um cara saiu do carro para me perguntar se poderia jogar uns lixos dentro do tambor que carregava nas minhas costas”, relata Emerson Araújo, 14 anos.

Thainá, de 10 anos, enfrentou a avó para entrar no grupo. “Toda vez que eu saía pra ensaiar, minha avó dizia que o grupo não servia para nada. Não vou repetir os palavrões que ela dizia, tá? Mas ficava rindo: lá vai você tocar lata velha”.

O convite para trocar a função de pedinte em sinal de trânsito pela participação em uma oficina de percussão tocou forte a garotada. O grupo ficou coeso e transformou as letras das suas músicas em gritos de guerra contra a pobreza, a discriminação, a violência e a gravidez precoce. E os adultos começaram a ouvir a voz das crianças e jovens das favelas de Osasco.

O que eu mais gosto de fazer? Ah, tocar lata. Sou pequena, mas toco com a maior força, diz Talita, 9 anos, ex-veterana dos sinais de trânsito da cidade. A menina, que é muito franzina, quando fala, pede com os olhos a aprovação da irmã, Thainá, um ano mais velha – a mesma que defende a banda diante da avó.

*Chega de pedir, bater palma em troca de pão
Vem fazer Arte na Lata e ser alguém nesse mundo cão
Chega de vender bala, chocolate lá na estação
Vem fazer Arte na Lata e ser alguém nesse mundo cão
Chega de ser protagonista da discriminação
Vem fazer Arte na Lata e ser alguém nesse mundo cão
Arte na Lata vem cantar e encantar levar alegria
Na cabeça de cada criança da periferia*

Trecho da música *Eu sou arte na lata*

Se os pais das crianças estranharam a tentativa de montar um grupo musical com sucata, os profissionais do Programa Escola da Família, que abre as escolas estaduais para a comunidade, não tiveram comportamento diferente. Logo depois que os meninos reuniram os tambores e as latas necessários para começar a ensaiar, a diretora da escola, Edna Rodrigues, 44 anos, emprestou uma sala para guardar os instrumentos e evitar que os meninos andassem quilômetros com tambores nas costas. Um dia, antes do ensaio começar, Jotta chamou Hercília Ferreira, que cuida da abertura da escola nos fins de semana, e pediu que ela buscasse os instrumentos que ficaram trancados no lugar cedido para eles.

“Fui lá onde deveriam estar os instrumentos, abri a porta e não vi nada. Voltei lá com o Jotta e disse: Desculpe, mas naquela sala só tem latas. Quando soube que aqueles eram os instrumentos do grupo, fiquei profundamente constrangida”, conta ela.

A dedicação das crianças ao Arte na Lata é grande. Não faltam aos ensaios e, quando chove, ensaiam nos corredores ou em salas de aula. A quadra é aberta e os instrumentos, por serem grandes, não cabem em qualquer espaço. Passaram a se esforçar mais na escola, ou pelo menos evitam faltar, porque essa é uma das exigências para participar do grupo. Muitas crianças ainda tiveram que vencer a resistência das famílias que, no início, não entendiam que lata e tambor poderiam funcionar como instrumentos musicais.

Depois de ensaiar a mesma música centenas de vezes, reuniram-se para fazer uma apresentação para o dono do ferro-velho que tinha doado os primeiros tambores plásticos. “Ele não acreditou no resultado. Agora quando precisamos de alguma coisa, vamos lá e ele nos dá na maior boa vontade”, conta Jotta. Com algumas latas de tinta doadas por empresas, os tambores, que, de fato, pareciam imensas latas de lixo, foram pintados. As latas também foram coloridas e passaram a ter aparência de instrumento artesanal.

O grupo passou a fazer apresentações em outras escolas e praças de Osasco e foi considerado exemplo de sucesso do programa que abre escolas nos fins de semana. Tocou na comemoração de dois anos do Escola da Família e foi aplaudido por autoridades locais, um estímulo para os integrantes do grupo e para a comunidade.

As sucessivas apresentações em praças e ginásios foram deixando os pais mais orgulhosos. “Até o pai de um dos nossos colegas que tinha apelidado a gente de projeto ferro-velho, fica pegando no pé do garoto, lembrando que quem falta a três ensaios sai do grupo”, diz Jonatas, 14 anos. Apesar do apoio familiar, quando precisam comprar camisetas para uniformizar o grupo, tinta para retocar os instrumentos ou arrumar condução para tocar em algum lugar, é aquele sufoco.

Fazer parte do grupo é muito da hora. Ganhei colegas, peguei amizades mais fortes e estou indo até um pouco melhor na escola. Antes eu faltava muito, mas agora sei que, se não vier estudar, posso ficar fora do grupo. Bater lata mudou minha vida. Eu era muito briguento e não obedecia aos meus pais, agora estou mais calmo. Os vizinhos que não acreditavam em nós, agora falam: nossa que demais esse grupo de vocês, hein?

Emerson, 14 anos

*Como posso viver nesse mar de informação
Bombрил na antena, para assistir televisão
Artista de favela, demonstra a dignidade
Chacina não tem trela, e vira celebridade
Somos guerreiros verdadeiros deste velho sistema
Nós viemos pra somar, solucionar o problema
O dia de amanhã é o destino quem traça
A melhor opção é fazer Arte na Lata*

Trecho da música *No embalo da sucata*

Apesar de terem vencido a resistência dos pais e de ganharem popularidade entre os colegas, os integrantes do Arte na Lata batalharam para conseguir patrocínio fixo. Imaginaram que se fizessem um vídeo mostrando o trabalho do grupo, seria mais fácil conseguir dinheiro para comprar camisetas, tintas e lanches para os ensaios e apresentações. A fome é companheira das crianças de Osasco. “Esses meninos chegam aqui (na escola) varados de fome. Se não dermos comida, desmaiam durante a apresentação”, diz Rose Maria da Silva, 34 anos, coordenadora de várias escolas que abrem nos fins de semana no município.

Jotta e os meninos decidiram, então, escrever uma carta ao prefeito de Osasco, pedindo audiência.

Fomos todos lá falar com o prefeito, minha mãe não acreditou que euzinha iria lá falar com o homem. Ele conversou muito, disse que era importante a cidade ter um grupo como o nosso, disse que ajudaria e tudo. Mas só serviu água, que veio num copo chique demais. A gente imaginou que iria ganhar o maior lanche. Saímos de lá mortos de fome, fizemos uma vaquinha e compramos dois sanduíches de mortadela. Deu um pedaço para cada um,

relata Tábata Camargo, 16 anos, que toca lata de 60 litros e tambor do mesmo tamanho.

Fui o primeiro a entrar no grupo. Naquela época, faltava direto na escola, mas agora assisto à aula. Fazer parte do grupo, ficar aqui ensaiando e trocando umas idéias, melhorou minha situação lá em casa, que é muito ruim. Minha mãe é alcoólatra. Chora, briga com todo mundo, mas continua bebendo. Dói muito.

Quando dava problema, saia xingando e ia para a rua. Hoje ajudo no que for preciso. Faço até comida pros meus irmãos quando minha mãe está mal. Somos 12 irmãos, mas só cinco moram em casa. Ontem e hoje ela não bebeu, então cozinhou, mas sei que minha mãe está piorando muito. Ela fica feliz quando me vê tocar. Já foi numas cinco ou seis apresentações. Quando vai, ela zoa legal, mas quando chega em casa, bebe.

Meu pai trabalha como segurança. Nunca foi em nenhuma apresentação. Ele é folgado com a gente, mas pelo menos dá um dinheiro em casa. Meus irmãos e eu temos que nos virar com tudo. Damos um jeito para arrumar o que for preciso para ter as coisas.

É bom conhecer gente nova nas apresentações e ser reconhecido como um Arte na Lata. A música que mais gosto? Suicídio Premeditado, aquela que fala do garoto que os pais foram assassinados em uma chacina e resolveu se matar.

Músico do Arte na Lata, 14 anos

Eu vi meu pai sendo morto na televisão

A escola da vida é uma grande lição, estou fraco, aloprado, estou sem opção

Eu sou um retrato vivo, e as palavras estão na tela

Perdi os meus amigos, sozinho estou na favela

*Inevitável fato que aconteceu comigo, eu sei
que minha mãe também está em perigo
Eles estão chegando, estou apavorado,
não quero ver a minha mãe, morrendo do meu lado
Meu Deus me ajude, proteja a minha família,
deixe minha mãe viver, ao menos esse dia.*

Trecho da música *Suicídio premeditado*

Mãe menina

A Escola Elói, assim como muitas outras da rede pública estadual, enfrenta o problema da gravidez precoce. No ano passado, o sinal vermelho acendeu na equipe pedagógica quando cinco alunas engravidaram mais ou menos no mesmo período – quatro com idade entre 15 e 17 anos e uma de 12. “Fazemos de tudo para que essas meninas continuassem freqüentando a escola. O problema mais comum é que, depois que a criança nasce, ninguém da família tem como cuidar do bebê, e as meninas abandonam o estudo para fazer isso”, diz Edna, a diretora.

Com o aumento da popularidade do Arte na Lata entre a garotada, Edna pediu que o grupo fizesse uma música alertando para o problema. Assim surgiu o rap *Gravidez na adolescência*.

De repente a gente se ligou que poderia fazer uma conscientização com os colegas. A situação na comunidade é assim: meninas de 14 anos engravidando. São várias, e isso começou a virar normal. Até eu já achei isso normal. Fizemos uma letra para mostrar que não é só ter um filho e pronto. Tem que cuidar e ter condição para sustentar,

diz Tábata, uma das compositoras.

*Eu sonhei em estudar, se formar e ser alguém
Eu vou ser dona de casa e cuidar do meu neném
Que vida essa minha 14 anos de idade
Não vou nem poder sair e ser criança de verdade
Seus pais te abandonaram
Agora o que você vai fazer?*

*Sem escola, sem casa
Como vai sobreviver?
Quando esta criança chegar vai ser mais um sofredor
Você está apenas colhendo tudo que você plantou
Tarde demais, não vou voltar ao passado
Agora eu sei que vou tomar mais cuidado*

Trecho da música *Gravidez na adolescência*

No início de 2006, o Arte na Lata mudou para a Escola Walter Negrelli, no mesmo bairro de Osasco, o Jardim Piratininga. Além de ficar mais perto da casa da maioria dos integrantes do grupo, que já são 34, seria possível aumentar o número de crianças que freqüentam o curso de iniciação musical nos fins de semana. Desde o início de 2006, o grupo oferece oficinas abertas de percussão aos sábados e domingos. Essa iniciação musical é freqüentada por cerca de 45 crianças e jovens, fora os integrantes fixos.

Aumentaram os convites para fazer oficinas volantes de musicalização em outras escolas da cidade, inclusive em uma instituição especializada no atendimento a deficientes visuais. O Arte na Lata fez apresentações patrocinadas por um banco e, com isso, conseguiu dinheiro para comprar uma mesa de som profissional. O grupo foi convidado pela Secretaria Municipal de Cultura de Osasco para fazer oficinas uma vez por semana em um espaço cultural da cidade.

Jotta quer que os integrantes do grupo possam ganhar algum dinheiro com as apresentações e oficinas para ajudar suas famílias. Uma das últimas músicas compostas pelos integrantes do Arte na Lata chama-se *Felicidade*.

*Eu sou feliz e vim mostrar, o que faço com as latas e sucatas,
as esperança de sonhar
Muitas crianças são infeliz, neste mundo o futuro é
absurdo com as coisas que tu diz
Vem meu amigo, vamos brincar, roda-roda,*

*pega-pega esconde-esconde, amarelinha vamos lá
Quando eu crescer, vou ser alguém, estudar,
procriar cultivar que os anjos digam amém
Quero ser feliz, pra poder contar, tudo que passei
nesta vida mil motivos pra sonhar
Piratininga vamos cantar. Na terra nossa a festa é
nossa a casa é sua pode entrar
Piratininga vamos jogar, Canaã no basquete
eu pinto o sete e não páro de treinar
Piratininga vamos tocar, Arte na Lata no embalo
da sucata veio aqui pra te ajudar
Foi na zona norte que eu aprendi amar, meus colegas,
meus amigos, inimigos todo mundo que está lá
Quero ser feliz, pra poder contar, tudo que passei
nesta vida mil motivos pra sonhar*

Música Felicidade

“Quando ouvi o som feito com sucata, me apaixonei”

Eu nasci em Carapicuíba (uma das cidades mais pobres da Grande São Paulo). Minha mãe, Dora, tem problemas cardíacos e perdeu oito filhos. Sobreviveram eu e minha irmã mais velha, Odete. Os bebês nasciam e morriam, antes de completar um mês. Só um, o Carlos Eduardo, durou dois anos. Sou o quinto filho.

Mudamos para Osasco quando eu tinha 5 anos. Fomos viver em um conjunto habitacional construído para metalúrgicos – meu pai trabalhava como operador de empilhadeira. Minha mãe era professora.

Quando eu tinha uns 10 anos, meus pais começaram a brigar feio. Discutiam na nossa frente por qualquer motivo. Tinha 12 anos quando meu pai foi embora. Minha mãe já tinha se aposentado por causa da doença.

Comecei a trabalhar com um vizinho, vendendo pães e doces. Fiquei uns oito meses vendendo de manhã e indo para a escola à tarde. Nessa época aprendi a assoviar bem alto para chamar a atenção

dos clientes – foi meu primeiro contato com o som. Nós éramos três meninos vendedores. O sujeito deixava a gente numa esquina e depois de um tempo tocava uma buzina ou um apito. Era sinal de que a gente tinha que mudar de lugar ou que ele precisava de troco.

Aos 13 anos, comecei a fazer parte da Juventude Cívica de Osasco, que é uma espécie de guardamirim da Prefeitura. Fiquei com eles até mais ou menos os 15 anos. Foi lá que tive contato com música, tocando corneta. Meus amigos lá do bairro dos metalúrgicos tinham mais estrutura do que eu, que precisava encontrar maneiras de ajudar minha mãe. Decidi morar com meu pai, porque pensei que não precisaria trabalhar.

Cheguei à casa dele aos 15 anos e saí do programa da juventude. Só que, aos 16, meu pai mandou eu me virar. Parei de estudar no primeiro ano do ensino médio. Fui faxineiro de supermercado e vendi sacos de lixo de porta em porta, na Freguesia do Ó (periferia da zona norte da capital). Nessa época, conheci o grupo Retrato do Samba. Quando vi aquela gente aplaudindo a música deles, pensei: isso é da hora.

Voltei a morar com a minha mãe e reencontrei os amigos que tocavam repique de mão e pandeiro no grupo Só Tempo. Tive que ir para o Exército, mas continuei assistindo aos ensaios deles. Um dia, faltou o cara do pandeiro, entrei no lugar dele e fiquei nove anos nesse grupo. Fui aprendendo cavaquinho. Um dos integrantes mais velhos disse que, se me visse sem o cavaquinho, pararia de me ensinar. Carregava o cavaquinho para qualquer lugar, mesmo que não fosse tocar.

Começou, então, uma época difícil. Meus melhores amigos foram assassinados quando eu tinha 19 anos. O B.A., amigão da Juventude Cívica, estava voltando de um show e foi morto ao descer do ônibus, em frente a uma padaria, no Jardim Pestana, lá na periferia de Osasco. Soube da morte dele no dia seguinte. Era considerado o melhor pandeirista da cidade e morreu aos 19 anos, em 1985.

Dois anos depois, outro amigão morreu assassinado na saída de um campo de futebol. Bateram na porta da minha casa à 1 hora da manhã. Pensei que fosse o pessoal me chamando pra balada e não atendi, mas eles queriam alguém próximo para reconhecer o corpo do Silva no IML. Ele era meu melhor amigo do quartel. Como acordei tarde, não deu tempo de ir ao enterro.

Essas mortes mexeram muito comigo. Comecei a pensar em fazer algo para evitar tanta violência na periferia.

Fiquei seis anos sem estudar. Quando completei 22, procurei a Escola Elói Lacerda para fazer supletivo e procurar algum trabalho. Consegui entrar num curso técnico de jornalismo, marketing e publicidade pago por uma empresa que estava oferecendo bolsas.

Quando acabou o curso, apresentei um projeto de música para ser patrocinado por uma empresa

de informática. Começamos a trabalhar com cerca de 100 crianças na favela do Flamengo, em Osasco, no início de 2002.

O que eu não sabia é que o proprietário dessa empresa era candidato a vereador. Quando a campanha acabou, em outubro, e ele se elegeu, pegou os 12 instrumentos de volta – violão, cavaquinho, tantã, pandeiro, repique de mão e rebole – e fechou o projeto.

Meses depois, na véspera do Natal de 2002, Mic, outro amigo músico, foi assassinado no meio da rua. Desentendeu-se com uns caras de outro bairro, levou duas facadas e tiros de revólver 38.

Decidi então começar a trabalhar definitivamente com música nas escolas, em 2003. Saí pedindo instrumentos em empresas, prefeitura e secretarias, mas não deu certo. No Fórum Cultural Mundial, em 2004, vi o pessoal do Bate-Lata e do Pau e Lata, do Maranhão, usando sucata. Primeiro pensei: será que isso dá som? Quando ouvi, me apaixonei.

Jotta Ribeiro, 30 anos, maestro do Arte na Lata



Adolescentes infratores, em regime de liberdade assistida, participam da organização de oficinas oferecidas pelas nas escolas públicas aos fins de semana. Registro (SP).

DO CRIME À SALA DE AULA

Aos 16 anos, Marcos¹ era um garoto igual a tantos outros que cresceram nas periferias de Registro, uma das cidades mais pobres do Estado, a 180 quilômetros da capital. Por volta dessa idade, muitos dos seus amigos haviam começado a fazer pequenos furtos, principalmente de botijões de gás e fiação elétrica, para conseguir algum dinheiro. As vítimas preferenciais eram os vizinhos, numa dinâmica que reproduz a realidade perversa das periferias das grandes cidades: pobre roubando pobre. Nesses bairros, invisíveis para a classe média, colega mata colega até mesmo por R\$ 5,00 resultado de dívida com venda de drogas, mantendo, assim, a moral entre os seus.

A família de Marcos migrou do Nordeste para São Paulo há 22 anos. A mãe, dona-de-casa, teve oito filhos e é analfabeta; o pai vende doces caseiros na rua e, com isso, garante a maior parte da renda familiar. A diferença entre ele e os amigos mais próximos é que sempre procurou levar a escola a sério e fez bicos para conseguir dinheiro, em vez de furto. Em sociedade com um colega do

1. Os nomes dos adolescentes neste capítulo são fictícios para preservar suas identidades, seguindo as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

bairro, também adolescente, comprou duas bicicletas e trocou por uma moto caindo aos pedaços, que precisava de algumas peças para funcionar.

Em uma sexta-feira, um dos irmãos mais velhos de Marcos o chamou para dar uma volta com amigos e pediu que ele convidasse também o colega com quem comprara a moto em sociedade. No meio do caminho, Marcos percebeu que a idéia do irmão e de seus amigos era fazer um assalto para conseguir comprar as peças que faltavam para a motocicleta. Na ação, a vítima do assalto, um rapaz, foi assassinado. Latrocínio (roubo seguido de morte) é crime grave. Um adulto pode pegar pena máxima: 30 anos de prisão; um adolescente costuma ficar em regime de internação durante três anos, o maior tempo previsto pelo ECA.

Aqui começa a diferença entre a história de Marcos e a de dezenas de adolescentes que, nesse momento, estão trancafiados em celas superlotadas nas cadeias da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, a Febem.

Em Registro, região sul de São Paulo, o Poder Judiciário uniu-se a um grupo de pedagogas, assistentes sociais e diretoras de escolas públicas para fazer que a maioria dos adolescentes infratores da região, em vez de ficar encarcerados, trabalhasse, a partir de 2005, nas escolas estaduais que abrem nos fins de semana. Eles organizaram campeonatos de futebol, pingue-pongue, vôlei, capoeira. Todos voltaram a estudar; alguns já sonham em fazer faculdade.

Alguns dos garotos de Registro se enquadram no que o Sistema de Justiça da Infância e Juventude costuma classificar como “barra pesada”: roubaram, traficaram e foram até coadjuvantes de latrocínio, como Marcos. A diferença é que essa turma foi julgada por uma juíza que olha mais para o adolescente do que para o ato cometido. Durante a audiência, são observados três aspectos: quem tem família estruturada, apresenta capacidade de superação e obtém laudo positivo da equipe de psicólogos fica em regime aberto.

Em abril de 2006, de um total de 232 processos de adolescentes tramitando no Fórum de Registro, havia dois adolescentes presos aguardando sentença, 11 julgados e enviados para o regi-

me fechado em “cadeião”, e 79 cumprindo medida em meio aberto. Em todo o Estado, no mesmo período, havia 6.200 adolescentes em regime fechado, dos quais pelo menos 5 mil na capital. Grande parte desses garotos e garotas é do interior.

“Procuro olhar mais o adolescente do que o ato que ele cometeu. Se há uma estrutura familiar que lhe permita ficar em meio aberto, melhor. A internação é para os casos realmente graves e deve ser encarada como medida de exceção”, diz Luciana Paiotti, 33 anos, titular da Terceira Vara de Registro, que também julga os crimes cometidos por adolescentes. Para Luciana, um adolescente próximo da família e da comunidade, se tiver acompanhamento técnico de qualidade, tem mais chances de ressocialização. “Não faço nada além do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente”, insiste.

Até a sentença, Marcos ficou um dia na Unidade de Atendimento Inicial da Febem, na capital – um local com capacidade para 62 pessoas, que já chegou a abrigar 700, em agosto de 2003. De lá, foi transferido para a Unidade de Internação Provisória e passou um mês em uma cadeia perto de Registro. “Fiquei numa cela de cinco metros quadrados com mais 12 pessoas. Só podíamos sair uma vez por dia para jogar bola no pátio”.

Definida a sentença, saiu da cadeia. Ficou um ano em um regime aberto chamado de liberdade assistida (LA) e prestou seis meses de serviço comunitário obrigatório. Na chamada LA, o garoto precisa apresentar-se semanalmente à instituição que coordena esse tipo de regime e tem uma série de obrigações a cumprir.

O colega de Marcos que comprara a moto com ele, que também tinha menos de 18 anos, foi internado, na época, por tempo indeterminado em uma cadeia da Febem na capital. Ficou provado que ele planejara o assalto com o irmão mais velho de Marcos e seus amigos, todos já adultos, e que já havia cometido outros roubos. Além disso, demonstrou agressividade na audiência judicial e na conversa com os psicólogos do fórum. Os adultos foram presos.

Marcos não tem o perfil da maioria dos infratores: fala português com poucos erros, é educado e dialoga de igual para igual. Os internos da Febem ou garotos que passaram por longos períodos

de internação, mesmo quando estão em regime aberto, durante conversa com adultos de fora do sistema, mantêm a cabeça baixa e evitam olhar nos olhos. Respondem às perguntas monossilabicamente – “sim senhor” e “não senhor”. O tempo provou que a oportunidade que Luciana deu a Marcos funcionou: no fim de 2005 ele terminou o supletivo do ensino médio e, em seguida, conseguiu emprego de operário numa grande empresa. Já fez diversos cursos de capacitação e planeja ir para a faculdade.

A família de Marcos mora em um pequeno sítio, quase na zona rural de Registro. A casa principal tem dois cômodos e o interior é caiado de rosa. Há imagens de santos por todos os cantos e fotografias antigas emolduradas penduradas nas paredes. A capa dos sofás é bastante puída, mas cada enfeite está no seu lugar. A mãe tem 55 anos, mas aparenta muito mais, porque trabalhou décadas na roça. “Lutei com mandioca, milho e fumo”. Segundo ela, seus filhos não são de briga. “Nem sei como isso foi acontecer, mas agora Marcos está muito mais tranqüilo, chega cedo em casa e tem até uma namorada. Não falta à escola de jeito nenhum”. Ao se despedir, perguntou se poderia dizer mais uma coisa sobre a família: “Meu marido sabe ler e escrever muito bem”.

Fábrica de bandido

Luciana, a juíza, além de ter convicção de que lugar de adolescente é na comunidade, conta com um serviço de liberdade assistida raro de ser encontrado em São Paulo. Trata-se do projeto Apoio, executado pela Associação Renascer, uma das centenas de instituições contratadas pelo Estado para coordenar o cumprimento das penas em meio aberto, que são liberdade assistida ou prestação de serviço comunitário.

As técnicas do projeto não se limitam a atender burocraticamente os adolescentes – viraram parceiras das escolas, visitam as famílias, ensinam inglês, auxiliam a buscar emprego ou inscrevem os jovens em programas de renda específicos para essa faixa etária. Se a bolsa demora a sair, batem na porta da Prefeitura para cobrar. O Judiciário manda para lá os casos mais complicados. Em outubro de 2005, o projeto atendia 33 adolescentes com reincidência zero. Um ano depois aumentou para 70, porque o trabalho nas escolas se estendeu para mais um município.

A pena imposta aos adolescentes é chamada de medida socioeducativa, ainda que seja cumprida em uma cadeia da Febem, onde rebeliões são episódios freqüentes e escolas não são referência de qualidade. Diversos relatos feitos por representantes de entidades nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos que visitam as unidades são pouco animadores em relação ao tratamento dispensado aos internos.

Nos últimos cinco anos, a Promotoria da Infância da Capital já produziu mais de 10 mil páginas de relatórios – entre processos e procedimentos de investigações – denunciando maus-tratos nos cadeiões da capital e Grande São Paulo. As instituições que coordenam o regime aberto recebem do Estado R\$ 120,00 mensais por adolescente atendido. Nos chamados “cadeiões” eles custam R\$ 1.700,00 pelo mesmo período. A explicação oficial para esse gasto é que, nas unidades, os internos recebem cinco refeições diárias, contam com atendimento médico e há funcionários para atendê-los. Mas segundo relatórios produzidos pela juíza corregedora do Departamento de Execuções da Infância e da Juventude de São Paulo, Mônica Paukoski, esses serviços são precários.

Pesquisa de doutorado feita pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em 2002, com internos de uma cadeia da Febem na capital, revelou que 90% dos jovens moravam com as famílias antes da internação, todos estudavam em escolas públicas, mas 61% já haviam interrompido os estudos. Dos 275 entrevistados, 12% já haviam usado drogas, 98% eram sexualmente ativos e já haviam feito sexo com mais de 15 parceiros diferentes. Grande parte afirmou que ser infectado pelo vírus da Aids “faz parte da vida” e que o maior risco para eles é o de sobreviver na criminalidade. Não é sem motivo que a juíza Luciana reluta em mandar adolescentes do interior para esse tipo de lugar.

A Universidade Federal de São Paulo lançou neste ano a pesquisa Fatores de Risco, Evoluções e Desfechos Observados em Jovens Liberados de Unidades de Internação da Febem. O trabalho é uma comprovação de que “cadeião” ou unidade de internação, nos moldes dos grandes complexos existentes na capital, não é o melhor lugar para ressocializar infratores. Os pesquisadores entrevistaram 325 adolescentes no momento em que foram soltos. Um ano depois, só localizaram 193. Mas o que

comprova que cadeia é mesmo fábrica de bandido é que, desses, 38% haviam entrado novamente em conflito com a lei: 20,4% estavam internados por terem cometido novos crimes ou detidos no Sistema Prisional por já serem maiores de idade. Sete adolescentes do universo pesquisado morreram. Três deles durante tiroteio com a polícia.

A pesquisadora Fátima Rigato, que participou da pesquisa sobre reincidência, afirma que apenas 40% dos entrevistados estavam matriculados na escola após um ano de desinternação e somente 35% haviam encontrado trabalho. Para ela, parte da alta taxa de reincidência entre infratores da capital deve-se, também, à precariedade da maioria dos serviços de liberdade assistida. Por outro lado, profissionais que atuam nesses programas na capital, mesmo em serviços bem conceituados, afirmam ser extremamente difícil lidar com adolescentes que passaram por longos períodos de internação, enfrentando maus-tratos e humilhações constantes.

...

No princípio, alguns diretores e professores de Registro resistiram em aceitar os infratores como voluntários das escolas aos sábados e domingos. Marly Prado Verde, 43 anos, assessora pedagógica do programa na região, comprou a idéia, convenceu as equipes de coordenação escolar e ainda conseguiu ampliar a participação de infratores para escolas de outros quatro municípios pelos quais responde.

Percebemos claramente a resistência dos diretores e até dos educadores. Tivemos que nos impor, senão esses meninos, que já vêm de famílias pobres e sem o menor estímulo para estudar, em vez de jogar xadrez, futebol e fazer amigos, iriam passar a semana varrendo calçada. Não é justo. Se é medida socioeducativa, tem que valer alguma coisa,

diz Myriam Araújo Fernandes de Souza, 47 anos, coordenadora do Apoio.

Há ainda a possibilidade dos voluntários do programa, incluindo os infratores que cumprem pena nas escolas, concorrerem a bolsas para estudar gratuitamente em instituições de ensino superior privadas. O Estado paga uma parte e a faculdade completa o restante. Em abril de 2006, havia quatro egressos da Febem cursando o ensino superior por conta do trabalho nas escolas. Um estuda Direito, outro Administração e dois Educação Física.

No começo não sabíamos direito o que fazer com eles. Mas ao recebê-los, tomamos a decisão de tratá-los como voluntários e não como infratores. Depois tiramos deles a obrigação de vir toda vez para ajudar. Se quisessem vir um dia só para jogar bola, tudo bem. Eles são meninos de 15, 16 anos como os outros. Não dá para discriminá-los,

diz Vera Lúcia Filgueiras de Souza, 48 anos, que dirige a Escola José Pacheco Lomba, no Arapongal, um dos bairros mais pobres e distantes do centro de Registro. Ela também responde pela abertura da escola no fim de semana.

Antes de serem aceitos nas escolas, os meninos varriam as calçadas do bosque municipal, trabalhavam em hortas comunitárias ou faziam serviços de limpeza em abrigos para crianças órfãs. Para os adolescentes é uma humilhação serem vistos pelos amigos varrendo calçada ou limpando o banheiro dos outros, diz a juíza Luciana. Ficar na escola nos fins de semana é um bônus. Eles voltaram a ter contato com o ambiente educacional por meio de jogos, arte e cultura, afirma a pedagoga Eliane Maria dos Santos, funcionária do Apoio. Além disso, têm a possibilidade de cumprir a pena aos sábados e domingos e, dessa forma, conseguir um trabalho ou freqüentar a escola durante o dia.

Luciana Novi, 33 anos, que também trabalha nos fins de semana na escola do Arapongal, diz que o momento mais tenso é a chegada dos infratores. Eles comparecem apenas para cumprir uma obrigação.

Cabe a nós fazer que se sintam parte da comunidade e de não tocar no assunto do crime que cometeram, a menos que eles nos procurem para falar disso. Você sabe que o mais temido deles, o Marcos, nos deu oportunidade de tê-lo como membro da nossa equipe. Ele se abriu pra gente e hoje está aqui como voluntário porque não deve mais nada à Justiça.

Mesmo com a escola mais pacificada, Luciana não arrisca: como o colégio atende a estudantes de duas favelas rivais, os moradores de cada comunidade têm horários fixos para usar a quadra no fim de semana. Ela acompanha pessoalmente a saída e a entrada dos grupos. O Arapongal é um bairro com ruas de terra batida, recortado por pequenos morros: Fico olhando até eles se dispersarem na saída da quadra para evitar problema.

Eu furtava panela, botijão de gás e fiação elétrica. Um dia, uns moleques e eu estávamos tirando a fiação de uma casa em construção e a polícia chegou. Meu pai foi chamado ao Fórum. Só que a

polícia já tinha me pegado várias vezes e sabia que eu vendia tudo para comprar maconha. Fiz outras coisas erradas, mas nunca descobriram. Roubei casas com arma em Peruíbe.

Fiquei meio queimado no meu bairro por causa dos furtos. Mesmo assim, acho que estou melhor porque parei de roubar e só fumo cigarro. Voltei a estudar e faço uma pá de coisas: ganho R\$ 65,00 por semana num programa da Prefeitura para fazer atendimento ao público, estudo no supletivo à tarde e, no fim de semana, trabalho na escola. Ajudo a organizar campeonato de pingue-pongue, futebol e vôlei, mas ainda não estou muito enturmado. Futuro? Não sei. Acho que queria mesmo ser cantor de rap.

Garoto de Registro, 16 anos

O pai desse garoto chora ao falar do filho:

Tenho 69 anos e trabalho desde os 14 como sapateiro. Criei meus seis filhos. Mas esse daí a mãe levou aos 2 anos quando me deixou e foi morar em Peruíbe com um sujeito que mexia com droga e arma. Esse menino cresceu vendo tudo o que não presta. Há uns anos, o sujeito matou a mãe dele com uma paulada na cabeça e ele veio morar comigo e com os irmãos. Graças a Deus apareceu esse pessoal que colocou ele de volta na escola. Ele já anda até me ajudando aqui no serviço.

Corpo-a-corpo

Para os adolescentes que já chegam ao Apoio na condição de reincidentes, Jayene Monticelli, 28 anos, coordenadora das medidas socioeducativas, prepara uma agenda cheia. Durante o dia, trabalham em programas da Prefeitura; à tarde vão para o supletivo e, nos fins de semana, ficam como voluntários nas escolas. A idéia é criar um ambiente social diferente do que levou o garoto ao crime e evitar nova reincidência, o caminho mais curto até um cadeião da Febem. “Fazemos marcação corpo a corpo”, brinca Myriam.

Moro com minha mãe, meu padrasto, que é pedreiro, e três irmãos. Nunca tive dinheiro para comprar um boné ou um lanche. Um dia fiquei de saco cheio: por que os outros podem ter as coisas e eu não? Entrei com uns amigos em uma casa em construção e roubamos a fiação. Os vizinhos avisaram a polícia e fui preso.

Minha mãe foi chamada ao Fórum e ficou louca da vida comigo. Peguei um serviço comunitário e fui trabalhar numa escola no fim de semana. Fiquei direto organizando o pingue-pongue e jogando capoeira. Quando acabou o tempo que eu precisava pagar (cumprir a pena), pedi para continuar na escola. Se terminar de estudar e continuar voluntário, posso conseguir uma bolsa do programa para cursar universidade.

Ainda me sinto estranho com essa passagem pela polícia. Fico lembrando do policial que foi pegar minha mãe em casa e a levou para a delegacia para me encontrar.

Os vizinhos ainda me tratam diferente. Estou tentando conseguir um serviço, porque os da Prefeitura estão lotados. Sinto que as pessoas não têm confiança em mim. Peço algum dinheiro para minha mãe para ter na rua. Roupa, ela só compra quando vê que estou precisando.

Garoto de Registro, 16 anos

Myriam, a coordenadora do projeto Apoio; Luciana, a juíza; e Marly, a assessora pedagógica que responde pela abertura das escolas, dizem a mesma coisa em relação ao perfil dos infratores de Registro e as possibilidades de mantê-los na comunidade. “Os índices de criminalidade nessa região são os menores do Estado”, diz a juíza. Para ela, a explicação é a desigualdade social existente na cidade. “A maioria é pobre ou de classe média baixa. Os tênis da moda que fazem com que os garotos arrisquem um roubo para consegui-los estão muito mais na televisão do que nos pés dos adolescentes que circulam por aqui”.

Aproveitando que a cidade é menor, Luciana vai a escolas públicas, onde faz palestras para os adolescentes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:

É preciso que eles saibam que têm direitos, mas que os deveres são muitos. Quem furta uma única vez, presta serviço comunitário por seis meses e recebe a visita de um assistente social em casa. Os vizinhos ficam sabendo, e isso é constrangedor numa comunidade pequena. Eles precisam ter consciência de que os crimes não ficam impunes. Não passamos a mão na cabeça de ninguém.

Há cerca de um ano, Luciana, o promotor e o delegado reuniram boa parte dos adolescentes da cidade no ginásio municipal para falar sobre o Estatuto para adolescentes de até 18 anos. “Pode ir a qualquer escola, no lugar mais pobre e violento, e pergunte a um adolescente se ele não sabe o que acontece com quem é pego roubando, furtando ou traficando”, diz Myriam.

Cabelos escuros penteados com gel, pele clara e um enorme sorriso. Assim é Julio, 18 anos. Quando tinha 17, no final de 2004, foi preso por tráfico. A polícia invadiu a casa onde estavam ele, seu irmão mais velho e um tio, numa favela de Registro. Encontraram 170 gramas de maconha embalada em pequenos pacotes, como se estivesse pronta para ser vendida. Havia ainda um revólver e pedras de crack. “Acho que eles entraram lá por acaso. Estavam caçando um cara acusado de homicídio. Mas como a polícia já sabia que meu irmão vendia uns negócios, prenderam todo mundo”, diz o garoto.

Antes de receber a sentença, ficou 35 dias numa cadeia para adolescentes perto da cidade. Ao ser preso, estava no último ano do ensino médio, e a diretora da escola foi ao Fórum dizer à juíza que o garoto não faltava às aulas e era bom aluno. A mãe e o padrasto, que é agricultor, ficaram estarecidos com a notícia. “Julio é o melhor filho que se pode ter – bom aluno e trabalhador”. Os adultos foram presos, e Julio pegou a mais branda das penas: prestação de serviço comunitário por seis meses.

Como o crime aconteceu antes do acordo entre o Judiciário e as escolas, foi trabalhar no bosque municipal, limpando churrasqueira, varrendo calçada e lavando banheiro. De manhã, trabalhava como assistente de pedreiro, à tarde cumpria sua pena e, à noite, ia para a escola. “Era meio pesado. Fiquei muitos dias sem almoçar, indo do serviço pro bosque. Uma vez, fiquei um mês sem aparecer no bosque e me enrolei com o pessoal da liberdade assistida, mas eu não suportava mais ficar lavando banheiro”. Só no início de 2005, Julio foi transferido para uma escola para trabalhar no fim de semana.

Poucos meses depois de ir trabalhar na escola, o irmão preso pediu-lhe que, na próxima visita à cadeia, trouxesse maconha escondida dentro do sapato. Não deu outra. Julio foi preso por tráfico e dessa vez na condição de reincidente. Poderia ter sido mandado para um cadeião da Febem. Por muito menos do que isso, há milhares de meninos confinados.

O que ajudou foi ele ser bom aluno e estar fazendo um ótimo serviço na escola durante os fins de semana. Ficou claro que ele tinha potencial para se empenhar nas coisas e que a direção confiava

nele. Acho que isso fez diferença para a juíza. Até as professoras se ofereceram para falar com o promotor. O problema é que o irmão preso exerce influência sobre ele,

diz Sandra Régio, orientadora dos garotos que cumprem medida em meio aberto. Dessa vez, Julio pegou pena mais pesada: liberdade assistida por um ano, obrigado a comparecer semanalmente para entrevistas com as técnicas do projeto Apoio. Seguiu trabalhando na escola aos sábados e domingos.

No começo, era cumprir horário e ir embora voando da escola. Ficava na quadra, organizando jogos para as crianças menores, mas ficava meio cabreiro, não sabia direito o que fazer. Só que os pequenos começaram a pedir que eu ficasse depois do meu horário e ajudasse a montar uns jogos no pátio. Acabei me apegando muito a eles e hoje sou voluntário da escola. Não devo nada à Justiça.

Eu tinha uma imagem ruim aqui no bairro por causa desse negócio de tráfico e ainda meu irmão preso, essas coisas. E a escola fica bem aqui perto. Mas a diretora e todo pessoal de lá me deram a maior força, falaram com as mães das crianças que eu cuidava.

Depois que eu terminei de pagar tudo para a Justiça, roubaram uma casa perto do meu serviço e a polícia veio me apontar. Falei logo pro dono da obra onde eu trabalho que só estavam me acusando porque tinha passagem pela Febem. A sorte é que ele confiava em mim. Sempre deixava um dinheiro na minha mão para comprar material e eu nunca deixei de apresentar nota fiscal. E outra: o roubo foi à noite, quando eu estudo. A própria diretora ligou pro delegado, confirmando que eu estava na sala de aula e ainda foi lá apresentar meu atestado de frequência.

Percebi que esse negócio de passagem pela polícia deixa marca que demora pra sumir. Não investigaram nada e foram logo me apontando. Os policiais que me pegaram queriam que eu assumisse o roubo de qualquer jeito. Procurei o promotor lá no Fórum e ele chamou os policiais.

Dias depois, esses policiais mandaram um recado: se me encontrassem na rua, iriam me dar uma surra para eu não esquecer. Fui de novo à Promotoria, dessa vez com a minha mãe. Comecei a viver no sufoco. Os caras passavam com a viatura na frente de casa bem devagar, encarando. Digo uma: é mais fácil entrar no crime do que sair. Se não fosse a força que recebi da Sandra, lá do projeto Apoio, não teria conseguido. Eles me ajudaram a não perder o emprego. Agora, em vez de assistente de pedreiro, já sou profissional, continuo como voluntário na escola no fim de semana e quero conseguir uma bolsa do programa para estudar Educação Física na universidade.

Julio, 18 anos, garoto de Registro

Basta entrar na casa de Julio para perceber a influência que o irmão preso exerce sobre a família. A sala tem dois móveis: um sofá gasto e uma estante de madeira, onde ficam a televisão e dezenas de presentes feitos manualmente por ele na cadeia. A mãe, que ganhou cada um dos objetos em datas especiais, como aniversário, Páscoa, Natal, conta em detalhes o dia em que os recebeu e lamenta que seu filho tenha tomado o que chama de “rumo tão errado”.

A mãe de Julio tem 38 anos e três filhos: o que está preso, Julio e uma menina de 13 anos:

A melhor coisa que aconteceu pro meu filho mais velho foi ser preso. Vai ficar lá por três anos e meio. Se estivesse na rua, do jeito que ficou violento, estaria morto. O Julio parece ter aprendido a lição. Vai para a escola, trabalha e começou a vir comigo para a igreja. Quem nasce pobre tem que tomar rumo, senão morre na mão da polícia ou de bandido.

...

Carla, 17 anos, é, segundo a equipe do projeto Apoio, um grande desafio. A família é paupérrima, os pais bebem e muitas vizinhas se prostituem. Ela mora numa favela localizada em um dos bairros mais violentos de Registro. Esgoto a céu aberto, lixo, crianças maltrapilhas e botecos são parte do cenário.

A garota foi pega transportando dez quilos de maconha para o litoral. A equipe tem dificuldades de conversar com a família dela, mas, ainda assim, aposta que ela ficará melhor na cidade do que presa no Internato Feminino da Mooca, na capital, a quase 200 quilômetros de Registro. Essa unidade da Febem foi construída em 2001 para meninas de 12 a 18 anos que cometeram crimes graves, como assalto à mão armada, tráfico de drogas, seqüestro e homicídio.

Uma técnica do Apoio foi, sem a presença dos jornalistas, à casa da família conversar com a menina para que ela decidisse se queria dar entrevista. Carla aceitou conversar ao saber que sua identidade seria preservada. Morena, traços finos, cabelos longos e curvilínea, apareceu usando um short jeans curto, miniblusa e sandália de dedo. Unhas pintadas e decoradas; olhos maquiados. O encontro aconteceu perto da casa dela, mas a menina passou a maior parte do tempo olhando para o chão. Falava tão baixo que era preciso pedir que repetisse as respostas. Nos lábios, uma ferida de herpes.

“Tenho vergonha de sair na rua”

O tráfico foi uma coisa nova que encontrei para fazer, uma possibilidade de ganhar um dinheiro, viver melhor, sei lá. Meus pais têm um bar pequeno na frente de casa. Moro com eles e mais sete irmãos. Mas aqui é tudo assim, horrível - rua de terra, esse lixo todo. Desde que voltei (da cadeia) as crianças me atiram pedras e gritam essas coisas que você está ouvindo. Tenho vergonha. Quando saio de casa, ando rapidinho até a esquina. Só então começo a caminhar normalmente.

Estudo durante a semana, mas não gosto e acho que não vai me servir pra nada. Vou fazer o primeiro ano (ensino médio) de novo. Muitas vezes, quando estou no caminho da escola, minhas colegas me chamam pra rua e eu vou. Quem vai me dar emprego sabendo que fui presa por tráfico?

Eu segurava para uns colegas. Eles negociavam tudo e eu entregava. Ganhava de R\$ 30,00 a R\$ 50,00 por semana. Fui para a Praia Grande (litoral sul) entregar uma encomenda de dez quilos de maconha que estava guardada na minha sacola. A polícia entrou no ônibus em uma das paradas e me chamou pelo nome. Não sei se estavam me seguindo. O cara que me deu (a droga) está preso.

Eu fiquei 20 dias presa numa cadeia aqui perto que tem cela para menor. Minha mãe me visitou uma vez. Depois tive uma audiência e subi para São Paulo. Fiquei no Internato Feminino da Mooca por dez dias. Faz pouco tempo que voltei pra casa e entrei no projeto Apoio.

Vou ficar seis meses prestando serviço comunitário. Primeiro me colocaram num orfanato, mas fiquei só três dias porque não agüentei. Preferi trabalhar na escola aos sábados e domingos e, uma vez por semana, fico de recepcionista numa secretaria da Prefeitura. Ajudo a arrumar os espaços e faço aula de axé, que é a única coisa que gosto. Ando pensando em aprender tear, sei lá.

Pela primeira vez me sinto amparada, mas na maioria do tempo estou muito estranha, desconfortável. Não ando muito bem. Eles (do Apoio) inscreveram minha mãe num programa que dá um dinheiro por mês, e eu estou esperando uma bolsa que a Prefeitura dá para jovens. Minha mãe diz para eu me cuidar, porque que ela não quer essa vida pra mim.



Participantes de oficina de artesanato feito com fibra de bananeira, uma técnica tradicional das comunidades quilombolas. Distrito de Eldorado, Registro (SP).



O PÃO DE CADA DIA

Ormezinda Costa, 65 anos, mora em Registro, município localizado 185 quilômetros ao sul de São Paulo. Tem cinco filhos e passa horas e horas todos os dias bordando panos de prato nas máquinas industriais de uma das escolas estaduais que abre suas portas para a comunidade nos fins de semana. No caso de dona Ormezinda, ela trabalha lá de segunda a sexta-feira também.

Alessandra Nunes, 24 anos, vive no distrito de Itororó, no oeste do estado. Aprendeu a fazer pão caseiro recheado para ganhar algum trocado e melhorar a qualidade de vida do seu único filho, de 5 anos. Sônia Mara França, 28 anos, moradora do quilombo do Sapatu, também no sul do estado, ajuda no orçamento doméstico fazendo artesanato com fibra de bananeira. Como voluntária, ensina a técnica a mulheres da comunidade do bairro de Boa Esperança, onde a população também é remanescente de quilombo.

Apesar de a economia brasileira ter crescido apenas 2,5% em 2005 – quando a média de crescimento econômico da América Latina e do Caribe foi de 4,5% – e de não ter tido desempenho muito melhor nos últimos três anos, as escolas paulistas que aderiram ao programa Escola da Família, que abre as portas para a comunidade aos fins de semana, decidiram percorrer um caminho difícil: estimular as famílias a aumentar sua renda por meio de cursos de qualificação profissional.

Em praticamente todas as 5.304 escolas que abrem aos sábados e domingos há cursos de qualificação para o trabalho e estímulo à geração de renda. Lavradoras aprendem a fazer pão, mulheres quilombolas transformam fibra da bananeira em matéria-prima para a produção de artesanato, usando como ferramenta o tear artesanal e o conhecimento das comunidades negras tradicionais. Donas-de-casa que teriam idade legal para se aposentar empenham-se para bordar em máquinas industriais panos de prato e toalhas de mesa. Na capital, adolescentes bordam jeans para valorizá-lo e obter um pequeno lucro; mulheres de todas as idades produzem bonecas de porcelana, fazem biscuit, curso de manicure.

Todas as iniciativas de ensinar um ofício aos frequentadores das escolas e ajudar as famílias a ganhar algum dinheiro são bem-vindas.

Ainda assim, os coordenadores do programa são unânimes em reconhecer a dificuldade de promover sólidas ações de geração de renda. Afirmam que a idéia é fazer que as escolas possam contribuir com as famílias dos alunos e com a comunidade para minorar um dos seus maiores problemas: a falta de dinheiro para garantir um sustento digno. As iniciativas não retiram ninguém da condição de pobreza, mas aumentam, nem que seja pouca coisa, a renda familiar de alguns.

As escolas também oferecem aos fins de semana curso de língua estrangeira e informática, numa tentativa de aprimorar a qualificação da comunidade, especialmente dos jovens, para o mercado de trabalho. Mas iniciativas isoladas não mudam o fato de que, em 2005, o rendimento real médio dos brasileiros foi 11,2% menor do que em 2002. Os empregos que mais cresceram, em 2005, foram os que pagam menores salários. Além disso, a maioria dos adultos das comunidades apresenta baixo nível de escolaridade; os jovens oriundos das escolas públicas são minoria nas universidades de ponta; e as pesquisas dos principais institutos econômicos do país não deixam dúvidas: quanto maior o grau de escolarização, maior a possibilidade de obter emprego e melhor salário.

Foi, portanto, uma ousadia das escolas – que já estavam sendo bem-sucedidas ao transformar-se em centro cultural, espaços de paz e de inclusão social – enfrentarem uma questão em que especialistas em programas de redução de pobreza e geração de renda vêm tropeçando. A formação de cooperativas, uma alternativa mais auto-sustentável do que a inclusão de famílias em programas de transferência de renda, e teoricamente compatível com as possibilidades do Estado de São Paulo, está longe da alçada do programa de abertura das escolas.

O Bolsa Família, principal programa de distribuição de renda brasileiro, incrementa a rede de proteção social do país. Mas é no Nordeste do país, onde vivem 46,9% das famílias mais pobres, que são distribuídas 49,3% das bolsas. Ainda assim, esse complemento de renda representa cerca de R\$ 0,50 por dia por cada membro de uma família assistida. E não se tem notícia no Brasil de um programa de transferência de renda, independentemente do valor repassado, que tenha conseguido oferecer, em larga escala, oportunidades concretas para que as famílias beneficiadas se tornassem auto-sustentáveis após sua exclusão do programa. Por isso, o caminho escolhido pelas escolas paulistas é, além de ousado, complexo.

Dois mundos

O distrito de Itororó, 675 quilômetros a oeste da capital, tem cerca de 250 famílias, a maioria formada por agricultores. A cidadezinha fica a menos de dois quilômetros do Paraná e, para chegar ao estado vizinho, basta atravessar uma ponte. Do outro lado, há um condomínio de casas de alto padrão, às margens do Paranapanema – rio que deu nome à região conhecida nacionalmente em razão dos conflitos entre fazendeiros e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

O rio passa nos fundos da única escola de Itororó, chamada Professora Maria Evanilde Gomes. De lá, é possível enxergar plantações de girassol, amendoim e algodão. O cenário é colorido, mas dentro da escola paira uma atmosfera sisuda, com paredes pintadas de cinza. Em compensação, a diretora, Gilvia Lucy, 60, tem sorriso fácil e é boa de conversa. Os alunos entram e saem da sala dela demonstrando que se sentem em casa. Ela também responde pela abertura da escola nos fins de semana.

“A vida aqui é muito dura. Os homens são bóias-frias – cortam cana ou trabalham em uma usina de açúcar numa cidade do Paraná, que fica aqui perto. Só voltam para casa uma vez a cada 15 dias”, conta a diretora. Segundo ela, não é raro o casal se ausentar de casa por esse período e as crianças ficarem sozinhas no já conhecido esquema de irmão mais velho cuidando do mais novo, ainda que a diferença entre os dois seja de apenas um ano e nenhum deles tenha mais do que 12 anos de idade.

Na ausência do marido, mulheres da comunidade engravidam do vizinho. “É comum as mulheres terem quatro, cinco filhos de homens diferentes”, completa a diretora. Isso só dificulta o sustento das crianças. Pesquisa feita pela escola indica que, dos 160 alunos – da 1ª série do ensino funda-

mental ao último ano do ensino médio –, cerca de 40% vivem com pai, mãe e irmãos e 60% com a mãe e os avós, por serem filhos de homens diferentes. Muitos não sabem quem é o pai. “Somos a única escola da região que não comemora o Dia dos Pais”, conta Gilvia.

Numa comunidade pequena, ainda que o garoto não saiba oficialmente quem é o seu pai, acaba ouvindo conversas nesse sentido. Os alunos têm brigas feias na escola por causa disso, relata a diretora. “No começo, você não sabe o que dizer quando um menino de 10 anos diz pro outro – eu sei que meu pai deitou com a sua mãe”. O assunto é tratado com delicadeza pela equipe técnica, que conversa com as crianças e tenta evitar esse tipo de atrito, que só contribui para aumentar a tensão entre crianças que sofrem com a pobreza e dependem da merenda escolar para se alimentar. “Diante da nossa realidade, o ambiente da escola tem que ser acolhedor”, diz a diretora.

As mulheres que conseguem vaga para trabalhar no condomínio do outro lado do rio, no Paraná, fazem faxina nas casas. Ganham R\$ 15,00 por dia, mas só há demanda regular no verão. Quem trabalha em plantação de cana-de-açúcar recebe a mesma diária, mas também está sujeito à sazonalidade: as colheitas começam em fevereiro e vão até outubro.

No inverno, quando o condomínio fica vazio, a cantina da escola – que se resume a um punhado de balas, chicletes e sacos de pipoca guardados em uma única gaveta de um armário de ferro – fica vazia. Um saco de pipoca custa R\$ 0,15, e três balas R\$ 0,10.

Como quase todas as escolas que aderiram ao programa de abertura nos fins de semana, a de Itororó recebeu um forno industrial para ensinar as mulheres da comunidade a fazer pão, vendê-lo e ganhar algum dinheiro. No início, Gilvia acreditou que daria certo. Trinta mulheres da comunidade participaram da oficina de pão – sete montaram um grupo para dividir lucros e despesas. A maioria dos moradores da cidade nunca havia comido pão recheado de goiaba ou frango com queijo, especialidades das novas padeiras.

Um pão recheado rende cerca de 15 fatias e custa R\$ 4,00. Quando o alimento deixou de ser novidade, os moradores pararam de comprar por falta de dinheiro. No verão, quem trabalha para os moradores do condomínio aumenta a diária da faxina vendendo pão. Mas, no inverno, não há dinheiro para comprar nem farinha de trigo, muito menos o recheio. Para alimentar as cerca de 200 pessoas que freqüentam a escola nos fins de semana, as professoras compram farinha e queijo. O forno industrial pode até não garantir renda fixa, mas alimenta quem vai à escola aos sábados e domingos para participar de atividades esportivas, curso de bordado, cestaria, biscoito, pintura em gesso e pedra.

Começa o frio e não temos mais para quem vender pão. Agora consegui um trabalho aqui na escola. É provisório, mas paga R\$ 327,00. No verão passado, quando fazia faxina nas casas, os patrões compravam pão. Esse dinheiro pagou conta de luz, gás e deu até para comprar um pouco de comida. Com o primeiro dinheiro que ganhei com a venda de pão, uns R\$ 25,00, comprei roupa para o meu filho.

Meu marido tem 49 anos e é lavrador. Mas está parado porque tem câncer na garganta e não tem mais condições de lidar com agrotóxico. Mesmo assim, continuo pagando todo mês R\$ 120,00 de aluguel. Quando preciso fazer compras, vou a Pirapozinho, a cidade vizinha, e ainda gasto R\$ 15,00 de condução para ir e voltar. Quando não tenho nenhum trocado sobrando, espero a condução da Prefeitura, que vai até lá de graça uma vez por semana.

Alessandra Nunes, 24 anos, mãe de um aluno da escola de Itororó

A abertura nos fins de semana aproximou tanto algumas mães das escolas que as diretoras as contratam temporariamente quando é preciso substituir algum funcionário. Os critérios de escolha são a habilidade da candidata para a vaga e o nível de carência da família.

Cheguei em Itororó há nove anos. Passei todo esse tempo trabalhando em roça, recebendo diária. Há dois meses a cozinheira da escola foi embora, e a Associação de Pais e Mestres me contratou por um salário mínimo. Quem trabalha na roça, mesmo ganhando pouquinho, tem que economizar ou arrumar outra coisa para fazer, porque quando não é tempo de colheita pára tudo e não se consegue trabalho.

Quando acaba o verão e os moradores do condomínio vão embora, não tem mais para quem vender pão. Mas a verdade é que a gente já se acostumou com o dinheirinho extra para pagar uma conta, comprar uma carne. Estou no segundo marido, mas ele está parado por causa da entressafra. Nossa sorte é que aqui tem uma ambulância que leva quem está doente ao médico, porque se tivéssemos que pagar condução para comprar comida em Pirapozinho e ainda ir ao médico, não ia dar. Aqui é muito bom para morar. Calmo, tranquilo, mas pra serviço...

Ivone Bezerra, mãe de aluno de Itororó

No verão, as padeiras chegam a faturar R\$ 128,00 mensais, mas gastam uma parte para comprar os ingredientes. As sete mulheres de Itororó que tiveram a idéia de se juntar para comprar farinha, recheio, ovos, fermento, combinaram que, a cada R\$ 8,00 recebidos, R\$ 5,00 vão para um fundo. Ou seja: sobra muito pouco dinheiro para cada uma delas.

O fato é que, sem crescimento econômico, acompanhado de políticas públicas consistentes de inclusão social, educação e qualificação profissional, as escolas não têm como solucionar ou reduzir de forma significativa a pobreza das comunidades. O que conseguem é oferecer um leque reduzido de possibilidades para que as pessoas, especialmente mulheres e jovens, aprendam um ofício que algum dia possa contribuir para aumentar a renda.

Viagem no tempo

O caminho até a Escola Estadual Bairro Boa Esperança, distrito de Eldorado, no oeste paulista, é uma espécie de viagem no tempo. A balsa que atravessa o rio Batatal é puxada manualmente por uma manivela. O operador aproveita a força da corrente para direcioná-la. Ainda assim, precisa fazer uma força danada. O trajeto demora cerca de dez minutos.

Eldorado é um município localizado a 56 quilômetros de Registro, a principal cidade da região do Vale do Ribeira, a mais pobre do Estado. Passando Eldorado, percorre-se mais 30 quilômetros por uma estrada estreita ladeada por plantações de banana e chega-se até a balsa. Atravessando-a, está Boa Esperança, mais conhecida como Barra do Batatal, em razão do nome do rio.

Essa é uma região de quilombos tradicionais como Sapatu, onde a comunidade trabalha com artesanato produzido em tear manual a partir da fibra de bananeira. Sônia Mara França, 28 anos, nascida e criada no Sapatu, do outro lado do rio, ensina voluntariamente às mulheres de Boa Esperança a técnica de transformar a fibra do tronco de bananeira em caixinhas, bolsas, suporte para pratos. O limite é a criatividade aliada à técnica.

A comunidade de Boa Esperança ainda aguarda reconhecimento oficial do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) para obter o status oficial de comunidade quilombola, mas isso não é empecilho para que a maior parte dos moradores se reconheça, ainda que informalmente, como descendente de escravos.

Sônia aprendeu a técnica da utilização da fibra de bananeira quando a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que pertence à Universidade de São Paulo, fez um convênio com a Associação do Quilombo Sapatu. Ao voltar a morar na região, ofereceu-se para ser voluntária aos fins de semana na escola de Boa Esperança. “Trabalhar com esse tipo de artesanato ajuda na renda, mas não dá para ganhar muito dinheiro”, informa Sônia. Ela, que vive disso, contribui em casa com uma quantia que varia de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 mensais.

Em 2001, quando a comunidade do Sapatu foi reconhecida oficialmente como quilombola, lá moravam 82 famílias. O reconhecimento facilitou a assinatura de convênios com órgãos do governo do Estado e com universidades públicas, como foi o caso do aprendizado com fibra de bananeira. Mas apenas dez famílias complementam sua renda com esse tipo de artesanato, entre as quais a de Sônia, que possui um grande tear manual. Ela e a mãe fazem bolsa, caminho de mesa, carteira, chapéu, porta-jóia, jogo americano, ímã de geladeira. As bolsas e os jogos americanos são vendidos em feiras artesanais da capital. “Nossa maior dificuldade é não ter tear industrial para aumentar a produção”, diz Sonia.

Em Boa Esperança vivem 170 famílias, cerca de 500 habitantes. A maioria planta banana e comercializa palmito. Há um posto de saúde, uma agência dos correios, uma creche e uma escola. Contas de consumo, como água e luz, são pagas nas agências bancárias de Eldorado, a 30 quilômetros de distância. “Quando as contas chegam, já passou a data do vencimento”, constata Claudinéia Aparecida, 27 anos, a educadora que responde pela abertura da escola no fim de semana: “É incrível que as pessoas daqui precisem viajar para pagar uma conta de luz”, completa.

A burocracia criou uma situação inusitada na escola de Boa Esperança: ela é administrada ao mesmo tempo pela Secretaria Municipal de Educação de Eldorado e pela Secretaria de Estado da Educação. Pela manhã, estudam 85 alunos de 5ª a 8ª séries, que pertencem à rede estadual de ensino. À tarde, há 113 alunos da rede municipal que freqüentam de 1ª a 4ª séries. Essa peculiaridade não interfere na proximidade entre a comunidade e a escola.

Venho aqui (na escola) encontrar as amigas e me distrair. Quem cuida de marido, filho e ainda trabalha na roça, sabe como é difícil. Aqui a mulherada se junta para conversar e aliviar a tensão. Hoje, o artesanato é minha atividade mais divertida. Posso dizer que é o melhor da vida de todas nós que participamos da oficina. Em casa, passo o dia inteiro ouvindo: mãe, mãe, mãe! Aqui você até esquece disso. É uma terapia.

Claudete Gomes, 28 anos, mãe de aluno de Boa Esperança

Após a missa de domingo, adolescentes e mulheres da comunidade reúnem-se na escola para três horas de aula de artesanato com Sônia. Essa já é a terceira turma de alunas desde que o programa que abre as escolas aos fins de semana teve início, em agosto de 2003. Para elas, trabalhar no tear é mais uma oportunidade de se distrair e relaxar da rotina do que de aumentar a renda familiar. “É uma

terapia que me ajuda a controlar a pressão alta e a depressão”, diz Ana Maria, 38 anos, mãe de três filhos e aluna da oficina de artesanato.

A escola de Boa Esperança é o ponto de encontro da comunidade. Aos fins de semana, quando abre suas portas, cerca de 200 pessoas freqüentam as oficinas de esporte e artesanato. Dito, um rapaz com problemas mentais, vive em Boa Esperança e é cuidado por todos, inclusive pelos funcionários e alunos da escola. Faz as refeições no colégio, participa dos jogos e interage com alunos de todas as séries. Até na hora de fotografar as mulheres que fazem oficina de fibra de bananeira, alguém se lembra de chamar o Dito para aparecer na foto. “Ele ajuda em tudo”, resume uma delas.

Eu perdi um bebê há uns quatro meses e andava muito triste, deprimida. O médico não sabe explicar o que aconteceu. Entrei com ele vivo (na barriga) no hospital de Pariqueira, uma cidade aqui perto. Ganhei o bebê 36 horas depois de ter chegado lá e ele nasceu morto. Talvez os médicos tenham esperado muito, não sei. Depois que tudo aconteceu, o médico disse para eu não ficar em locais fechados, para evitar depressão. Venho para a escola e faço oficinas de pão e de fibra de bananeira. Participar dessas atividades me trouxe mais alegria. Meu marido é o balseiro da cidade. Acho que ele ainda não se recuperou do trauma.

Nivalda de Moura Silva, 24 anos, aluna da oficina de fibra de bananeira

Boa Esperança já teve uma pequena fábrica de sandálias, que pertencia à Associação de Moradores do Bairro, mas está parada por falta de matéria-prima: couro, cola, palmilha e borracha para o solado. As sandálias eram vendidas na capital e em Eldorado, mas a falta de constância na produção comprometeu o sistema de vendas, e as lojas deixaram de comprar.

Trabalhar com artesanato foi uma das formas encontradas pela comunidade para reaquecer a economia local sem muito custo, já que as bananeiras são abundantes na região. O trabalho envolve o conhecimento acumulado pelas comunidades quilombolas ao longo de anos. Por exemplo: o corte da fibra precisa ser feito após o primeiro dia do término da lua cheia e só se pode utilizar árvores que já tenham frutificado. Há pelo menos três tipos de fibra em uma mesma árvore. Mas só é possível trabalhar com a fibra depois que ela seca, o que leva, em média, três dias.

Mais renda

Uma das ações de geração de renda mais bem-sucedidas promovidas pelo Programa Escola da Família funciona na Escola Estadual Maria Assanuma, em Registro. A diretora, Maria Helena Müller Camargo, 52 anos, que também coordena a abertura da escola nos fins de semana, aproveitou o fato de já ter aprendido bordado industrial e conseguiu uma parceria com o Centro de Educação Estadual Paula Souza, que enviou professores voluntários. “Aprendi há 30 anos e paguei meus estudos na faculdade de matemática com dinheiro do bordado. Sempre quis ensinar isso para outras mulheres, porque sei que garante uma renda razoável”, diz ela.

Maria Helena encontrou três máquinas industriais de bordado que pertencem à Coordenadoria de Ensino do Interior encostadas em uma das salas destinadas às aulas de supletivo. “Eram sucatas que ninguém queria, mas limpei, engraxei e deixei funcionando”, recorda. Saiu em busca de apoio do Centro Paula Souza, e uma turma de professores aceitou dar aulas voluntariamente para mulheres da comunidade e alunos da escola. Dessa primeira turma, participaram 48 alunas. Ao final, 20 mulheres dispuseram-se a continuar trabalhando com bordado.

Tenho cinco filhos, mas só uma das minhas filhas mora comigo. Ela tem um filhinho que eu e meu marido sustentamos. Ele é aposentado e recebe uma pensão de dois salários. Esta filha que mora comigo não trabalha, então todo o dinheiro que ganho com bordado sustenta os dois. Ela tem um problema na clavícula e não pode fazer atividade física pesada. O bordado nos ajuda muito.

Luzia de Moraes, 61 anos, bordadeira de Registro

Quando acabou o curso dos voluntários do Centro Paula Souza, Maria Helena seguiu acompanhando o dia-a-dia das bordadeiras, tirando dúvidas sobre o ofício. A idéia evoluiu, a escola ganhou uma quarta máquina, e o que era uma atividade de sábado e domingo entrou na rotina das mulheres.

A escola cedeu uma sala grande, onde ficam as quatro máquinas, e as 20 mulheres que formaram um grupo revezam-se diariamente, das 8 às 22 horas, para produzir panos de prato, toalhas de mesa e de banho. As vendas complementam a renda e melhoram, pelo menos um pouco, a qualidade de vida dessas famílias.

Com o bordado, ganho mais de R\$ 300,00 mensais. Faço sete panos de prato por dia e cobro R\$ 2,50 por cada um. Esse dinheiro ajuda a pagar contas de luz, água e a comprar mistura (proteína

animal, carne, frango ou peixe). Recebo uma pensão de R\$ 500,00 por mês, mas tenho cinco filhos que moram comigo. Eles ajudam, mas não é o suficiente para garantir o sustento. Todos os dias acordo e venho para a escola. Passo o dia bordando, cedo lugar para outra colega e volto para a máquina quando chega de novo a minha vez.

Ormezinda da Costa, 65 anos, bordadeira de Registro

As bordadeiras estão tentando, com a ajuda de Maria Helena, formar uma cooperativa formal para obter crédito e adquirir máquinas mais novas. A dificuldade é que elas, primeiro, precisam comprar o equipamento, constituir e manter uma cooperativa formal durante um ano para depois estejam aptas a solicitar crédito em programas específicos para esse tipo de atividade. Só que essas mulheres não têm capital para comprar maquinário. A oficina é mantida com um percentual das vendas de cada uma delas. Assim, conseguem comprar tecido, tinta, linha e agulha.

Todo o dinheiro que ganho com meus bordados invisto no curso para ajudar as outras. Venho todos os dias da semana e aos sábados e domingos também. Precisamos ajudar a escola. Eu vendo apenas o que pinto em tecido, mas o dinheiro do bordado fica aqui. Faço toalhas de mesa para rifar e angariar recursos para manter a nossa oficina. Quem sabe um dia conseguiremos ter uma cooperativa.

Clarice Aparecida Berto, 54 anos, bordadeira de Registro

Maria Helena relata que as bordadeiras da escola têm espírito de grupo:

Elas são muito organizadas e unidas. Como só há quatro máquinas, fazem um rodízio para que todas possam trabalhar. Uma das moças que faz parte do grupo é moradora de rua. Ela vive exclusivamente disso e conseguiu autorização para vender no Fórum e em outros órgãos públicos aqui da cidade. As outras mulheres trazem marmitta e sempre dividem a comida com ela.

O ofício, para quem trabalha todos os dias, rende pelo menos um salário mínimo por mês. A bordadeira iniciante Nilcéia Silva, 33 anos, escuta Maria Helena falar sobre o grupo, enquanto aguarda sua vez para usar uma das máquinas.

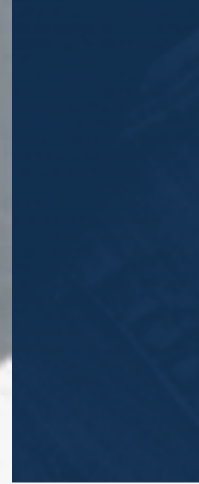
Meu marido é mestre de obras e temos cinco filhos. Ainda não consigo ganhar como as colegas porque estou aprendendo, mas daqui a pouco tempo meu trabalho já vai estar bom para ser vendido. É importante que todas nós possamos levar um dinheiro para casa, mas quem chega aqui já sabe que é preciso dividir o preço dos tecidos, dos panos de prato e da tinta para o curso de pintura em tecido que, às vezes, combinamos com bordado.

“Se pudesse viria mais vezes”

Trabalho em casa com costura três vezes por semana e recebo entre R\$ 320,00 e R\$ 400,00 mensais, quando tem bastante encomenda. Os panos de prato dão uma ajuda para pagar água, luz e principalmente remédios para o filho que mora comigo. Ao todo são cinco, mas só este está em casa. Ele tem 29 anos e muitos problemas mentais por causa do uso de cola de sapateiro. Ele tem comportamento de criança de 5, 6 anos de idade. Tenho que me virar para trabalhar aqui na escola pelo menos duas vezes por semana e estar em casa na hora das refeições para ajudá-lo, levá-lo ao banheiro, essas coisas.

Esse meu filho era ajudante de pedreiro. Do nada, começou a cheirar cola numa quantidade tão grande que entrou em coma e foi para a UTI. Quando venho aqui bordar, peço aos padrinhos para cuidarem dele um pouquinho. Faço logo quatro, cinco panos de prato de cada vez e ganho mais uns R\$ 100,00 mensais. Se eu pudesse deixar ele sozinho, viria mais vezes e teria mais um dinheirinho.

Cinira Martins, 57 anos, bordadeira de Registro



“Passagem pela polícia deixa marca que demora a sumir”, diz J, garoto preso por tráfico, que abandonou o crime e voltou a estudar. Registro (SP).

E MATARAM O SALVADOR...

Em Iguape, onde o linguajar é cheio de expressões pitorescas, ter pena de alguém é “mainga”, com o “i” bem carregado. Bêbado é “torrado” e viver em comunidade isolada é morar numa “bola de mato”. O Jairê localiza-se a apenas 33 quilômetros da sede do município e é um exemplo dessa expressão. Embora a distância seja pequena, o trajeto leva uma hora e meia para ser percorrido. “Só dá para chegar de ônibus, caminhonete ou kombi”, informam os moradores que esperam condução na praça principal.

A viagem pode demorar ainda mais, caso o rio Ribeira do Iguape, que acompanha o caminho de terra batida, tenha transbordado a ponto de alagar a estrada. Os sacolejos só não são mais intensos do que a gritaria dos alunos, a principal clientela dessa linha. Eles aproveitam o sobe e desce do veículo para “narrar rodeio” – a cada vai e vem do ônibus seguem gritos de “segura peão” e “é hoje que este busão não agüenta”. Iguape fica 233 quilômetros a sudoeste da capital paulista, a cidade mais rica e moderna do país.

O Jairê é um local de aparência bucólica. Faz parte da região de Iguape, que abriga 80% da área total da Estação Ecológica da Juréia, formada por 80 mil hectares de Mata Atlântica. É uma das maiores reservas ambientais do Sudeste brasileiro, com rios, cachoeiras e a poucos quilômetros do mar.

A comunidade é formada por meia dúzia de ruas de terra batida às margens do rio, onde pequenos sítios se alternam com casas de pescadores. Moram lá cerca de 60 famílias. Mas o vai-e-vem das pessoas segue o ritmo da oferta de emprego. Tem gente de Minas Gerais, Goiás e Paraná. A escola local oferece de 1ª a 8ª séries e tem 134 alunos.

Apesar da paisagem de sítio, a escola já lidou com problemas de cidade grande quando aderiu, em agosto de 2003, ao programa de abertura nos fins de semana. Enfrentou a desconfiança dos pais, o assassinato de um morador quase em frente ao colégio e a agressividade de um pequeno grupo de adolescentes, que tiveram sua capacidade de liderança potencializada pelo fato de a comunidade ser pequena e isolada.

O que fez toda a diferença na escola do Jairê é que a equipe responsável pela abertura da escola não se intimidou e encontrou alternativas para lidar com esses problemas. “Muitos dias chorei com vontade de desistir, nada estava bom”, admite Eliane Veiga, 29 anos, a educadora responsável pelo programa no fim de semana.

Oito meses depois da abertura da escola e já com o clima mais apaziguado, o tio de um aluno matou a facadas, no bar que fica quase em frente ao portão principal, um vizinho conhecido como Salvador. O assassinato aconteceu no segundo domingo de maio, Dia das Mães, fora do horário de abertura da escola. Um estudante presenciou o crime. “A comunidade ficou apavorada. Muitas crianças deixaram de vir para a escola no fim de semana porque os pais não permitiam”, conta Eliane.

A diretora da escola, Edilma de Oliveira, 60 anos, e sua equipe começaram uma nova rodada de negociação com a comunidade para recuperar o clima de tranquilidade. Mas a morte de Salvador segue presente nas conversas de corredor, especialmente porque o assassino fugiu do Jairê e ninguém soube se foi preso. Os rapazes que haviam criado uma banda de forró mudaram de ritmo para fazer um rap chamado *E mataram o Salvador*, que relata o crime. A música, para desgosto da coordenação, é sucesso na escola – todos sabem letra, melodia e repetem o refrão.

*Salvador foi comprar bala
Tonho chegou e deu uma facada em Salvador
E mataram o Salvador
Ô Ô Ô e mataram o Salvador*

Menos de um mês depois da morte de Salvador, a escola passou por novo terremoto para os padrões locais. Dessa vez o problema fora criado por um grupo de adolescentes que já freqüentava o programa há alguns meses. Colégios são locais singulares, porque sua realidade depende do perfil da comunidade que os cerca. Em cidades pequenas, uma parede pichada ou um furto pode assumir uma dimensão maior do que em escolas localizadas na periferia da capital.

Estudantes com passagem pela polícia, usuários de droga e mesmo depredação leve (como quebra de vidraça, arrombamento de cadeado) estão incorporados ao cotidiano das escolas localizadas na periferia da capital, das cidades mais populosas do estado. Mas, em uma comunidade pequena e isolada, esse tipo de ocorrência ganha uma dimensão maior.

Além disso, as famílias do interior costumam ter estrutura mais coesa do que as que vivem nas cidades. Pais e filhos costumam morar na mesma casa ou terreno e têm convivência estreita. Falta que passariam despercebidas nas grandes cidades ecoam com intensidade no interior.

O fato, que aconteceu em uma tarde comum de um sábado de junho de 2005, mudou a atitude dos alunos em relação à escola. O relato foi feito pela educadora Eliane:

Os garotos mais velhos estavam nervosos, mal-educados e fazendo de tudo para chamar a atenção. O pior é que eles exercem liderança sobre os outros. Havia um grupo grande assistindo a um filme de DVD. Como o orçamento da escola é apertado, as pessoas, quando podem, contribuem com R\$ 0,50 para o aluguel dos filmes que serão vistos no fim de semana.

Três rapazes não gostaram do filme e me pediram o dinheiro de volta. Pedi a eles que saíssem da sala que eu devolveria em seguida. Quando respondi, eles subiram em cima da mesa do professor e começaram a me xingar. Era um palavrão atrás do outro. A turma que estava assistindo ao filme, inclusive os adultos, saiu tropeçando da sala e eles jogaram as cadeiras no chão.

Fiquei muito nervosa, chorei e entrei em uma das salas da diretoria. Eles aproveitaram e me trancaaram lá dentro. Ameacei chamar a polícia, mas eles disseram que até os policiais chegarem eu já estaria morta. Desde o momento em que você chama uma viatura até ela chegar aqui, demora uma hora. Então, decidi sentar e esperar em silêncio para ver o que aconteceria – eu ouvia pais e alunos berrando pelos corredores. A escola estava um caos. Mais ou menos dez minutos depois, eles me soltaram e foram embora.

Cheguei em casa nervosa e com a certeza de que iria desistir de trabalhar no programa. Telefonei para a diretora e para a Cristiani (coordenadora das escolas da região) e disse que não tinha nenhu-

ma vontade de voltar lá. Fiquei numa situação muito difícil porque os pais que presenciaram tudo exigiam que eu fosse à delegacia dar queixa contra os garotos. Queriam que eles fossem presos para saber se estavam drogados, só que eu não podia fazer isso. Conheço esses rapazes desde que eram crianças.

Adolescentes do Jairê têm acesso relativamente fácil ao bairro do Rocio, em Iguape, onde ficam, segundo a comunidade local, os principais pontos-de-venda de droga da região – maconha, êxtase, cocaína e lança-perfume. Para conseguir dinheiro, muitos cometem pequenos furtos. Alguns frequentadores do fim de semana já tiveram passagens pela polícia por conta disso.

Na segunda-feira seguinte, a mãe de um dos rapazes que havia participado da “tranca” da professora procurou a direção pedindo que o fato não fosse registrado na polícia, já que seu filho tinha passagens por furto e poderia ficar em situação delicada.

Edilma, a diretora, baseou-se em duas décadas de experiência na rede pública e decidiu ignorar a comoção e conseqüente gritaria da comunidade. Nesse meio tempo, os demais alunos da escola também começaram a pedir a cabeça dos “urubus”, como foram apelidados os rapazes envolvidos no episódio, para garantir o retorno de Eliane à escola. Ainda assim, Edilma concentrou-se no que julgou fundamental: fazer os jovens entenderem a gravidade e as possíveis conseqüências do que haviam feito.

Reuniu os garotos na diretoria e explicou as implicações legais de trancar uma professora e danificar equipamentos públicos. “Eles já chegaram de cabeça baixa, pedindo desculpas. Mas eu avisei que se Eliane decidisse dar queixa à polícia, teria meu apoio. Lembrei que alguns deles já tinham passagem por pequenos crimes e que poderiam ser prejudicados”.

Os rapazes, apesar de se dizerem arrependidos, estavam esperando “pelo pior”, ou seja, expulsão da programação do fim de semana e queixa na polícia, conforme relataram mais tarde.

Depois de trancar a professora na sala, a gente foi até o bar comer um lanche. Percebemos que fizemos uma bobeira, foi só pra sacanear. Eliane demorou a devolver os R\$ 0,50 que pagamos pelo filme. Ela disse: saiam da sala que eu vou lá fora e já devolvo, mas nunca chegava. Como a gente estava em três, ela devia R\$ 1,50. O arrependimento bateu mesmo quando ela começou a chorar daquele jeito. Eu procurei a Eliane e pedi desculpas antes mesmo de ter sido chamado pela diretora.

Garoto do Jairê, 16 anos

O que fizemos com a Eliane foi mau. Nós sabíamos que estava tudo errado e que ela trabalha para que a gente tenha o que fazer no fim de semana. Antes dessa escola abrir, a gente passava o sábado e o domingo no bar jogando sinuca, baralho, nadando ou atravessando o rio de um lado para o outro em balsa de transportar gado. Quando ela decidiu aceitar nossas desculpas, eu me senti pior, mais culpado.

Garoto do Jairê, 17 anos

Acabei indo na onda dos outros, mas me arrependi e pedi desculpas. Se essa escola fechar, não vai ter mais nada para fazer aqui no fim de semana.

Garoto do Jairê, 16 anos

Para surpresa dos rapazes e da comunidade, Eliane decidiu aceitar o pedido de desculpas e com isso deu o passo que faltava para consolidar a relação da comunidade do Jairê e sua única escola. Os três garotos disseram que o fato de a professora ter perdoado fez que eles se sentissem acolhidos e isso os aproximou de forma mais sólida da escola – antes de trancar a professora, eles já estavam frequentando as atividades há pelo menos seis meses e participavam de uma banda de forró montada em espaço cedido por Eliane.

Dois meses depois da tranca, toda a banda foi convidada para fazer show fora do Jairê. “A escola melhorou o grupo; os moleques passaram a levar a banda mais a sério”, reconhece um deles.

Nada fácil

Quando a escola começou a abrir, em agosto de 2003, as poucas crianças que participam das atividades do fim de semana só se interessavam pelo futebol. “Ninguém estava acostumado a escolas que abrem aos sábados e domingos. Os pais resistiam em mandar seus filhos para cá”, conta Eliane.

Desde o começo do programa, o mesmo grupo de garotos que, meses depois, trancou Eliane – ampliado por outros adolescentes – passava horas em frente ao portão observando o que se passava do lado de dentro. Para professores e voluntários, isso era uma tentativa de intimidação. Sentavam sem permissão na motocicleta de Cristiani Lisboa, 32 anos, que coordena a abertura das 12 escolas da região: “Era uma tentativa de deixar claro quem mandava no bairro”, diz ela. “Queriam que a gente sentisse medo deles”.

Eliane visitou uma por uma das famílias que têm filhos matriculados para convencê-los a deixar as crianças freqüentarem a escola aos sábados e domingos. Dizia que a iniciativa precisava de voluntários. “Cansei de repetir que o sucesso dessa iniciativa dependia da participação deles”.

Lentamente a comunidade começou a se aproximar e, mesmo alunos que moram em comunidades a nove quilômetros da escola, passaram a ir a pé participar das atividades. Ex-alunos, hoje no ensino médio, retornaram como voluntários.

“A escola é nossa; temos o direito de usar este espaço”, diz Celiane Martins Pereira, 20 anos, ex-aluna que monta oficinas de *design* de roupas feitas a partir de jornal. Vestidos longos são sua especialidade e impressionam pela qualidade da modelagem. As roupas são divertidas, todas de cores fortes, e ainda contam com acessórios como bolsas e sapatilhas – tudo de papel. A garota, que sonha estudar moda em São Paulo, organiza desfiles de moda na escola.

“Olhe em volta, este é o único espaço que temos em todo o bairro”, acrescenta Joyce Pereira, 17 anos, outra ex-aluna que voltou para ajudar nos fins de semana. Ela faz parte de um grupo que tem por objetivo conscientizar os colegas sobre o perigo de usar drogas.

Poucos meses depois de a abertura da escola ter entrado na rotina da comunidade, até mesmo os adolescentes que passavam o fim de semana plantados em frente ao portão começaram a se aproximar. “Hoje está mais fácil lidar com eles porque estão mais calmos”, diz Maria Cavalcante de Moura, 43 anos, uma espécie de faz-tudo na escola.

“Meu filho está muito mais calmo. Ele nunca quis vir para a escola, mas agora espera pelo fim de semana para encontrar os amigos”, diz a mãe de um dos rapazes que já foi considerado “problemático” por ser indisciplinado e que participou da “tranca” de Eliane.

Tatuagem

Muitos desses alunos rotulados de “problemáticos” e “indisciplinados” passaram por situações de violência quando ainda eram pequenos. Alguns desses episódios, sem dúvida, ficaram tatuados na personalidade deles.

Meu marido foi assassinado em 1982, em Jandira, na Grande São Paulo. Logo depois, viemos para cá. Até hoje não sei porque ele foi morto. Provavelmente bala perdida, porque era funcionário público há 21 anos e não tinha ligação com bandido. Meu filho, que hoje tem 16 anos, nessa época tinha 9. A sorte é que não viu nada porque o crime aconteceu em frente à casa da minha cunhada, a poucos metros de onde morávamos.

Meu filho já era muito fechado, mas ficou ainda mais. Sinto que ele nunca se conformou com o assassinato do pai. Até hoje, quando quer chorar, se esconde embaixo de um cobertor bem grosso para eu não ouvir os soluços. Ele sabe que viemos para cá fugindo da violência e resiste muito em ir para São Paulo, até mesmo para as festas da família. Quando consigo arrastá-lo para lá, ele volta no primeiro ônibus. Acho que tem medo de ser assassinado como o pai.

Mesmo sem falar muito, ele sempre foi querido na escola, mas nunca se interessou pelas aulas. As coisas ficaram mais complicadas recentemente, quando meu pai adoeceu e precisei ficar um tempo cuidando dele em São Paulo. Meu filho não é mais um menino, e achei que não haveria problema deixar ele aqui sozinho no Jairê por um tempo. Mas acho que ele se sentiu abandonado e acabou se comportando mal na escola.

Dona-de-casa, 56 anos, mãe de aluno do Jairê

A escola, embora conte com uma equipe pequena de professores, conseguiu lidar bem com esses adolescentes e acabou promovendo uma integração maior entre eles e a comunidade, trazendo todo mundo para dentro do colégio.

“Sempre fui um aluno muito mau, mau mesmo”, avalia Robson de Moura Pereira, 17 anos, que cursava, em 2005, o 1º ano do ensino médio. Ele diz que freqüentar a escola do Jairê no fim de semana aumentou suas possibilidades de diversão e melhorou sua disposição de estudar. “Tirei até um B em Matemática. Nunca tirei B na vida”, diz, dando uma sonora gargalhada. *B, imagine.* Segundo ele, essas atividades vêm melhorando a relação com o pai, um homem religioso, que trabalha como pescador: “Antes não parava em casa; agora converso mais com ele e escuto o que ele tem para dizer”.

A pequena revolução vivida pela comunidade do Jairê com a abertura das escolas já teve algum reflexo na sala dos professores do ensino regular. “Passei a me interessar mais pela comunidade”, diz Eliana Apolinário, professora de Educação Física, que montou um projeto para fortalecer a cultura popular local.

Além disso, alunos que haviam abandonado a escola pensam em voltar a estudar. “Abandonei a escola no 2º ano (ensino médio), porque não tinha mais vontade de estudar, agora me arrependi, mas é tarde. Fica esquisito voltar”, diz Giovani Pereira, 21 anos, assíduo freqüentador da escola do Jairê. “Meus amigos começaram a vir e o incentivo pesou”. O rapaz trabalha como pescador e operário da construção civil, dependendo da oferta.



Equipe de vôlei da Escola Vereador José Diniz: esporte como ferramenta de prevenção à gravidez precoce. Coronel Goulart (SP).



VÔLEI NA ROÇA

O time de vôlei da Escola Vereador José Molina, em Coronel Goulart, pequeno distrito 625 quilômetros a oeste de São Paulo, tem duas jogadoras com o nome de Franciele² – uma Padilha e outra Rodrigues. A primeira tem 15 anos; a segunda, 14. As duas, assim como muitas meninas da equipe, trabalharam em roça de tomate e banana para comprar o uniforme do time. “Minha mãe é sozinha, sustenta três filhos e ainda paga aluguel”, conta a mais velha delas. O tênis, de R\$ 93,00, foi dividido em três parcelas por um tio, mas, no dia do vencimento, é a garota quem paga a prestação: “Só falta a última”, diz ela.

A mais nova, Franciele Rodrigues, recebeu ajuda da família para comprar o uniforme, e, com isso, diminuiu as jornadas na lavoura de tomate. Considera-se uma “sortuda”, porque, além de estudar, participa da equipe: “Meu irmão só tem 17 anos e já parou de estudar para trabalhar de empregado na roça dos outros”. Das nove garotas que fazem parte do time, quatro enfrentaram jornadas de oito horas de trabalho no campo para conseguir comprar o uniforme. Outras trabalharam como faxineira e manicure.

Trabalhar na roça como diarista, fazer faxina e outros serviços pouco adequados à rotina de adolescentes em idade escolar são apenas alguns exemplos do empenho dessas garotas para fazer parte da equipe de vôlei. Por outro lado, participar do time devolveu-lhes a auto-estima, influenciou posi-

2. Os nomes das adolescentes neste capítulo são fictícios para preservar suas identidades, seguindo as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

tivamente em relações familiares complexas e abriu horizontes – as meninas passaram a cultivar sonhos que vão além de limitar a perspectiva de futuro ao trabalho na roça.

Meu pai é lavrador – planta quiabo, berinjela e jiló. Cuido da casa desde os 11 anos. Minha mãe trabalha fora, mas lava a roupa de toda a família. Estudo à noite para ter tempo de limpar a casa, arrumar e fazer comida pro meu pai e pro meu irmão de 12 anos. Quando estudava de manhã, fazia o serviço à tarde. Minha mãe ajudou a comprar o tênis e o uniforme do time. O que me deixa desanimada é que faço, faço, mas, no fim do dia, ela sempre reclama. Dá vontade de chorar. O vôlei é a atividade mais legal da minha vida. Antes, minhas amigas e eu ficávamos na rua nos fins de semana. É muito gostoso ter um grupo.

Menina do vôlei, 16 anos

Das cerca de 100 famílias que moram no distrito de Coronel Goulart, a maioria trabalha em roças de legumes, que são transportados por intermediários e vendidos nas feiras da capital. Não há saneamento básico, as ruas são de terra, as casas de madeira, e as perspectivas de futuro limitadas. Para as meninas que tiveram a oportunidade de participar do time de vôlei, contudo, essas perspectivas se ampliaram um pouco.

A única escola do distrito tem 180 alunos, e a equipe de vôlei faz parte das atividades de abertura das escolas estaduais da rede pública paulista nos fins de semana. Mas é fruto da iniciativa da professora de Educação Física Paula Ananzato, 24 anos, que mora na cidadezinha, e também passou a infância e a adolescência trabalhando em roças, sem grandes perspectivas de futuro: “Tentei fazer por essas meninas o que ninguém fez pela minha geração”, diz.

Paula passou os últimos dois anos – desde agosto de 2003, quando o programa começou – tentando evitar que as garotas do time se tornassem estatísticas: bebessem álcool em excesso, usassem drogas, engravidassem precocemente e abandonassem a escola.

Pesquisa da UNESCO lançada em 2006 revela que há 1,5 milhão de adolescentes brasileiros, entre 15 e 17 anos, fora da escola. Desses, 56% são do sexo feminino e 69% pertencem às camadas mais pobres da população – as chamadas classes “D” e “E”. Além disso, mais da metade das meninas dessa idade que não estudam vivem em cidades do interior. Ou seja: as garotas do time de vôlei de Coronel fazem parte do grupo mais vulnerável.

Eu ficava tanto na rua que minha mãe não gostava. Eu era uma estressada e estourava por qualquer coisa. Era briga feia quase todo dia, porque saía bastante, mas agora fico mais em casa. Minha mãe

não me deixava sair, mas eu ia escondido. Agora só vou no fim de semana e com consentimento dela. Tenho amigas que começaram a engravidar. Boato de gravidez é o que mais tem. Para os garotos não pega nada, mas nós, as garotas, ficamos mal-faladas.

Menina do vôlei, 17 anos

Durante o processo de criação do time de vôlei feminino, Paula entendeu que a montagem da equipe por si só traria aprendizado. Além disso, se jogassem bem, as meninas teriam oportunidade de sair da cidadezinha para conhecer lugares, pessoas e outras realidades. Depois da 8ª série, os alunos de Goulart são transferidos para a escola de Álvares Machado, a sede do município, onde já estudam algumas meninas do vôlei.

Álvares Machado é um município agrícola de 25 mil habitantes, a 35 quilômetros de Presidente Prudente, a cidade mais importante da região. Seguindo por mais 25 quilômetros de estrada de chão, chega-se ao distrito de Coronel Goulart.

Eu não tinha nada para fazer. Ficava na escada da igreja vendo quem passava. Entrei no vôlei para não ficar na rua e hoje é uma das coisas que mais gosto de fazer. Aprendi a entender melhor o que os outros falam e a aceitar quando me dizem não. Quis ter o uniforme para participar da equipe e fui trabalhar em uma roça de banana. Ganhei R\$ 15 por dia. Queria muito que o vôlei não acabasse e que a Paula pudesse ficar aqui com a gente.

Menina do vôlei, 13 anos

Os treinos começaram tão logo a única escola da comunidade abriu as portas nos fins de semana. As garotas foram chegando sem nenhuma familiaridade com o esporte, e o grupo chegou a ter 30 meninas. Os treinos eram caóticos. As meninas berravam umas com as outras, ameaçavam sair no tapa e mal ouviam as orientações de Paula, então estudante de Educação Física, que atuava na escola como voluntária. Já formada, foi contratada como treinadora.

Seu Pedro, pai de Paula, ex-lavrador que virou faz-tudo na escola, até juiz de jogo de futebol, assistiu aos primeiros treinos da equipe de vôlei e sugeriu à filha que instituísse regras mais claras para as meninas. Xingamentos, berros, cusparadas e empurrões não seriam mais tolerados. Quem descumprisse as normas não entraria na quadra na semana seguinte. O grupo foi diminuindo, porém ficou mais coeso. Das 30 meninas que começaram, ficaram dez. Logo depois, nove, porque uma delas engravidou ao fazer 16 anos.

Adoro minha mãe, mas não falo com meu padrasto há dois anos. Por isso, me sinto só quando ele está em casa e ela fica com ele. Não sento com os dois nem para comer. Não agüento a presença dele. Já cheguei a cuspir na cara dele de nojo quando ele tentou se meter na minha vida. Nas crises familiares, fico sem comer e emagreço quatro quilos. É ruim sentir isso, mas o que posso fazer?

Meu padrasto é lavrador; minha mãe, monitora de creche. Não tenho apoio do meu pai. Eu até telefonei de vez em quando, mas há uns dias liguei para pedir ajuda para comprar um tênis novo e ele disse que sou folgada. Eu tinha um que comprei no ano passado, mas rasgou. Passei a jogar só de meia, mas elas também rasgaram. Agora jogo de sandália de dedo e meia para dar mais um pouco mais de estabilidade.

Era sozinha. Chorava a tarde toda. Agora me relaciono com outras pessoas e tenho uma vida boa. Eu não tinha muitas amigas. Agora, depois do time, elas vão à minha casa e a gente desce a rua. No fim de semana, fico bastante aqui na escola jogando vôlei. A Paula me ensinou a conversar e a ter mais disciplina. Se o vôlei parar, minha vida vai voltar a ser o que era antes, muito difícil. Vou chorar muito...

Menina do vôlei, 14 anos

Para incentivar as garotas e criar uma cara para o time, ficou definido que elas mandariam fazer um uniforme personalizado – de material de boa qualidade e com o nome de cada uma nas costas. Tentariam substituir os chinelos de dedo por tênis, que, além de serem mais adequados para praticar esporte, são mais valorizados socialmente pelos adolescentes. Comprar um short preto, camiseta da mesma cor com o nome escrito nas costas em rosa-choque e tênis significou literalmente pegar o caminho da roça. As meninas trabalharam nas lavouras da região, especialmente de banana e tomate. A cada jornada de oito horas recebiam de R\$ 15,00 a R\$ 20. Quanto mais nova a menina, menor a diária.

“Somos uma equipe forte dentro e fora da quadra”

Quando o projeto do vôlei começou, eu era voluntária do programa. Por causa da minha falta de experiência, dava o treino e só. Eu falava, ensinava as regras e elas riam na minha cara. Não levavam a sério nem os fundamentos do jogo.

Quando uma das meninas cuspiu na cara do padrasto e levou uma surra danada, percebi que, se trabalhasse com elas na formação de uma equipe, isso poderia ajudá-las a superar relações familiares difíceis.

No começo, elas gritavam e não aceitavam disciplina. Essa menina, em especial, a convenci a pedir desculpas ao padrasto. Como todas acompanharam o caso, começaram a repensar seu papel em casa e lentamente melhoraram o comportamento nos treinos. Até na rua, quando as encontrava, percebia mudanças. Duas garotas do time são primas e trouxeram para a quadra uma rivalidade feia. Viravam a cara uma para a outra, para dizer o mínimo. Comecei a perceber que, devagar, estava contribuindo para melhorar a relação entre as duas.

No decorrer do processo, tomei consciência de que não queria apenas montar um time para jogar. Quis montar uma equipe, e isso implica doação. As meninas aprenderam a ouvir a opinião umas das outras, e somos mais amigas do que antes. A união da equipe é nossa principal vitória. Conseguimos até mesmo superar conflitos pessoais por causa disso.

No primeiro jogo, no ginásio de Álvares Machado, perdemos de 25 a 5. Tínhamos menos de um ano de treino. Voltamos para a quadra, revimos estratégias e, no próximo, vencemos por 3 sets a zero. Hoje somos um time forte na quadra e fora dela.

Minha vida, assim como a dessas meninas, não foi fácil. Estudei até a 8ª série na escola de Goulart. Depois fiz o ensino médio em Álvares Machado, mas queria fazer faculdade.

Tentei duas vezes o vestibular para a Universidade Estadual Paulista. Não saía de casa, só estudava. Pagava R\$ 25,00 por mês de cursinho e ainda precisava de dinheiro para a condução. Pegava o ônibus às 6h20 da manhã e voltava às 18 horas para casa. Depois que entrei na faculdade, comecei a morar em Prudente. Duas vezes por semana dava aulas para alunos do pré à 4ª série como estagiária e, no fim de semana, vinha para Goulart como voluntária. Só via meu namorado na sexta e no sábado à noite.

Chorava de saudade de minha família, mas agüentei cinco anos morando em Prudente. No segundo ano da faculdade, rompi os ligamentos do joelho e tive que fazer uma cirurgia. Paguei cinco meses de plano de saúde e operei. Meu pai ganha salário mínimo aqui na escola e, minha mãe, que ainda trabalha na roça, R\$ 200,00 por mês. Cansei de não almoçar para economizar e ter o dinheiro da passagem de ônibus.

*Paula Ananzato, 24 anos, professora de Educação Física
e treinadora das meninas do vôlei*

Tomate e banana

As meninas do vôlei, assim como quase todos os adolescentes pobres do Brasil, precisam faturar algum dinheiro se quiserem seguir as regras de consumo e andar na moda. Só que elas vivem em uma cidade com meia dúzia de ruas de terra, onde, para comprar um tênis, é necessário enfrentar pelo menos cinco jornadas de oito horas na roça. Não é à toa que, após o treino, as meninas limpam o tênis, guardam em sacos plásticos e, apesar de terem de percorrer meia dúzia de ruas para voltar para casa, caminham de chinelo de dedo para “economizar” o sapato esporte.

Quase todas aprenderam a conciliar, desde cedo, escola e trabalho. Uma delas, de 14 anos, trabalha há um ano como manicure. Outra, aos 13, já era empregada doméstica. Há meninas que desde os 11 anos são donas-de-casa: cozinham, passam, lavam e fazem faxina. A rotina dura, aliada à mais absoluta falta de opção de cultura e lazer da cidade, fez que elas valorizassem os treinos e passassem a gostar de fazer parte de um grupo.

Poucos dias antes de Paula dar o depoimento acima, a direção da escola e as meninas foram informadas de que o Programa Escola da Família, do qual o vôlei faz parte, seria encerrado oficialmente em Goulart no dia 24 de setembro de 2005, como de fato, ocorreu.

Sou muito calma, mas minha mãe é muito nervosa – ela é empregada doméstica em Presidente Prudente. Meu pai é pedreiro e, às vezes, viaja para fazer obras. Tenho uma irmã de 8 anos e a gente cria um primo que tem 2 anos.

O pai do bebê é nosso vizinho, mas ele mora com a gente porque a mãe se jogou embaixo de um caminhão 40 dias depois que ele nasceu. Eu ajudo em casa e olho o nenê que é uma criança nervosa, mas não lavo a roupa dele.

Trabalho de manicure desde os 13 anos na comunidade e quase todos os dias tenho clientes – pé e mão custam R\$ 6,00. Aprendi a fazer sozinha para ter algum dinheiro. Posso dizer que você tem mais possibilidade de aprender aquilo que quer mesmo fazer, que não faz só por obrigação.

O vôlei é o único tempo da semana que tenho só pra mim. Os treinos são alegres, e as meninas unidas. Aprendemos a conversar e agora somos uma família. Se acabar, um pedaço de mim vai embora.

Menina do vôlei, 14 anos

Seguindo o caminho da municipalização adotado pelo país há quase uma década, no dia 31 de julho de 2005 a escola de Coronel Goulart passou a ser de responsabilidade da Prefeitura de

Álvares Machado, e não mais do governo do estado. Municípios respondem da pré-escola à 8ª série; o Estado, pelo ensino médio.

Como o programa Escola da Família é estadual, os municípios, quando assumem as escolas da sua região, têm a opção de mantê-lo ou não. Até setembro de 2005, a Prefeitura de Álvares Machado ainda não havia tomado nenhuma decisão sobre as atividades desenvolvidas aos fins de semana em Goulart. Por isso, Paula e os outros profissionais não teriam mais como receber salário, caso permanecessem na escola do distrito.

Os treinos de vôlei e todas as atividades oferecidas à comunidade de Goulart aos sábados e domingos acabaram no último fim de semana de setembro, dois meses depois de terem fracassado as negociações entre a Secretaria de Estado da Educação e a Prefeitura de Álvares Machado para garantir a manutenção das atividades. A equipe foi desfeita e as meninas pararam de jogar.

Minha mãe não me deixava sair de casa e eu ficava um pouco revoltada. O vôlei trouxe felicidade, porque fiz amigas. Só comecei a sair com o consentimento da minha mãe depois que ela conheceu a Paula e eu passei a fazer parte do time. Se não tivesse acontecido o vôlei, teria começado a sair escondido. O vôlei hoje é minha vida e, se acabar, tudo vai perder o sentido. Queria pedir que o programa não acabasse e que a Paula continuasse com a gente.

Menina do vôlei, 14 anos

A escola de Coronel Goulart, quando abria as portas nos fins de semana, recebia entre 200 e 300 pessoas – mais do que os 180 estudantes matriculados no ensino regular. Oferecia, além do vôlei, dança, bordado, futebol e oficina de pintura, entre outras atividades.

“É muito frustrante ver que o que começamos não terá continuidade”, diz Claudemiro Aparecido Caetano, 46 anos, o Cidinho, que já foi o responsável pela abertura da escola aos sábados e domingos. “Só não vinha para cá no fim de semana quem mora em sítios muito afastados e não tem transporte para chegar”, completa. “Sei o valor de um programa que abre as portas da escola para a comunidade”.

Quando a mãe de Cidinho morreu, aos 32 anos, ele foi adotado por uma família de Álvares Machado. “Tenho nove irmãos, mas só eu consegui estudar por causa do apoio da família que me criou”. Fez Psicologia e Letras e se prepara para um mestrado em Educação.

Sempre quis ser jogadora de vôlei. Assistia aos jogos na televisão e tremia. Minha família não acredita nisso, mas apóia, e hoje já sonho em ser profissional.

Moro com minha mãe e dois irmãos; meu pai tem outra família e vive numa cidade aqui perto. Minha mãe trabalha como doméstica, em Prudente. Fui para a roça conseguir dinheiro para comprar o uniforme do time. Quando acaba o treino, passo pano no meu tênis para não gastar.

Trabalho só para ter as minhas coisas. Na roça, ganho de R\$ 15,00 a R\$ 20 por dia. Começo às 7 horas e fico até às 16h30. Levo almoço de casa. Prefiro roça de banana, mas já trabalhei com tomate e algodão.

No começo, eu não gostava das meninas do vôlei, mas o esporte me deixou mais madura. Participar da equipe melhorou a relação com a minha mãe. Estou mais responsável e madura.

Acho que me tornei uma pessoa um pouco melhor, porque já consigo acreditar mais no meu sonho. Mesmo morando aqui e sem apoio, me vejo no futuro como uma grande jogadora. Agora, estamos em desespero total, porque a Paula vai embora.

Menina do vôlei, 15, anos

Doze voluntários da comunidade e cinco estudantes universitários trabalhavam no programa no fim de semana em troca de uma bolsa, a exemplo do que acontece em todas as escolas que fazem parte do programa que abre as escolas paulistas nos fins de semana.

Marta Echevaria Macedo, 43 anos, assessora técnica e pedagógica responsável pelas escolas da região, transferiu os profissionais de Goulart para outros locais onde o programa segue funcionando. “Fiz o que era possível para manter as atividades”, lamenta. A equipe de vôlei de Goulart é considerada pela Secretaria de Estado da Educação como um dos exemplos de sucesso do programa Escola da Família.

“Tinha um destino certo nos fins de semana: a rua”

Eu tinha um destino certo para as noites do fim de semana: a rua. Misturava refrigerante com vodka, fazia cuba (libre), um monte de coisas. Chegava ao treino sonolenta e só levava bronca. Um dia, a Paula me disse que, da próxima vez que eu chegasse naquela estado, não jogaria mais. Aprendi a pensar antes de ir na onda e a tomar atitudes que possam comprometer meu futuro. Já fiquei com muitos caras nada a ver, mas hoje estou mais atenta.

O vôlei hoje é tudo. Eu era muito diferente, brigava muito, tudo era gritando. Se alguém fizesse algo que não gostava, gritava. Meu pai morreu e tenho uma irmã casada. Minha mãe sofre de doença mental. Meu pai foi embora de casa um pouco antes de morrer. Fiquei revoltada com ele e com todo o resto. Eu fazia minha mãe chorar e chorava porque sabia que estava fazendo tudo errado.

A Paula me ensinou a falar baixo e a conversar com as outras meninas. Todas nós do time aprendemos a pedir desculpas. Agora entendo mais minha mãe ou, pelo menos, procuro entender. Antes, quando ela falava coisa sem sentido, eu pirava. Agora entendo que é mania de perseguição e por isso ela briga com quem passa na rua. Quando ela está bem, fica sem sair de casa.

Minha mãe toma calmante e outros remédios, mas não tem problema físico. Já fez muitos exames. É só a imaginação dela. E quando a gente brigava, ela ficava tensa e mais nervosa ainda. Hoje procuro acalmá-la.

Sempre fui muito ativa na escola porque muitas pessoas me diziam que eu não deveria jogar a vida fora por causa da doença da minha mãe. Quando ia para festas, ficava até muito tarde na rua. Decidi parar com isso porque é mais saudável jogar do que ficar por aí bagunçando. Estava no meu mundo, mas meu comportamento mudou. Se acabar o vôlei, vai ser uma tristeza. O povo da cidade nos criticava, dizia que nunca venceríamos jogos, mas eu não sou pessimista, vou levando tudo pra frente. Sei que, sem a Paula, não teríamos conseguido nada disso.

Já trabalhei em casa de família e na roça. De manhã era doméstica e, à tarde, vinha para a escola. Comecei a trabalhar aos 13 anos, fiquei um ano e meio em casa de família ganhando R\$ 70,00 por mês, até conseguir um aumento para R\$ 100,00 nos últimos dois meses.

O ano de 2005 foi o primeiro que não trabalhei, só estudei mesmo. Mesmo assim, no feriado, ainda faço faxina e vou para a roça. Minha mãe recebe uma pensão de R\$ 390,00 mensais.

Menina do vôlei, 15, anos



Irmãos do bairro da Brasilândia que, aos domingos, participam das atividades oferecidas pela Escola Crispim de Oliveira. São Paulo (SP).



MAGAL DA BRASILÂNDIA

20 de setembro de 2005. Dia comum na Escola Professor Crispim de Oliveira, periferia de São Paulo. A diretora, Edna de Souza, 54 anos, e o vice-diretor, Albino Sardinha, 42, contam como é administrar um colégio num local tão pobre e violento. Leves batidas na porta, e entra na sala uma menina magrinha, da 2ª série do ensino fundamental. Chega de cabeça baixa, choramingando, acompanhada por duas amigas da mesma idade. “Ela está com dor de cabeça”, diz uma delas. A diretora consulta o relógio, que marca 15 horas, e pergunta: “Você já comeu hoje?” Resposta: “Meio pãozinho de manhã”.

Quem vive na Brasilândia, zona norte de São Paulo, aprende a conviver desde cedo com a pobreza e a violência. “O maior problema das crianças daqui é a fome”, diz Edna. A escola atende alunos de 1ª à 4ª série do ensino fundamental – de 7 a 12 anos de idade. Para tentar amenizar o problema, ela serve refeições extras na escola, mas, às vezes, as crianças têm vergonha de chegar até um professor ou funcionário, antes do horário do lanche, e dizer: “Estou com fome”.

A Brasilândia já foi o distrito vice-campeão de homicídios na capital. Até 2003, tiroteios nas ruas próximas à escola eram episódios de certa forma corriqueiros e chegaram a ocorrer uma vez por semana. A topografia montanhosa da região favorece a chamada ‘desova’ de cadáveres, que são jogados morro abaixo.

“Criança que fica na rua só vê gente vendendo droga e mexendo com arma”, diz uma das mães da comunidade do Jardim Paulistano, distrito da Brasilândia onde fica a Crispim. A escola passou quase 23 anos com os portões trancados com cadeado e correntes, durante o horário escolar. A idéia era proteger estudantes, professores e funcionários da violência do bairro – até pais de alunos, quando queriam entrar na escola, primeiro precisavam convencer o porteiro de que eram realmente parentes dos estudantes.

A tensão estava incorporada à rotina. “Era comum gangues andarem pelo telhado da escola no horário de aula. Quebravam telhas e faziam um barulhão, amedrontando professores e alunos, mas ninguém tinha coragem de reagir”, relata Albino, responsável pela abertura dessa escola nos fins de semana. À noite, era a vez das invasões, furtos e depredações.

O início do ano letivo de 2004 foi uma espécie de marco: no primeiro dia de aula o portão amancheceu aberto. Havia quase seis meses que a escola aderira ao programa estadual de abrir suas portas nos fins de semana. No segundo semestre de 2005, quando a escola foi visitada pela primeira vez para fazer parte deste livro, o bairro seguia hostil, mas a abertura dos portões mudou a relação entre a escola e a comunidade.

A cerca de 100 metros da escola há um ponto-de-venda de drogas bastante movimentado. Cerca de oito homens guardam a porta do beco. A aproximação do carro do vice-diretor da escola do local não altera o ritmo do vai-e-vem das pessoas. Ele construiu uma imagem de profissional focado no bem-estar das 1.200 crianças da sua escola. Mais uma volta de carro e chega-se ao morro de onde são jogados corpos de pessoas, geralmente mortas a bala. Nas comunidades vizinhas, chacinas ocorrem com incômoda frequência.

Nas salas de aula, além de ensinar matemática e português, os professores dialogam com a realidade crua da periferia de São Paulo. Um aluno da escola foi pego furtando bolacha num hipermercado e apareceu em casa todo machucado. Segundo ele, havia levado uma surra dos seguranças. Num bairro onde os adolescentes assaltam mercearias à mão armada, a história correu em tom de chacota. O menino sentiu-se humilhado e sumiu da escola. “Fomos buscá-lo dentro de casa”, lembram professores.

Outro aluno espalhou pela escola que poderia fornecer armas porque o tio consegue “de tudo”. Dizia para os amigos que tinha “umas amostras na mochila”. Outro professor foi à casa da família e, durante um cafezinho, pediu que os negócios ficassem longe da escola: “Tento afastar da

escola os problemas com tráfico e violência para manter as crianças aqui”, disse o encarregado de resolver o problema. *Não faço mais nada errado na escola, não é?*, pergunta o menino que oferecera armas, esperando a aprovação de Albino. O breve diálogo termina com um rápido abraço entre os dois.

Albino, que mora a quatro quilômetros da escola, diz que negociar com o tráfico é o pior caminho. “A única coisa que pedimos às famílias envolvidas é que mantenham isso tudo longe da escola”. Para ele, a participação dos filhos e das mulheres dos traficantes na escola fará que o local seja preservado por todos, inclusive pelos que, fora desse ambiente, estão envolvidos com crimes. De fato, à medida que a comunidade foi entrando na escola, os tiroteios no horário das aulas, que chegaram a ter frequência semanal, rarearam. A última morte registrada nas ruas que circundam o Crispim, entre 2004 e 2005, ocorreu no segundo semestre de 2005, quando um homem, que não era aluno, foi assassinado em frente à padaria, vizinha à escola.

...

Eliane Cristina Ferreira, 34 anos, professora da escola e uma das principais lideranças locais, conta que, assim como seus colegas, lida com situações complexas envolvendo as famílias – pais, muitos dos quais alcoólatras, batem nos filhos a ponto de as crianças chegarem na escola com marcas da surra. “Chamamos as famílias para conversar sobre isso – se a escola quiser entrar dentro dessas casas vai ter que ultrapassar o limite da sala de aula”, afirma. Outro ponto bastante delicado é que, como as famílias são numerosas e vivem em casas de dois, três cômodos, não há privacidade. Crianças de 10, 12 anos ouvem ou, às vezes vêem, os pais e irmãos mais velhos fazendo sexo. “Essa questão sempre acaba na quadra e é um tema explosivo, porque pode provocar briga entre eles. Temos que ser muito delicados ao falar sobre isso”.

O desafio enfrentado por essa escola foi se firmar como uma espécie de centro cultural para a comunidade e um refúgio, onde, em meio a violência, houvesse espaço para se falar um pouco de paz – paz entre vizinhos, conhecidos e colegas. Grande parte dos homicídios registrados na cidade de São Paulo tem como protagonistas agressores e vítimas da mesma comunidade.

No começo deste ano, uma criança da minha rua foi atingida por uma bala perdida; a sorte é que não morreu. Tenho cinco filhos, o mais novo tem 7 anos, e o mais velho, 15. Os maiorzinhos ficavam direto na rua. Quem fica por aí, vê troca de tiro, droga, morte e tudo o que não presta,

diz Deusdeth Nunes da Silva, a Detinha, que veio de Minas Gerais tentar a vida em São Paulo. Só agora, 16 anos depois, está começando a aprender a ler e a escrever no curso de alfabetização para adultos oferecido pela escola.

Quando o governo de São Paulo decidiu abrir as escolas nos fins de semana, em agosto de 2003, muitos professores e diretores de escolas localizadas nas periferias da capital temeram pela integridade do prédio, dos equipamentos e, sobretudo, pela segurança dos que se “arriscariam” a ficar na escola aos sábados e domingos. Na Crispim não foi diferente. “Os professores morriam de medo que a escola fosse detonada logo na primeira tentativa”, recorda Albino.

Mas o dia-a-dia confirma a máxima repetida entre boa parte dos educadores: a solução para reduzir a violência na escola passa pela participação da comunidade, apesar de ser necessário enfrentar uma fase difícil de adaptação à proposta. Para a equipe da Crispim, o dia 6 de setembro de 2005 foi uma prova de que valeu a pena o trabalho de enxergar a comunidade exatamente como ela é – com seus defeitos e qualidades – e trazê-la para a escola.

Nesse dia, um sábado de manhã, pelo menos 1.500 pessoas, entre estudantes, professores, pais e alunos, vestiram-se com roupas claras e fizeram uma caminhada pela paz. Carregaram flores e distribuíram mensagens de paz aos alunos da escola vizinha e moradores da região.

Embora o percurso fosse curto, um quilômetro, o trecho a ser percorrido é uma área considerada violenta. Apesar disso, tudo correu sem incidentes. A passeata foi acompanhada por policiais militares, como ocorre na maioria das manifestações programadas que envolvem grande número de pessoas. Os guardas não sofreram qualquer tipo de provocação, apesar de terem passado por ruas baixas em que poderiam ter sido alvo fácil para quem se encontrava na parte alta. Após quase dois anos abrindo a escola para a comunidade, a equipe percebeu com mais clareza que havia conseguido reduzir a violência que espreitava os muros da escola.

Em um bairro sem opções de lazer e com poucos locais públicos, como praças e quadras de esporte, a comunidade logo começou a usar a escola. O pátio já foi usado como altar de casamento, salão de cultos evangélicos, salão para encontros ecumênicos e aniversários coletivos. A única restrição é a de que bebidas alcoólicas não podem ser servidas. “Escola que não conta com a presença dos pais e da comunidade é como festa vazia: sem graça e sem sentido”, compara Eliane.

Para facilitar a presença dos pais na escola, além de destrancar o portão, a direção ampliou o horário de funcionamento da secretaria (onde se pode obter informações sobre frequência e notas) e passou a abrir também no horário de almoço.

A professora Selma dos Santos, 58 anos, mora em Itaquera, extremo leste da cidade. Todos os dias se locomove por duas horas para dar aulas na Crispim: “Gosto daqui, a escola está muito mais aconchegante”.

A virada

Abrir as portas da escola é o primeiro passo para atrair a comunidade, mas não é suficiente para manter uma frequência alta de participantes aos sábados e domingos. “Ganhar a comunidade não é tarefa fácil”, diz Albino. Ele e sua equipe montaram uma estratégia para “lotar” a escola, oferecendo o que mais falta no bairro – cultura, lazer e diversão.

A virada aconteceu durante a preparação para a festa junina de 2005. Albino agregou à rotina da escola sua experiência como ator profissional, especialmente a improvisação. Ao ver as crianças da Crispim ensaiando para mais uma festa junina onde predominariam roupas desbotadas em vez de chitas coloridas, convidou um grupo de funcionários para produzir fantasias de papel crepom colorido. “Se as pessoas não têm dinheiro para comprar, fazemos de papel”, diz o professor.

Carmem, servente que tem uma máquina de costura, uniu-se a Albino. Começaram a inventar as fantasias que levariam até a comunidade personagens populares, como Sidney Magal, Latino e Ney Matogrosso. Até batinas, como as usadas pelo padre Marcelo Rossi em seus shows, já saíram da velha Singer para a quadra da escola. Muda o figurino, mas o ator é sempre o mesmo. Albino, um rapagão bronzeado e musculoso, que concilia as funções de ator e professor na rede pública há 20 anos, relata: “Demoramos uns seis meses para quebrar a resistência da comunidade. No princípio do programa, as crianças vinham correr na escola e jogar bola, mas resistiam muito às atividades propostas. Os jovens pouco apareciam. Fomos ganhando espaço, organizando festas”.

No meio da apresentação das quadrilhas, Albino pediu aos pais que assistiam à apresentação que não fossem embora, porque após a dança das crianças haveria uma “surpresa para os adultos”. Com o som a todo volume para “criar um clima”, surgiu o próprio professor – que demorou minutos até ser reconhecido – vestido como o cantor Sidney Magal. “Muita mãe não acreditou quando viu Magal na quadra. Os adultos das redondezas ouviram os gritos, as palmas, e foram chegando curiosos”, recordam Eliane e Albino ao mostrarem álbuns de fotos de eventos realizados na quadra.

Só vi show uma vez quando ainda morava em Itabuna, lá na Bahia, conta a dona-de-casa Adejani Oliveira Santos, 46 anos. Sua colega, Roseane Gomes, 29 anos, que também nunca assistira a nenhum show, faz as contas e diz ter ido ao cinema há uns 15 anos, no centro da cidade, para ver Bruce Lee. “É tudo longe e caro”, resumem as duas.

A avaliação da equipe é a de que o fato de terem produzido uma atividade direcionada aos pais fez que eles se sentissem valorizados. “As mães logo começaram a gritar, pedindo bis, mas eu só tinha preparado uma música, a da cigana Sandra Rosa Madalena”, lembra Albino, referindo-se ao primeiro show do Magal da Brasilândia.

...

O Jardim Paulistano fica a cerca de 15 quilômetros da avenida Paulista, o cartão postal da cidade. O orçamento dos moradores do bairro não comporta gastos adicionais com transporte e diversão. Grande parte dos pais e mães que têm filhos nessa escola está desempregada. Mães e avós são os principais arrimos de família. Ganham a vida como empregadas domésticas e diaristas. Os poucos homens que trabalham fazem bico na construção civil ou em pequenos estabelecimentos comerciais do bairro.

O único passeio que Roseane faz com a família é ir uma vez por ano ao parque da Água Branca, na zona oeste da capital. “Meus filhos pedem para ir ao Playcenter (um dos maiores parques de diversão da cidade), e eu respondo: Vão sonhando”.

A escola consegue, dentro das suas limitações, cumprir o papel de um centro cultural comunitário – chega a receber até 800 pessoas por fim de semana, a maioria crianças e jovens. Cerca de 120 adultos, entre familiares de estudantes e gente da comunidade, também freqüenta o local. Há sessões de filmes em DVD, divulgadas durante a semana por meio de faixas e cartazes informando horário e nome do filme. Oficinas de capoeira, artesanato, tricô, grafite e campeonatos esportivos são outras atividades oferecidas pela escola. O cozinheiro de uma emissora de televisão fez o maior sucesso ao promover uma oficina de culinária.

Os empresários locais, ao perceberem que a escola estava pacificando a região nos finais de semana, decidiram ajudar. As duas padarias e o supermercado vizinhos da escola, embora de pequeno porte, passaram a doar pão e suco em quantidade suficiente para atender a todos. No início do programa, quando os lanches eram servidos, crianças e adultos corriam para receber sua refeição, temendo que não houvesse o suficiente para todos. Agora, sabem que cada pessoa receberá pelo menos um pão e uma caneca de suco.

Fazer shows para a comunidade marcou o início da construção de uma relação mais próxima entre professores e familiares de alunos, que acabaram participando do dia-a-dia da escola. Até então, as reuniões de pais eram tão pouco freqüentadas que, mesmo convocando de uma só vez os responsáveis pelos 1.200 alunos, era possível agrupá-los no mesmo pátio, já que a maioria não comparecia.

Um mês depois do primeiro show – e com a escola funcionando regularmente nos fins de semana – os pais convocados para a reunião de encerramento do semestre letivo compareceram em massa. Para agradecer, Albino fez uma apresentação, imitando o cantor Latino, e a equipe incorporou um hábito: antes desses encontros, servir chá com bolacha para que, ao sentar junto, comer e conversar um pouco, as pessoas possam perceber que fazem parte de uma comunidade que tem a escola como eixo central.

“Precisamos deles aqui, participando das atividades e ajudando a conservar o prédio; não adianta ter os professores de um lado e pais do outro. Essas são as famílias com quem trabalhamos e ponto final”, diz Albino. Seis mães passaram a se revezar como voluntárias, ajudando a servir merenda e colaborando em outras atividades administrativas. No álbum de fotografia que registra os principais eventos da escola, há gente de todas as idades dançando e participando de jogos.

Tudo cinza

As oficinas de grafite fizeram que o prédio virasse o único ponto colorido num bairro onde o cinza e o marrom estendem-se por vários quilômetros de terra batida, cobrindo as casas de concreto aparente. Como a região é montanhosa, os muros pintados viraram referência e podem ser vistos à distância de diversos locais do bairro. “A escola ficou bonita, e a gente gosta de vir e ajudar para que ela continue bonita”, diz Adejani, que tem nove filhos. Ela e a família moram num barraco de madeira de dois cômodos. “É bom ter um lugar agradável para ir no fim de semana”.

Já Roseane, que sempre trabalhou como empregada doméstica em lugares que classifica como “bairros bons”, está sem emprego. O marido faz bico como pedreiro. Dois de seus quatro filhos estudam na Crispim, onde ela atua como voluntária. “O que adianta eu ficar em casa e os meninos aqui?” Em troca, ela e os filhos se alimentam na escola. Roseane e a família seguem o padrão local de moradia: vivem em uma casa de madeira de dois cômodos.

Apesar dos problemas relacionados à pobreza e à violência não serem simples, Albino reconhece, com orgulho, que a escola virou um “oásis” no bairro. A fase das invasões noturnas e dos furtos de torneiras, botijões de gás e tudo o que pudesse ser vendido no mercado informal diminuiu muito. Um clima mais amistoso foi sendo construído a partir do estreitamento da convivência com os pais. Albino, mesmo no período em que assumiu a direção da escola, foi visto dezenas de vezes pintando paredes ou trabalhando no jardim. Conseguiu quebrar a imagem do professor distante, que só chama os pais na escola para reclamar dos filhos.

Um dos indicadores de que a escola conseguiu ocupar um lugar importante na comunidade é a diferença entre o prédio do colégio e o do centro de saúde. A Crispim, toda pintada de verde e com os muros grafitados pelos alunos, fica a 500 metros do prédio da Saúde, onde a maioria das janelas está quebrada. A cor do prédio se perdeu em meio às pichações agressivas que levam a marca das gangues do bairro. “Aqui é o seguinte: ou você abraça a comunidade ou ela se vira contra você”, resume Albino.

No encerramento do ano letivo de 2005, Albino foi transferido da Crispim. Assumiu a direção da escola vizinha, Renato de Arruda Penteado, que atende da 5ª série ao ensino médio. “Lá o ambiente é mais pesado e sofrido porque os alunos são mais velhos. É começar de novo, mas tenho certeza de que vai dar certo. Já conseguimos trazer um circo para se apresentar num fim de semana”.

“Os meninos do tráfico deixam as armas fora da escola”

“Desde pequena venho a este bairro porque tenho uma tia que vive aqui. Há alguns anos, meus pais também decidiram se mudar para cá. Moramos na rua do Mutirão. O nome foi dado pelos moradores que se reuniram para colocar asfalto e acabar com um lixão que tinha lá. Dia sim, dia não, aparecia um cadáver naquele lixão. Hoje, no lugar, tem uma praça e uma quadra, que construímos em parceria com a Prefeitura.

Esse bairro melhorou nos últimos anos. A gente dizia brincando que eram dez mortos por minuto. Mas a verdade é que tinha sempre um morto aqui, outro ali. Hoje quase todos os que morrem é por causa de bebida. Ficam de porre, brigam e levam bala.

Trabalho aqui na escola no fim de semana em troca de uma bolsa na faculdade. Estou no segundo ano de Letras.

A abertura da Crispim aos sábados e domingos aproximou a comunidade. Mas não foi só isso: eles pensavam que na escola havia dinheiro sobrando. Se quebrassem uma janela, rapidamente o Estado

mandaria consertar. Aprenderam que não é bem assim. Se eles estragam, ficam sem. Eles descobriram no dia-a-dia como é importante cuidar das coisas, porque elas são deles. Por isso é que acabaram as invasões e os furtos.

A maioria dos meninos que mexe com drogas vem para a escola – os que usam e os que cuidam das bocas e vigiam as proximidades. Quando me encontram na rua, me tratam com respeito. Os que vigiam o bairro para os traficantes dizem: estamos aqui trabalhando. A partir do momento em que você os trata de igual para igual, que eles não se sentem em posição inferior, humilhados, você consegue chegar lá. Muitos desses meninos têm 10, 11 anos. A gente tem que se acostumar com isso. Às vezes, me provocam, dizendo que podem conseguir uma “máquina” (revólver) para mim. Respondo que a única máquina que me interessa é a de lavar roupa, mas não fujo do assunto.

Garanto que nenhum deles traz armas para cá. Quando vêm para a escola no fim de semana deixam tudo em casa. Eles aprenderam a ter respeito pela gente e pelas coisas – bolas, tintas, jogos, aparelhos de TV, DVD, tudo. É sacrificante conviver com isso, mas o que importa é chegar neles, mesmo que o resultado seja pequeno. Consegui fazer um menino de 13 anos parar de fumar maconha. Disse tantas vezes que ele é lindo e que tem condições de ter uma vida melhor, que acabou se convencendo. Quanto vai durar? Não sei.

Tenho um filho de 6 anos. O pai dele me dá R\$ 150,00 reais por mês e acha que é muito. Vivemos como pobres, mas não falta nada pro meu filho. Não consigo comprar tudo de uma vez, mas vou indo. Fico preocupada de pensar que ele poderá entrar nas drogas. Mas não é só aqui que tem isso. Droga tem em qualquer bairro, até nos bons.

Lidando com as crianças daqui, aprendi que o que conta muito é a estrutura familiar. Isso vai além da violência do bairro e da pobreza. Sempre fui pobre, morei em bairro violento, mas tive boa criação. Vi meu pai trabalhar honestamente e se aposentar como metalúrgico. Estudei em várias escolas públicas do bairro onde me criei, que também é aqui na zona norte. Terminei o ensino médio com 18 anos. Fiz curso de secretariado, computação, manicure, tudo para ganhar algum dinheiro. Faculdade nem pensar. Nunca pensei em ter dinheiro para pagar. Naquela época, sonhava estudar Comunicação Social.

Tem crianças aqui na escola sustentadas pelo tráfico. São dezenas de irmãos – muitos dos quais nunca viram o pai – que assistem aos adultos da casa deschavando maconha e fazendo trouxinha de pó para ganhar dinheiro. Tenho muitas amigas de infância que estudaram nas mesmas escolas que eu e estão presas por tráfico. Ou casaram com bandido e passam o final de semana na fila de visita das cadeias.

Universitária bolsista da Brasilândia, 26 anos



O carroceiro José Francisco e sua mulher, Maria, que participaram do casamento comunitário organizado pelas escolas estaduais da cidade. Itapira (SP).

SONHO DE MENINA

Igreja decorada com flores, tapete vermelho. Parentes e amigos emocionados, olhos fixos na noiva a caminho do altar. Esse sonho já embalou a imaginação de milhares de mulheres em alguma fase da vida. Para muitas, o casamento tradicional está fora de moda, mas grande parte gosta da idéia, vai em frente e não dispensa o véu e a grinalda. E as mulheres realmente pobres? A maioria sequer tem a oportunidade de vivenciar uma cerimônia tradicional ou optar por algo diferente – estão impedidas de experimentar o que já foi chamado de “grande dia” simplesmente porque não têm condições para pagar a igreja, as flores, o vestido e a certidão de casamento, que varia de R\$ 250,00 a R\$ 300,00.

Champanhe, bolo enfeitado, vestido branco? Isso pertence ao mundo dos mais ricos, dos remediados e dos artistas que casam no último capítulo das telenovelas, provocando lágrimas nos telespectadores românticos, em sua maioria mulheres cheias de filhos, que deixaram de lado seus sonhos de juventude, entre eles o de casar, apesar de viverem há anos com o mesmo companheiro.

Desde que as escolas de Itapira, a 170 quilômetros de São Paulo, passaram a abrir nos fins de semana e a estreitar o contato com as famílias, as diretoras perceberam que muitas mães de alunos gostariam de regularizar sua situação matrimonial. As escolas uniram-se à Prefeitura, ao cartório e a empresas privadas para realizar o casamento comunitário de 63 casais. A festa aconteceu no dia 29

de setembro de 2005, sábado, às 14 horas. Os noivos, em sua maioria, já dividiam casa, contas e a educação dos filhos.

Itapira é uma cidade de 66.500 habitantes, na região sudeste do Estado de São Paulo. As ruas são limpas, arrumadas e quase todas asfaltadas. A taxa de saneamento básico é de 98% e o índice de desemprego é baixo por causa dos empregos gerados pelas indústrias da região e da atividade agropecuária. As famílias mais empobrecidas, em que pai e mãe trabalham, sobrevivem, em média, com R\$ 700,00 mensais. Assim como na maioria das cidades do interior, as pessoas são mais tradicionais no que diz respeito à configuração familiar. Naquela cidade, casar “de papel passado” tem valor, dizem Ana Rosa Pereira, 61 anos, e Regina Naves, 32, as educadoras responsáveis pela abertura das escolas nos fins de semana em Itapira e região.

Para o casamento, as duas mobilizaram gente suficiente para transformar o ginásio municipal em um templo decorado – tapete vermelho, arranjos de flores brancas, amarelas e vermelhas, vasos com folhagens, bolo confeitado, champanhe e presente para os noivos. Pediram sigilo máximo para que a produção fosse uma surpresa para os noivos e seus familiares.

Os dois bolos de casamento, de meia tonelada cada um, foram montados sobre pranchas feitas de portas de madeira. Os casais receberam dez convites para distribuir entre familiares e amigos, no formato de um cartão de visita. Cada família recebeu uma garrafa de champanhe e duas taças de plástico duro transparente, com pé azul claro.

Havia ainda um bolo artificial, de tamanho normal, com decoração mais caprichada e com os tradicionais noivinhos no topo, ao lado do qual os casais tiraram as fotos oficiais da cerimônia.

No dia da festa, antes de entrar no ginásio decorado, as noivas receberam uma rosa vermelha com um cartãozinho que dizia: “Por amor, Deus uniu os homens. Que esse amor divino seja multiplicado em vocês dois, para que juntos vivam uma feliz união”. Os casais entraram ao som da Marcha Nupcial. Quatro juizes de paz realizaram a cerimônia, que durou cerca de quatro horas, incluindo a festa com música ao vivo.

Os noivos, que esperavam uma cerimônia simples e sem festa, adoraram a surpresa. Isso ficou evidente nos sorrisos e nos olhos marejados de emoção.

De presente, ganharam um jogo de lençol de casal e outro de toalha. A festa mobilizou a cidade. Se alguém chegar em Itapira e pedir para ser levado à casa de alguma das famílias que casou no ginásio, não encontrará dificuldades.

“Aqui mora uma das noivas”, aponta Clarice Aparecida de Souza, 40 anos, quatro filhos, que perdeu o prazo para se inscrever no casamento comunitário. “Ganho R\$ 400,00 por mês. Se pagar R\$ 300,00 para casar, passo o resto do mês comendo o quê?”, questiona. “Esse casamento foi tão lindo que uma cunhada minha que participou, chorou ao ver aquele monte de noiva”. Segundo ela, a recém-casada, de quem é vizinha, está muito feliz por ter legalizado sua situação com o companheiro. A casa é verde, com chão de cimento queimado vermelho. Na sala, dois sofás com capas coloridas e uma televisão. O único enfeite é uma rosa branca de plástico pendurada na parede.

Tenho quatro filhos pequenos. Mateus, o menorzinho, de 3 anos, nasceu com problema de visão. Levo ele a serviços médicos aqui da região e, na hora de fazer o cadastro, os funcionários sempre perguntam o estado civil. Eu respondia: solteira. Cansei de ouvir de volta, solteira e cheia de filhos? Acho que nessas fichas de serviço público deveriam aceitar quando a pessoa diz que é amasiada, vive junto, sei lá. Mas agora, graças a Deus, esse problema está resolvido: casei.

O casamento foi uma alegria imensa. É tudo de bom. O Eivaldo e eu começamos a namorar quando eu tinha 14 anos. Casamos três anos depois e já vivemos juntos há dez. Desde que a gente começou a morar junto, eu queria casar. Toda mulher quer, não é? Pelo menos aqui é assim. E não é só por mim, mas pelas crianças.

A gente não teve dinheiro para alugar roupa de festa ou para comprar alianças, mas o importante era mesmo casar. Você se sente mais mulher, e ele está me tratando melhor. Meus filhos não tinham guarda-roupa, agora têm um que ele comprou há três semanas, novinho e bem grande. Pode olhar como é bonito (o quarto não tem porta).

Eu soube do casamento comunitário quando fui pegar uns documentos na creche em que meu filho mais velho estudou. Foi uma correria para entrar com os papéis e arrumar testemunha. Minha mãe não assina o nome e ficou com vergonha. Meus irmãos estavam trabalhando nesse dia e o único que estava livre foi ser padrinho do cunhado, que também estava casando na mesma cerimônia. Consegui na última hora, mas deu certo. Guardei todas as lembrancinhas que ganhei na festa – os convites, a mensagem que veio na flor, as tacinhas do champanhe, tudo.

Com que roupa eu casei? Posso mostrar a saia, que está aqui. É uma jeans nova, mas está um pouquinho apertada. Vou procurar as fotos para você ver toda a família, mas a principal levei para ampliar e ainda não fui pegar. Eu pensei nas alianças, mas, se a gente comprasse, poderia faltar dinheiro pro leite. Com R\$ 170,00 (custo médio de um par de alianças na cidade) faço compras pro mês.

O casamento foi um momento ainda mais alegre, porque a festa foi alguns meses depois que tinha morrido meu quinto filho, logo depois de nascer. Era uma menininha linda, vou te mostrar a foto, e

chamava-se Maria Vitória. Ela nasceu só com um pedacinho do cérebro e durou 23 dias. Ela morreu em maio e nós casamos em setembro. Fiz ultra-sonografia quando estava grávida de dois meses e deu tudo normal. Quando repeti o exame, aos oito meses, o problema apareceu. Fiz cesárea e laqueadura. Meu marido trabalha na Prefeitura, limpando praças, canteiros, essas coisas. Por causa do tratamento do Mateus, eu não posso ter trabalho fixo com carteira assinada, apesar de ter terminado toda a escola (ensino médio). Então, fui trabalhar com minha mãe e meu irmão no cemitério novo. Cuido de vinte túmulos. Cobro de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 mensais por cada um para limpar, lavar, encerar e deixar tudo o que é de bronze brilhando. Se tiver vaso de flor, coloco água para elas durarem mais tempo. Limpo o túmulo da Vitória, que está enterrada ao lado do meu pai.

Ganho uns R\$ 300,00 por mês. O Erivaldo, R\$ 350,00. A gente preferiu economizar para melhorar a casa, dar boa comida pros meninos e cuidar dos olhos do Mateus, do que gastar com um dia de festa. Essa casa é emprestada da minha mãe. Mas a gente está melhorando tudo aqui – juntamos dinheiro durante um ano para colocar grade na varanda. A gente ficava com medo de que o Mateus se confundisse e corresse para a rua. Tem muita coisa para fazer, mas vamos devagar.

Gasto muito dinheiro com condução e compro bastante leite para os meninos. Eu levo o Mateus no serviço médico da Universidade de Campinas (a 70 quilômetros de Itapira). Vamos com a perua da Prefeitura, que é de graça. Mas eu prefiro pagar (R\$ 8,70) para voltar de ônibus logo depois que ele é atendido, do que ficar horas esperando pelo carro. Ele já está com 80% da visão recuperada, mas é pequeno e não quero que se canse muito.

Apesar das dificuldades, as coisas melhoraram muito aqui em casa nos últimos meses, e as minhas amigas e vizinhas percebem. Todo mundo tem seus dias de lua, mas parece que o Erivaldo ganhou juízo, tem mais responsabilidade. Estou cheia de conhecidas amasiadas que querem casar.

Maria Tereza, 27 anos, noiva de Itapira

Do melhor

Ana Rosa e Regina contam que, quando surgiu a idéia de promover um casamento comunitário, elas pensaram apenas em organizar uma cerimônia simples com o objetivo de legalizar alguns casais que viviam juntos e tinham filhos. “Soubemos que a Prefeitura de Itapira estava disposta a organizar, mas não estava conseguindo identificar as famílias”, conta Ana.

As duas procuraram o secretário de Promoção Social da cidade, Pedro Boretti, e propuseram parceria com o Programa Escola da Família, que abre escolas nos fins de semana. Os educadores começaram a passar às segundas e sextas-feiras nas oito escolas estaduais e a entrar em todas as salas de

aula para avisar que haveria um casamento gratuito. A idéia era que os alunos avisassem os pais. Cartazes foram pregados nas escolas e o jornal local – *A Tribuna de Itapira* – começou a divulgar o casamento no dia 28 de agosto de 2005, quase um mês antes da cerimônia. Todos os materiais de divulgação foram feitos com foto de noivinhos – desses que enfeitam bolos – e corações vermelhos entrelaçados.

Quando os radialistas aderiram à campanha, quem não sabe ler e escrever também tomou conhecimento da notícia. O número de casais só não foi maior porque muitos perderam o prazo de inscrição. Só que o esquema maciço de divulgação trouxe algumas situações delicadas para as duas coordenadoras do evento, como a de um casal de 15 anos que obteve autorização dos pais para casar. “Se a família autorizou, está previsto na lei e a cerimônia era democrática, ou seja, qualquer um que cumprisse os requisitos legais poderia participar. Quem somos nós para dizer que gente dessa idade tem mais é que se dedicar à escola em vez de formar família?”, questiona Regina Naves.

O cartório, que por lei faz alguns casamentos gratuitos por mês, foi além. Conseguiu recuperar, sem custo para os noivos, documentos de divórcio e certidões de nascimento registrados em outros Estados, já que muitos noivos são migrantes. “Veio documento do Nordeste inteiro”, diz Ana. Os preparativos para a festa duraram três meses.

Foi o período necessário para confeccionar um convite oficial, em papel de boa qualidade, para cada casal, assinado por autoridades locais, entre as quais o prefeito. Os noivos receberam dez convites mais simples para distribuir entre seus convidados. A divulgação na mídia facilitou o patrocínio de papelarias, supermercados, floriculturas e de uma rede que tem lojas em todo o país, especializada em utensílios de cama, mesa e banho, que doou os presentes.

Pensamos em promover uma ação realmente útil para a comunidade. Eu trabalhei 40 anos em escola pública – 25 como professora e 15 como diretora. Sempre ouvi as crianças comentarem que os pais só moravam juntos, mas que não eram casados ‘de verdade’; acompanhava o constrangimento das mulheres ao se declararem solteiras, quando preenchiem qualquer ficha e estavam acompanhadas dos filhos, especialmente das meninas,

diz Ana. Para muitas noivas, no entanto, ter a oportunidade de casar foi a realização de um sonho de menina.

Nancy e eu nos conhecemos desde criança. Começamos a namorar quando eu tinha 17 anos e ela 15. Um ano depois estávamos morando juntos. Casar de branco, com papel passado e festa sempre

foi o sonho de menina dela. Só que éramos muito jovens, sem dinheiro, e não deu. Fomos viver na casa da minha mãe.

Eu tinha 19 anos quando nasceu nossa primeira filha, Franciane, que hoje está com 12. Menos de dois anos depois, nasceu Iuri. Quando apareceu a oportunidade de casar, ela colocou na cabeça e me convenceu.

É verdade que o sonho era dela, mas, no final, foi bom para todos. Os meninos adoraram. Entraram com a gente na cerimônia.

Fizemos tudo direitinho: a Nancy alugou um vestido de noiva, com enfeite de cabelo; eu, um termo escuro, a Franciane estava de vestido rosa bordado e o Iuri de camisa social. Vou mostrar as fotos para você ver ela vestida de noiva ao lado do bolo. Ficou a coisa mais linda do mundo.

Não é bobeira casar. Quando contei para o meu pai, ele ficou achando graça. Mas eu disse: não é porque o senhor é separado que meu casamento vai dar errado.

Depois dessa conversa, resolvi fazer mais direito ainda: peguei um empréstimo na Prefeitura, com juro de 1% ao mês, para financiar R\$ 170,00 e comprar duas alianças de ouro. Depois da festa, chamamos os amigos para um churrasco. Foi coisa de noivo mesmo. Ganhei nove dias de folga do trabalho, mas a Nancy, que trabalha em empresa, não teve esse direito.

Quando acabou a cerimônia, estávamos de aliança. Hoje, quando tiro para escovar os dentes, sinto falta e ela começa a me perguntar: onde está mesmo sua aliança? É engraçado, porque estamos há 14 anos juntos.

Ela estava tão nervosa no dia da cerimônia, como uma noiva que vai começar a ter marido, que fechou os olhos em todas as fotos, acho que para disfarçar as lágrimas. Quando foi assinar a certidão, tremia como se estivesse com febre.

Durante esses anos, trabalhamos duro para ter as coisas e sair da casa da minha mãe. Dinheiro para casar deixou de ser prioridade. A Nancy trabalha como costureira numa fábrica de camisas; eu faço trabalho braçal para a Prefeitura. Juntos, ganhamos R\$ 800,00 por mês. Sustentamos os meninos e pagamos aluguel. Não sobraria dinheiro para isso. Por isso, quando soube do casamento gratuito, corri atrás. Eu sabia que a Nancy iria adorar.

Você está vendo esse quadrinho aqui na parede? Ganhamos de um dos padrinhos. As tacinhas de champanhe estão guardadas no armário.

Lá na Prefeitura, eu trabalho na conservação de praças, calçadas e lugares públicos. Toda vez que sou escalado para o Itapirão (como é conhecido o ginásio municipal), fico me lembrando do casamento e da felicidade da Nancy.

Marcos, 31 anos, noivo de Itapira

A casa de Marcos e Nancy, num bairro afastado do centro de Itapira, reflete o capricho dela como dona-de-casa. As paredes são enfeitadas com cartazes do São Paulo Futebol Clube, time do coração de Marcos. Dois dos três quartos – justamente os que têm acesso pela sala – não têm porta. No lugar, ela colocou cortinas de renda branca, alvas e bem passadas. Impecáveis são também os uniformes da escola das crianças, embora a mãe saia quase de madrugada de casa e só retorne à noite, já que a empresa em que trabalha fica na divisa de Minas Gerais com São Paulo.

...

O carroceiro José Francisco, 55 anos, ouve rádio o tempo todo quando está em casa. Em uma manhã de agosto, ouvia as notícias em altíssimo volume – “Sou meio surdo” – quando chamou sua atenção a informação sobre o casamento comunitário gratuito. Perguntou à companheira, Maria Gomes, 62 anos, se ela não gostaria de se casar. Diante do ‘sim’, procurou Solange, uma parente próxima, e pediu ajuda para se inscrever, conseguir os papéis e roupas adequadas para a cerimônia.

José e Maria formavam o casal mais velho da cerimônia. Ela, de saia e blusa azul real; ele, de calça marrom e paletó claro. Entraram de mãos dadas no ginásio e provocaram comoção nos convidados. Passaram a cerimônia trocando afagos. Em nome deles, Roseli Brunheira, da assessoria pedagógica do programa que abre as escolas nos fins de semana, homenageou os outros noivos.

Maria já teve vários maridos; José, outras tantas mulheres. Encontraram-se há cerca de sete anos numa plantação de cana-de-açúcar, em Itapira. Juntaram-se desde então. Quando ele se atrasa para chegar em casa, Maria fica muito aflita e chega a pedir ajuda dos vizinhos para encontrá-lo. “Todo mundo ri, pensando que tenho ciúme dele”.

Certa vez, ele chegou em casa transportado por um rapaz que o encontrou caído na rua e o levou a um hospital público. “Nesse dia, quase morri. Ele saiu daqui às 6 da manhã e nunca chegava. Eu ficava pensando se ele estava com fome, passando mal, sei lá”, diz Maria.

O casal mora numa casa financiada em um bairro operário, que está em nome de Maria. Um dos motivos que os levou a casar em regime de comunhão de bens é garantir um teto para os dois. Eles sobrevivem da aposentadoria dela e mais uns trocados que ele consegue como catador. Compraram alianças de latão, que são cuidadosamente limpas com limão, para evitar que escureçam. José entregou a um fotógrafo uma foto três por quatro dele e outra da mulher, tiradas há dez anos. Resultado: um quadro em que ela aparece mais jovem e vestida de noiva, com véu e tudo, e ele de noivo. A obra, que custou R\$ 130,00, fica no quarto do casal.

A rotina de José e Maria só é abalada em razão de pequenos conflitos com os vizinhos, que reclamam do barulho do rádio, do acúmulo de sucata e ferro-velho na varanda que dá acesso à rua e do cheiro dos dejetos dos quatro cachorros: Irineu, Preto, Rob e Sandy. “Quer que eu limpe, Maria?”, pergunta o marido. “Vamos fazer juntos qualquer dia desses”, responde ela.

Mesmo os que reclamam do casal reconhecem que Maria, José e os cachorros são personagens da cidade. Apesar de não ter licença para dirigir, ele costuma trafegar em uma motocicleta velha e ainda leva a mulher na garupa. Mal ouve as buzinas e provoca caos no trânsito, contam os conhecidos. “Adoro andar com ele de moto”, diz Maria. Difícil quem não conheça o casal – dos motoristas de táxi aos policiais.

As reclamações dos vizinhos, a bagunça da casa e a sujeira dos cachorros em nada abalam o amor do casal. A moto, que está quebrada, atravanca a sala e já serve de cabide para casacos, roupas, toalhas e lençóis. Mas a certidão de casamento dos dois está plastificada, dentro de um armário, imune à bagunça. Quando José abre sua carteira para mostrar a identidade, Maria pula: “Cadê minha foto? Então você não quer que minha foto ande junto com a sua?” Ele se apressa e puxa uma foto dela.

A mãe de José morreu aos 35 anos, quando ele tinha 9. Caiu de um caminhão que transportava operários para plantações de cana-de-açúcar e foi atropelada pelo próprio veículo. Morreu na hora. Ele, então um menino, passou a aprontar – furtava objetos e escondia em vários locais da cidade. Até o dia em que pegou a maleta de um médico conhecido e jogou todos os aparelhos no mato. Um parente o levou para uma unidade de crianças carentes da Fundação do Bem-Estar do Menor, a Febem. Aos 18 anos, considerado doente mental, rodou por manicômios do Estado. “Não escuto bem porque tomei muito choque na cabeça e no ouvido”, afirma ele. Aos 25 anos, conseguiu retornar para Itapira e conheceu o pai, então com 80 anos. “A gente se conheceu e ele morreu logo depois”, recorda José.

Maria, assim como a mãe de José, sempre trabalhou com cana. Fez serviço braçal em roça e depois em usina. Por isso, aparenta ter mais do que seus 62 anos. Nenhum dos dois lê ou escreve. “Assinamos a certidão de casamento com o dedão”. Eles brigam e fazem as pazes incontáveis vezes ao dia, o que se tornou corriqueiro, inclusive durante a entrevista. “Sabe o que mais adoro no Zé? Ele faz as minhas vontades, me trata muito bem. Se quero comer toucinho, carne de porco, ele vai e compra. Faz tudo o que eu peço, meus outros maridos eram o cão”.

Às visitas, Maria faz questão de mostrar a cama nova, adquirida depois do casamento: “É linda, de ferro vermelho com enfeites dourados”. E revela a intimidade do casal: “Deitamos sempre na mesma hora. No inverno, dormimos abraçados; no verão, de mãos-dadas”.



PARTE II
A PRÁTICA



Mulheres cortam fibra de bananeira durante oficina de artesanato na Escola Estadual Bairro Boa Esperança. Distrito de Eldorado (SP).

MALABARISTA

De agosto de 2003, quando assumiu a coordenação executiva do Programa Escola da Família, a junho de 2006, a professora Cristina Cordeiro, 44 anos, percorreu pelo menos 90 mil quilômetros de carro para visitar escolas que abrem aos fins de semana nos 645 municípios do Estado de São Paulo. Viaja com frequência para participar de reuniões com profissionais responsáveis pela abertura dos 5.304 colégios para a comunidade. Feriado, dia santo ou motivos pessoais não impedem que vá ao encontro dos educadores que, muitas vezes, também viajam horas e horas para participar de capacitações multidisciplinares nas quais ela está presente.

Assim foi no dia 26 de junho de 2005, um domingo à noite. Mal havia acabado a missa de sétimo dia de seu pai, em Santos, no litoral paulista, e Cristina já estava de malas prontas para pegar a estrada em direção a mais um encontro com os profissionais do programa: “Não há a menor possibilidade de eu faltar. Há centenas de educadores me esperando”, resume ela, com sua calma habitual.

Especializada em educação infantil, ela está há 25 anos na rede pública de ensino, entre a sala de aula e a direção de escolas. Mas, nos últimos três anos, pode-se dizer que atua como malabarista, liderando uma rede de 6 mil educadores profissionais, 90 assessores técnicos e pedagógicos e 5.300 gestores. São estes milhares de profissionais que respondem pela abertura de quase todas as

escolas da rede estadual paulista aos sábados e domingos. A eles, somam-se 30 mil voluntários e 35 mil bolsistas – universitários que trabalham na escola aos fins de semana em troca de bolsa de estudos em instituições privadas.

Passam todo mês pelas escolas paulistas nos finais de semana cerca de 1,5 milhão de pessoas que, nos últimos três anos, participaram de 200 milhões de atividades. Estes números astronômicos não assustam Cristina e nem as pressões diárias que recebe de todos os lados. São coordenadores que têm dúvidas, assessores técnicos regionais que precisam de orientação sobre como abordar assuntos delicados – muitas vezes relacionados a solicitações de políticos locais. A lista é imensa.

“Às vezes, me sinto como aqueles chineses que equilibram vários pratos de uma só vez. Se deixar um cair, vão todos para o chão”, diz ela. Ainda assim, Cristina afirma várias vezes que o programa anda sozinho. Uma equipe reduzida de assessores desenhou uma estrutura descentralizada. E, por meio de capacitações contínuas, levam a cada profissional o mote da abertura das escolas: despertar o interesse dos estudantes pelo lúdico e trazer a comunidade para a escola para participar da gestão das atividades oferecidas no fim de semana. Em cada um desses encontros, Cristina repete uma espécie de “mantra”: as escolas precisam transformar desafios (leia-se problemas) em conquistas.

O programa de abertura das escolas no fim de semana funciona graças à estrutura independente da existente no ensino regular, porém interligada com ela. Um gestor, que geralmente é o diretor regular da escola ou seu vice, tem como principal função fazer uma ponte entre as atividades do fim de semana e o ensino regular e garantir o acesso aos equipamentos da escola à comunidade. Ele é peça-chave para o sucesso do programa, pois o diretor (ou seu vice) é a “cara” da escola para a comunidade, é quem mantém relações com os pais e alunos durante a vida escolar das crianças e adolescentes. Seu compromisso com a abertura das escolas, representa, portanto, o envolvimento real da escola no programa.

Os chamados educadores profissionais, portadores de diploma superior em áreas ligadas a educação, são responsáveis por elaborar a grade de atividades e coordenar sua execução. Eles são o principal elo entre a escola e a comunidade: para elaborar a grade, ouvem os moradores do bairro e identificam necessidades e talentos locais. Ao identificar talentos, estimulam sua participação no programa como oficineiros voluntários. As atividades que não são executadas por voluntários são desenvolvidas por universitários, que recebem bolsas de estudo em troca de sua atuação no programa.

No início do programa, lembra a professora, diretores e professores resistiram em aceitar o Escola da Família. A imprensa só procurava defeitos e isso deixava a rede regular de ensino, composta por cerca de 170 mil docentes, ainda mais receosa em relação à abertura dos portões. A coordenadora ressalta que sempre contou com o apoio do ex-secretário de Estado da Educação Gabriel Chalita e do então secretário-adjunto, Paulo Barbosa.

Cristina diz jamais ter duvidado do sucesso de abrir todas as escolas ao mesmo tempo, porque confiou na força de uma idéia simples – criar um programa de inclusão social, envolvendo a comunidade. Havia ainda, diz ela, a parceria com a UNESCO, que já vinha implantando o Programa Abrindo Espaços em várias cidades.

Por estar sempre presente nos encontros com os educadores, Cristina tornou-se uma espécie de termômetro que monitora o ânimo dos profissionais que compõem a rede de abertura das escolas. Acompanha o desempenho das equipes por região e tenta minorar insatisfações.

Sobre o efeito de tanta correria na vida pessoal, brinca: “Não fico mais deitada no sofá relaxando, sem fazer nada. Quando tenho algum tempo livre, aproveito para ficar com minha família, visitar amigos ou passear, porque não sei quando vou ter tempo livre novamente”.

Segue o depoimento de Cristina, feito em 2006, quando ainda coordenava o programa:

Em maio de 2003, a Secretaria de Educação fez uma pesquisa entre professores e diretores da rede. A pergunta era: Qual é a escola dos seus sonhos? A maioria das respostas apontava para duas direções: melhorar o ambiente de trabalho para os professores e reduzir os fatores que geravam violência dentro da escola.

Começamos a pensar em um programa que trouxesse o lúdico para a escola, que despertasse o interesse dos alunos e atraísse a comunidade. Houve muita discussão sobre como ocupar um espaço público com responsabilidade. Os diretores e professores de escolas de bairros violentos ficaram apavorados diante da possibilidade de a comunidade depredar a escola e colocar em risco a segurança dos que estavam lá dentro. Já tínhamos a inspiração dos programas da UNESCO em outros estados, embora não houvesse um exemplo implantado em uma rede do tamanho da paulista. Creio que, até mesmo para a UNESCO, foi e até hoje é um desafio adaptar-se a esta realidade. O Escola da Família é a maior atividade de educação da Organização no mundo.

Havia, ainda, um outro argumento contra a abertura das escolas nos fins de semana: muitos professores não se conformavam que a Secretaria fosse gastar dinheiro para que os alunos brincassem, em

vez de melhorar o salário deles. Cada participante do Escola da Família custa ao governo R\$ 12,00 mensais para fazer um número ilimitado de atividades todos os sábados e domingos. Mas, além da questão financeira, havia o desafio de quebrar um paradigma – mostrar que o lúdico é uma ferramenta de inclusão, tanto para o aluno quanto para a comunidade.

Há uma intenção, um objetivo na abertura dos portões da escola. Dizer isso hoje, quando festejamos o sucesso do programa, é fácil. Mas no início foi um trabalho imenso de convencimento. Há uma idéia no inconsciente coletivo de que o que dá muito prazer não leva a nada. E há muito prazer envolvido na abertura das escolas. As crianças escolhem as atividades: correm, jogam futebol, fazem oficinas ou, se quiserem, ficam só assistindo. Mas todos convivem, resolvem conflitos, enxergam as diferenças.

Nas capacitações, sempre dissemos que oferecer atividades de cultura, esportes, saúde e qualificação para o trabalho, que são os eixos do programa, pode ajudar a revelar alunos talentosos. Um aluno chamado de burro, estigmatizado pelos colegas e professores em razão de notas baixas, tem todos os motivos para ter um comportamento agressivo e indisciplinado. Mas, de repente, ele se mostra um talento no hip hop, no futebol, e a relação dele com a escola muda. Esse mesmo menino, que poderia vir a depredar a escola no fim de semana, se transforma em aliado da equipe pedagógica.

É por isso que hoje temos um novo conceito do que deve ser o perfil do educador profissional. No início, quando pensávamos num professor para o fim de semana, tínhamos em mente alguém responsável, com perfil técnico, que poderia entrar na sala dos professores durante a semana (eles trabalham às segundas e sextas, além dos fins de semana) e conversar sobre o programa. Agora sabemos que esse profissional precisa estabelecer uma ponte com a comunidade. Tem que ter capacidade para mapear os principais problemas locais e buscar, com as famílias, soluções que possam ser colocadas em prática dentro da escola.

Esse profissional precisa saber quem são as lideranças do bairro, conversar com elas e trazê-las como aliadas para a escola. Hoje percebo que, no princípio, o programa era apenas um discurso bem estruturado que foi se materializando. A prática está consolidando os conceitos.

Receber as famílias para conversar e se divertir nos fins de semana fez que a escola deixasse de ser aquele lugar em que os pais só iam para ouvir reclamações sobre os filhos indisciplinados. Muitas vezes, uma conversa que ocorre no domingo envolve o diretor da escola, que está naquele momento como gestor do fim de semana, e o pai de um aluno, que está ali como jogador de futebol.

A convivência comunitária envolve questões complexas, e o papel do educador profissional não é

simples. Ele precisa ser flexível, porque não vai mudar a comunidade, mas deve ter sensibilidade para mediar conflitos e manter os princípios do programa. Uma coisa é certa: polícia dentro da escola afasta a comunidade. E a proposta é que os freqüentadores cuidem do espaço. Então, o educador deve saber negociar com os moradores, ciente de que há concessões que não podem ser feitas, de que há princípios inegociáveis.

Depois de três anos de programa, mais ou menos 50% dos educadores foram trocados. Seja por cansaço ou porque não conseguiram se adaptar a esse perfil que mescla educador com líder comunitário. Mas, esse profissional, que enfrenta os problemas mais concretos de lidar com a comunidade, não está sozinho. Toda escola tem um gestor, que é o diretor ou o vice, porque a grande motivadora da escola é a direção.

Os educadores contam ainda com o suporte dos coordenadores de área, que respondem em média por 20 escolas, com quem podem tirar dúvidas e trocar experiências. Este segundo grupo de profissionais tem o suporte dos assessores técnico-pedagógicos e dos supervisores de ensino – há um em cada uma das 90 Diretorias de Ensino de São Paulo. A função deles é gerenciar o programa na sua região.

No primeiro ano do Escola da Família, tínhamos reuniões bimensais com os coordenadores regionais. Hoje são três por ano. Com esse esquema de divisão de tarefas, não sinto no dia-a-dia que lido com uma multidão. O programa está internalizado na rede, e, se eu sair amanhã, tudo continuará funcionando. Cada profissional recebe pelo menos um treinamento por mês em nível estadual, regional ou local. Às sextas-feiras, as equipes das escolas se encontram para planejar o fim de semana e, na segunda-feira seguinte, fazem reunião de avaliação.

Todos já conhecem os fundamentos básicos: a escola está aberta aos cidadãos, matriculados ou não. Portadores de deficiência física têm o direito de participar das atividades e receber apoio, caso seja necessário. O mesmo com os idosos. Os profissionais têm consciência de que a escola não vai programar todas as atividades do fim de semana. A maior força está no voluntariado da comunidade e dos professores. E lentamente isso está acontecendo. Vai ser difícil reverter o processo de abertura das escolas porque a maioria das comunidades não vai permitir.

Os dados do programa são coletados semanalmente pela Polícia Militar, (ronda escolar), pelos diretores de escola e incluem os fatos ocorridos de segunda à sexta-feira. O gerenciamento dessas informações é informatizado. Mesmo assim, procuro ser cuidadosa quando divulgamos números de redução de violência nas escolas e no seu entorno. Após a criação do Escola da Família, esses indicadores passaram a ser mais favoráveis. Se você comparar as ocorrências do mês de fevereiro, que

não é um dos mais calmos porque é de volta às aulas, de 2003, 2004, 2005 e 2006, verá que os episódios violentos contra pessoa (incluindo faltas pedagógicas e crimes tipificados no Código Penal) tiveram redução de 53%. As ocorrências contra o patrimônio neste mesmo mês diminuíram 43%.

O programa, sem dúvida, está melhorando a relação dos alunos entre si e com os professores. Um dia desses, um jornalista estava inconformado com o fato de as escolas abrirem nos fins de semana sem segurança, além da ronda escolar rotineira. Eu expliquei que o objetivo é que a comunidade cuide da escola. Em casos graves (houve cerca de três homicídios dentro das escolas em todo esse período, nenhum envolvendo alunos), é claro que chamamos a polícia. Mas essa falta de policiamento especial aos sábados e domingos ainda é, em alguns casos, fator de polêmica na imprensa e entre parte dos professores.

Uma das críticas mais duras que o programa recebeu foi ter dado bolsas para universitários em instituições privadas. Eles trabalham nos fins de semana na escola e, em troca, recebem uma bolsa de estudos. O governo paga até o limite de R\$ 267,00, e a universidade em que o aluno está matriculado completa o restante. Pessoalmente, estou muito tranqüila com isso. São 313 universidades credenciadas, e cada aluno escolhe onde vai estudar. Ninguém diz para ele: você tem que estudar aqui ou ali. Além disso, há ótimas instituições credenciadas, como a Pontifícia Universidade Católica, que sempre obteve notas altas no extinto Provão, que era feito pelo Ministério da Educação.

Já temos verba para ampliar o número de universitários, dos atuais 35 mil, para 50 mil até o final de 2005. São jovens pobres que nunca chegariam à universidade se não tivessem bolsa. Além do mais, a maioria faz licenciatura. Estamos formando futuros professores que já estão em contato com a realidade das comunidades mais pobres. Isso os torna mais sensíveis à análise da realidade dos alunos. Prova disso é que muitos educadores profissionais são ex-universitários do programa e a maioria tem resultados muito positivos nas escolas em que atuam.

Sei que abrir escolas nos fins de semana não melhora de imediato a qualidade do ensino. Mas faz que os alunos e suas famílias tenham uma imagem melhor da escola, da educação e do processo de aprendizado. Sabe de uma coisa? Meu sonho é que o Escola da Família um dia acabe. Que não seja necessário um ato oficial para determinar que as escolas são espaços públicos e que o aprendizado precisa extrapolar os limites da sala de aula. Isso vai acontecer naturalmente quando o magistério incorporar na carreira os educadores comunitários e os diretores tiverem uma remuneração fixa para serem gestores das escolas nos fins de semana. A comunidade dá conta do resto. Em poucos anos, não vai mais existir professor na rede pública de costas para a comunidade. Ainda veremos isso.



PARTE III
ABRINDO ESPAÇOS:
EDUCAÇÃO E CULTURA DE PAZ



Mesmo com campo improvisado, futebol é o esporte preferido dos estudantes que frequentam a Escola Professor Crispim de Oliveira, na Brasilândia. São Paulo (SP).

POR UMA ESCOLA FELIZ

Marlova Jovchelovitch Noletto

Desafiar os limites que a vida e as circunstâncias impõem às pessoas tem sido uma constante em minha vida profissional; uma tarefa que começou em 1982, ainda na Faculdade de Serviço Social, quando fiz estágio na antiga Febem de Porto Alegre, RS, e depois de formada quando já atuava profissionalmente. Aquela foi, sem dúvida, uma experiência decisiva em minha vida e em minha carreira.

Debruçada sobre as múltiplas possibilidades de atuação como assistente social, uma profissão desafiante, que lida com a complexidade da miséria e suas trágicas conseqüências sobre os seres humanos, percebi então que minha prioridade era (e continua sendo) criar condições para abrir possibilidades de vida para meninos e meninas excluídos, alguns apenas um pouco mais jovens que eu, na época com 18 anos.

Acreditar no desenvolvimento humano tem pautado meu compromisso profissional desde aquele início na Febem. Ao ingressar no sistema das Nações Unidas em 1997, inicialmente no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e a partir de 1999 na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), encontrei o lugar ideal para consolidar esse compromisso.

O Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz foi o primeiro passo nessa direção que, fundamentado em pesquisas da UNESCO, nos desafiou a provar que é possível combinar sonho e realidade, ousar e superar limites, sempre com o compromisso de transformar vidas e contribuir para o desenvolvimento humano e que, além de mim, muitos perseguem e dedicam suas trajetórias profissionais.

O Abrindo Espaços foi lançado pela UNESCO no Brasil no ano 2000, durante as comemorações do Ano Internacional da Cultura de Paz. A idéia se materializa num gesto aparentemente simples: abrir as escolas públicas nos fins de semana, oferecendo às crianças, aos jovens e suas famílias, principalmente das comunidades mais vulnerabilizadas pelo processo de exclusão social, atividades de lazer, esporte, arte, cultura, de educação para a cidadania, formação profissional, aprimoramento educacional, complementação escolar, de convivência e sociabilidade, além de tantas outras oficinas e ações diversas.

O programa se insere no marco mais amplo de atuação da UNESCO pela construção mundial de uma cultura de paz, promoção de educação para todos ao longo da vida, erradicação e combate à pobreza e pela construção de uma nova escola para o século XXI. Uma escola em sintonia com seu tempo que deixa apenas de ser escola-endereço para transformar-se em escola-função.

Mais do que simplesmente abrir os portões da escola à comunidade, o Abrindo Espaços cria novas possibilidades de vida por meio da construção de uma cultura de paz e da redução de desigualdades, iniquidades e da probabilidade de exposição de crianças e jovens a violências, extrapolando os limites de projetos de extensão escolar.

O Programa Abrindo Espaços é também, portanto, um programa de inclusão educacional na medida em que, de acordo com a percepção dos seus atores, contribui para a melhoria da aprendizagem, da relação aluno/professor/ escola, favorecendo o desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens que dele participam. É ainda oportunidade de acesso à cultura e ao lazer para que os cidadãos possam encontrar fontes de bem-estar e diversão, muitas vezes inexistentes em suas comunidades.

O programa combina elementos de educação e inclusão social de forma inovadora, pois acentua aquilo que destaca Braslawsky (2004) em *Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI*¹:

1. BRASLAVSKY, Cecília. *Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI*. Madri: Fundación Santillana, 2004.

Como tantos outros, o conceito de qualidade da educação é, ao mesmo tempo, muito simples e muito sofisticado. Sob nossa perspectiva, 'uma educação de qualidade é aquela que permite que todos aprendam o que necessitam aprender, no momento oportuno de sua vida e de suas sociedades, e que o façam com felicidade', porque todos merecemos a felicidade – ou, como se diz em francês, 'le bonheur'. Neste sentido, é válido argumentar que o direito ao bem-estar não é um direito que se deva postergar para a vida adulta. Meninos e meninas merecem, antes de qualquer pessoa, sentir-se bem quando estão na escola, ser felizes na escola.

A experiência do Abrindo Espaços nos permite ver os jovens e suas famílias desfrutando de momentos de felicidade ao participarem das várias atividades oferecidas pelas escolas nos fins de semana. São situações em que as crianças resgatam seu direito à infância participando de brincadeiras, oficinas de música, dança, pois, sobretudo nas comunidades de baixa renda, é importante reservar à criança o direito de brincar, o direito à ludicidade, condição essencial da infância feliz.

Também os jovens e suas famílias, mães, pais, avós, ao participarem das diversas oficinas, têm acesso a um mundo antes inacessível: freqüentam aulas de dança, yoga, assistem a sessões de cinema, teatro, participam de oficinas de música. Os depoimentos dos vários atores envolvidos no programa confirmam esse seu caráter inclusivo e também seu papel no resgate do bem-estar e da felicidade, condições fundamentais à vida humana.

O Abrindo Espaços é também um importante instrumento de prevenção da violência e de promoção de uma cultura de paz, colaborando para promover significativas mudanças nos altos índices de violência que, em geral, envolvem as comunidades vulneráveis. Pesquisas da UNESCO revelam que os índices de vitimização juvenil aumentam significativamente nos fins de semana, muito em função da ausência de opções culturais, esportivas e de lazer que afetam os jovens das classes mais desfavorecidas.

Se, por um lado, a falta de acesso a esses bens favorece o envolvimento dos jovens em situações de violência, por outro, o acesso à cultura, à arte, ao esporte e à educação permite a eles encontrar outras formas de expressão. Soma-se a isto a importância que o jovem e a sua comunidade assumem na própria dinâmica do programa quando este incentiva os talentos da comunidade, respeita as demandas locais, valoriza as diversas expressões juvenis e promove a integração escola/jovem/comunidade. Este processo permite ao jovem a descoberta de novas formas de ver e se relacionar com o outro e consigo próprio, gerando um sentimento de pertencimento e fortalecendo, assim, as referências coletivas, requisito fundamental para a construção de uma cultura de paz.

Outro aspecto a ser ressaltado na estratégia do programa é a sua descentralização, que permite que cada estado, cada município e cada escola tenha flexibilidade para adequá-lo a sua realidade e às necessidades locais, sempre orientados por princípios e conceitos éticos e metodológicos únicos.

Além disso, diversidade, flexibilidade e controle local são componentes essenciais que envolvem a operacionalização do Programa Abrindo Espaços, presentes na mobilização da escola e da comunidade, no planejamento e na divulgação das oficinas, na formação de parcerias, na capacitação das equipes locais e em vários outros aspectos do programa.

As duas primeiras iniciativas do Abrindo Espaços tiveram início em 2000, em parceria com os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco. Foram experiências pioneiras que, ao serem avaliadas, demonstraram o acerto do programa. No final do ano 2000, o programa foi implantado na Bahia e, em 2003, em São Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí, Sergipe e Minas Gerais. Em 2005, foi realizada a parceria com o Estado de Santa Catarina e o município de Curitiba. Chegamos a 2006 com a parceria consolidada com o Estado do Mato Grosso e com o município de Cuiabá.

Impressionado com o fortalecimento da escola pública e da inclusão social de jovens propiciados pelo programa, o governo federal, através do Ministério da Educação e em parceria com a UNESCO, lançou, em 2004, o Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude, pautado no conceito e na metodologia do Abrindo Espaços. Em 2005, o Escola Aberta estava implantado na Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Roraima e Mato Grosso do Sul.

No total, são mais de 7 mil escolas públicas abertas aos fins de semana em todo país, beneficiando cerca de 10 milhões de participantes.

Na base de todas essas experiências, está o resgate da escola pública como instituição significativa na vida do jovem, na medida em que se abre a escola e se atende às múltiplas demandas por lazer, cultura, esporte e cidadania, tornando-se um local cada vez mais atraente para o jovem e permitindo maior aproximação entre escola e comunidade.

O jovem como solução, não como problema

Uma das causas apontadas pelos jovens para a exclusão social está relacionada à falta de espaços para o exercício do protagonismo juvenil, o que colabora para a geração de situações cotidianas de violência. Nesse contexto, oportunidades de acesso à educação, à cultura e ao desporto são fundamentais.

Há uma clara demanda dos jovens por lugares e equipamentos para o exercício de atividades lúdicas, recreativas, esportivas, espaços de sociabilidade e de manifestação de criatividade artística e cultural em suas diversas expressões.

“Quando você dá uma bola a um menino(a) você dá pra ele(a) um sentido e uma direção”. Essa frase dita por um professor de Educação Física reflete bem o papel do esporte na vida das crianças e jovens. Conceitos fundamentais como coesão, espírito de grupo, disciplina e responsabilidade passam a ser trabalhados e, posteriormente, incorporados pelas crianças e jovens para além dos aspectos competitivos e do esporte de alto rendimento, consolidando uma influência positiva definitiva em suas vidas.

Da mesma maneira, o acesso à cultura com atividades como cinema, teatro, dança em suas formas clássica e contemporânea, o exercício permanente relacionado ao nosso folclore, a possibilidade de difundir as tradições orais em oficinas de história, conto, cordel e também de artesanato permitem preservar o patrimônio imaterial tão importante, valorizando ainda mais a rica diversidade brasileira.

Estudos e pesquisas que a UNESCO e seus parceiros vêm realizando no Brasil trazem contribuições importantes para compreender a situação e oferecer um diagnóstico amplo e aprofundado sobre a juventude brasileira, os diferentes tipos de violência que a envolve e seus efeitos nas escolas e comunidades.

Publicações como o *Mapa da Violência*, por exemplo, lançadas nos anos 1999, 2000, 2002 e 2004, foram fundamentais para entender as manifestações desse fenômeno no país. A partir dessas publicações, a UNESCO vem produzindo uma série de recomendações a governos e à sociedade relacionadas com a urgência da implantação e do apoio a políticas públicas que contribuam para a construção de uma política voltada para a inclusão social da juventude e também para a melhoria do ambiente escolar e a reversão da violência.

Assim como os demais programas originados do Abrindo Espaços, não há dúvidas de que o Programa Escola da Família está contribuindo para transformar a realidade de jovens, escolas e comunidades no Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que, a exemplo do Abrindo Espaços, lançou as sementes para a implantação de uma política pública para a juventude no estado.

Sempre me impressionei com os elevadíssimos custos de manutenção de um jovem infrator privado de liberdade. Por isso, comemoro o sucesso do Escola da Família, que a um custo mil vezes

menor, com apenas R\$ 12,00 mensais por participante, influi positivamente na vida de milhões de jovens e de suas famílias, confirmando o fato de que histórias de êxito não necessariamente precisam estar ligadas a custos altos.

O Escola da Família também está colaborando para reforçar a idéia de que a educação não pode ser somente importante, deve ser prioritária, mote que a UNESCO defende com veemência para mostrar que somente com investimentos na educação será possível mudar o Brasil e transformá-lo em um país mais justo e eqüitativo.

O êxito obtido até o momento pelo programa não teria sido possível sem a participação de todos os atores envolvidos no Escola da Família, os educadores profissionais, os voluntários, os técnicos da Secretaria de Educação, professores, diretores que se dedicaram com afinco para que as histórias aqui contadas fossem capazes de impactar positivamente a vida de crianças, jovens e suas famílias, abrindo novos espaços de inclusão e de cidadania.

Registramos, ainda, o papel especial desempenhado pelo Escritório antena da UNESCO no Estado de São Paulo que, sob a liderança de Ambar de Barros e com a participação decisiva das colegas Simone Matos e mais recentemente de Claudia Caon, contribuíram para a construção e consolidação do sucesso do Programa Escola da família.

A UNESCO está convicta do êxito dos programas de abertura das escolas nos fins de semana, sobretudo baseada nas avaliações qualitativas, e também de impacto dos programas, já realizadas em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e, mais recentemente, no Rio Grande do Sul.

Ao transformar o programa em política pública como fez o Estado de São Paulo, abrindo as mais de 5 mil escolas de sua rede, o Escola da Família passa a ser referência e modelo para que outras iniciativas similares que promovam o desenvolvimento humano e social, sobretudo nos países e regiões em desenvolvimento, possam contribuir para construir um mundo mais igual e justo para todos.

Referências bibliográficas

A cada dia um ex-interno entra no Sistema Penitenciário. *Folha de São Paulo*: Cotidiano, 25 jan. 2002.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, G. M. (Orgs.). *Drogas nas escolas*: versão resumida. Brasília: Rede Pitágoras, UNESCO, 2005.

_____; _____. SILVA, B. L. da (Orgs.). *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

_____; RUA, M. das G. *Violência nas escolas*. Brasília: Pitágoras, UNESCO, 2003.

_____ et alii (Orgs.). *Cotidiano das escolas*: entre violências. Brasília: Ministério da Educação/Secad, Observatório de Violências nas Escolas, UNESCO, 2006.

_____ et alii. (Orgs.). *Juventude, juventudes*: o que une e o que separa? Brasília: UNESCO, Fundação Banco do Brasil, Banco Itáu, Instituto Ayrton Senna, Fundação Kellogg, SESI, Observatório de Violência, 2006.

_____ et alii. (Orgs.). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*: desafios para políticas públicas. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNESCO, 2002.

ANO eleitoral apressa fim da Febem Tatuapé. *Folha de São Paulo*: Cotidiano, 16 mar. 2006.

APÓS um ano, a Cracolândia resiste. *Jornal da Tarde*: Caderno de Cidades, 18 mar. 2006. Disponível em: <www.jt.com.br/editorias>.

BARROS, L. C. M. Não contem ao presidente. *Folha de São Paulo*: Opinião Econômica. São Paulo, 30 dez. 2005.

BRASLAVSKY, C. (Org.). *Aprender a viver juntos: educação para a integração na diversidade*. Brasília: Sesj, Universidade de Brasília, IBE, UNESCO, 2002.

BRUNO, L.; ROMERO, K. *Casa de bonecas: a vida das meninas na Febem*. 2006. Monografia (Conclusão do Curso de Comunicação Social) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo.

DIMENSTEIN, G. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. *O mistério das bolas de gude: histórias de humanos quase invisíveis*. São Paulo: Editora Jatobá, 2006.

FEBEM é alvo de protesto em São Paulo. *Folha de São Paulo: Cotidiano*, 21 mai. 2006.

FEBEM enfrenta primeira rebelião na gestão Lembo. *Folha de São Paulo: Cotidiano*, 06 mai. 2006.

FEBEM reconhece prática de tortura. *Folha de São Paulo: Cotidiano*, 08 mar. 2001.

FEBEM tinha sala de tortura, diz Promotoria. *Folha de São Paulo: Cotidiano*, 30 abr. 2002.

FEBEM vincula rebeliões a ações de ONGs. *Folha de São Paulo: Cotidiano*, 07 mai. 2006.

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto Editora, 2002.

FOLHA DE S. PAULO. Biblioteca: Folha texto integral. Disponível em: <www.uol.com.br>

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Índice paulista de responsabilidade social*. São Paulo: Seade, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004.

HÁ 30 anos, Febem-SP encarcera e não recupera. *Agência Carta Maior*, 17 ago. 2003. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>.

HASSENPLUFG, N. W. *Educação pelo esporte: educação para o desenvolvimento humano pelo esporte*. São Paulo: Editora Saraiva, Instituto Ayrton Senna, 2004.

HEARST, N. et alii. Prevenção da Aids com adolescentes encarcerados em São Paulo. São Paulo. *Revista de Saúde Pública da Universidade de São Paulo*, v. 36, n. 4, ago. 2002.

JUSTIÇA manda afastar diretor da Febem. *Folha de São Paulo*: Cotidiano, 26 abr. 2006.

LAUDOS indicam ocultação de violência. *Folha de São Paulo*: Cotidiano, 04 mar. 2002.

LESSA, C. Uma herança medíocre. *Folha de São Paulo*: Tendências e Debates, 31 dez. 2005.

MENDES, L. A. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORTE violenta persegue usuário de crack. *Folha de São Paulo*: Cotidiano, 30 mai. 2000.

MV BILL; ATHAYDE CELSO. *Falcão, meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, Cufa, 2006.

NOLETO, J. M. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. Brasília: UNESCO, 2000.

NUNES, M. F. et alii. (Orgs.). *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2004.

OEA vai investigar denúncias contra a Febem. *Folha de São Paulo*: Cotidiano, 02 nov. 2002.

PLÁSTICA na Cracolândia. *Jornal da Tarde*: Caderno de Cidades, 07 mai. 2006.

PNUD. *Relatório de desenvolvimento humano: racismo, pobreza e violência*. Brasília: PNUD, 2005.

PRESO novo chefão da Cracolândia. *O Estado de S. Paulo*: Caderno Metrópole, 18 mar. 2006.
Disponível em:

<www.mp.sc.gov.br/canal_mpssc/clipping/jornal_oesp/oesp_060318.htm>.

RIGATO, F.; McLENNAN, J.; BORDIN, I. *Fatores de risco, evoluções e desfechos observados em jovens liberados de unidades de internação da Febem*. São Paulo: Projeto Quixote, UNIFESP, CIDA, 2006.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. *Portal do Governo do Estado de São Paulo*: perfil municipal. Disponível em: <www.seade.gov.br>.

_____. _____. Secretaria de Estado da Educação. *Relatórios mensais de atividades do Programa Escola da Família*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2003.

_____. _____. _____. _____. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2004.

- _____. _____. _____. _____. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2005.
- _____. _____. _____. _____. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2006.
- _____. _____. _____. *Relatórios mensais de segurança escolar*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2003.
- _____. _____. _____. _____. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2004.
- _____. _____. _____. _____. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2005.
- _____. _____. _____. _____. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2006.
- _____. _____. _____.; FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; UNESCO. *Manual operativo do Programa Escola da Família*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, UNESCO, 2004.
- SILVEIRA, M. L.; GODINHO, T. (Orgs.). *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria Municipal da Educação e Coordenadoria Especial da Mulher, 2004
- UNESCO. *Relatório de acompanhamento global de Educação para Todos: o imperativo da qualidade*. Brasília: UNESCO, Ed. Moderna, 2005.
- 27% DOS jovens não trabalham nem estudam. *Folha de São Paulo*: Cotidiano, 20 fev. 2006.
- VOLPI, M. O adolescente e o ato infracional. *Revista do Ilanud*, n. 14, 2001.
- WASELFISZ, J. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Instituto Ayrton Sena, UNESCO, 2004.
- _____.; ATHIAS, G. *Mapa da violência de São Paulo*. Brasília: UNESCO, 2005.
- _____ et alii. *Relatório de desenvolvimento juvenil*, 2003. Brasília: UNESCO, 2004.

Nota sobre o autora

Gabriela Athias é jornalista e integra, desde agosto de 2004, a equipe da UNESCO no Brasil. Atuou como repórter durante 12 anos, cobrindo temas relacionados a infância, educação, redução de pobreza e inclusão social. Trabalhou nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. É co-autora do livro *Mapa da violência*, lançado pela UNESCO em 2005.